

**UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO DE PERNAMBUCO
MESTRADO EM GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL
SUSTENTÁVEL**

**Relações entre Educação Profissional e Desenvolvimento
Local Sustentável: um Estudo no Arranjo Produtivo Local
de Confeções do Agreste Pernambucano**

JOÃO PAULO DE AQUINO CAVALCANTE

**Recife
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

JOÃO PAULO DE AQUINO CAVALCANTE

Relações entre Educação Profissional e Desenvolvimento Local Sustentável: um Estudo no Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco da Universidade de Pernambuco para a obtenção do grau de Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.

Orientadora:

Prof^a. Dr^a Maria de Fátima Gomes da Silva

Co-orientador:

Prof^o. Dr. Ivo Vasconcelos Pedrosa.

**Recife
2008**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Leucio Lemos
Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP / UPE

C376r Cavalcante, João Paulo de Aquino

Relações entre educação profissional e desenvolvimento local sustentável: um estudo no arranjo produtivo local de confecções do Agreste Pernambucano/João Paulo de Aquino Cavalcante; orientadora: Maria de Fátima Gomes da Silva; co-orientador: Ivo Vasconcelos Pedrosa. - Recife, 2008.

189f.: il. -NNNNN

Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável) – Universidade de Pernambuco, Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, Recife, 2008.

1 EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE 2 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL 3 ARRANJO PRODUTIVO LOCAL I Silva, Maria de Fátima Gomes da (orient.) II Pedrosa, Ivo Vasconcelos (co-orient.) III Título

CDU 377
Edna Meirelles – CRB4/1022

JOÃO PAULO DE AQUINO CAVALCANTE

Relações entre Educação Profissional e Desenvolvimento Local Sustentável: um Estudo no Arranjo Produtivo Local de Confeções do Agreste Pernambucano

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco da Universidade de Pernambuco para a obtenção do grau de Mestre em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável.

Aprovada em: 30/05/2008

Nota: _____

Orientador:

Prof^a. Dr^a Maria de Fátima Gomes da Silva

Co-orientador:

Prof^o. Dr. Ivo Vasconcelos Pedrosa

Examinadores:

Prof^o. Dr. Paulo de Jesus

Prof^a. Dr^a. Andréa Karla Pereira da Silva

Prof^o. Dr. Sérgio Neves Dantas

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde e conquistas.

A minha mãe, pelo amor, estímulo à educação e apoio irrestrito em todos os momentos da minha vida.

A minha esposa, pelo amor, apoio incondicional, estrutura emocional e compreensão das ausências.

Aos meus familiares, pelo apoio e torcida para a obtenção de sucesso em mais uma etapa da minha vida.

Aos amigos, em especial aos do mestrado, pela força, troca de conhecimentos e momentos tranquilizadores.

Aos amigos do Senai, pela compreensão das dificuldades vivenciadas e apoio durante a realização do curso de mestrado.

A minha orientadora e co-orientador, Prof^a. Fátima Gomes e Prof^o. Ivo Pedrosa, pelos ensinamentos, apoio moral e paciência.

Aos professores do curso de mestrado, em especial a professora Niédja Oliveira, Andréa Karla, Luiz Márcio, Nádia Torreão, Sérgio Dantas, Adalberto Filho, Emanuel Leite e Luciano Lins, por todos os conhecimentos e estímulos à construção de um mundo melhor.

À Universidade de Pernambuco, pela estrutura disponibilizada.

“Isto sabemos.

Todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família...
Tudo o que acontece com a Terra, acontece com os filhos e filhas da Terra.

O homem não tece a teia da vida;
ele é apenas um fio.
Tudo o que faz à teia, ele faz a si mesmo.”

Ted Perry

“Se você acha a educação cara, experimente a ignorância.”

Derek Bok

RESUMO

Esta pesquisa analisa as relações entre educação profissional e desenvolvimento local sustentável, com um estudo de caso no Arranjo Produtivo Local – APL de confecções do agreste pernambucano, compreendendo os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Teve como objetivos conhecer as relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais e a prática desses profissionais no APL, investigar de que forma as políticas públicas locais têm contribuído para o DLS no APL e identificar as facilidades e as dificuldades vivenciadas pelos profissionais e gestores locais para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável. A metodologia adotada se alicerçou nas abordagens qualitativa e quantitativa de pesquisa, com ênfase na pesquisa-ação, uma vez que se prevê uma intervenção na educação nos municípios que serviram de lócus. Apontam-se como principais resultados desta pesquisa: a necessidade de ampliação da oferta de vagas em cursos técnicos; a revisão dos projetos de curso, reforçando as questões relativas ao desenvolvimento local sustentável; a realização de atividades que aproximem os empreendimentos das escolas de educação profissional, buscando a desmistificação da relação custos versus benefícios a serem gerados com os investimentos em capacitação de pessoal; e a necessidade de buscar parcerias entre as entidades públicas e privadas no sentido de dividir os custos de formação dos trabalhadores da região.

Palavras-chave: Educação profissional; Desenvolvimento local sustentável; Arranjo produtivo local; Cadeia produtiva; Economia do trabalho; Escolas de educação profissional.

ABSTRACT

This research examines the relationship between professional education and sustainable local development, with the case in the confections cluster in agreste of Pernambuco, comprising Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe and Toritama cities. This study aimed to ascertain the relationship between the training that is offered to professionals and practice of such professionals in this cluster, investigate how the local public policies have contributed to the sustainable local development and identify the advantages and difficulties experienced by local professionals and managers for the implementation of sustainable development policies. The methodology was based in qualitative and quantitative approaches in the search, with emphasis in action research, with intention to intervene in education in the cities that served as the locus of it. The research main results were: to expand the technical courses supply; reviewing the programmes of courses, reinforcing the issues related to sustainable local development; the activities that take companies of professional schools, focusing on the analysis of costs and benefits generated through investment in people training; and the needs to seek partnerships between public and private entities to share the costs of training workers in the region.

Key words: Professional education; Sustainable local development; Cluster; Chain productive; Economics of work; Professional education schools.

LISTA DE SIGLAS

APL - Arranjo Produtivo Local

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CELPE - Companhia Energética de Pernambuco

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNE - Conselho Nacional de Educação

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CPC - Centros populares de Cultura

CPRH - Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos

DLS - Desenvolvimento Local Sustentável -

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EUA - Estados Unidos da América

FATEC - Faculdades de Tecnologia de São Paulo

FCAP - Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco

GTI/QEP - Grupo de Trabalho Interministerial sobre Qualificação e Educação Profissional

GTZ - Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

LDBEN - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MCP - Movimentos de Cultura Popular

MEB - Movimentos de Educação de Base

MEC - Ministério da Educação e Cultura

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OEA - Organização dos Estados Americanos

OECD - Organisation for Economic Co-Operation and Development

ONU - Organização das Nações Unidas

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PEA - População Economicamente Ativa

PIB - Produto Interno Bruto

PNB - Produto Nacional Bruto

PNQ - Plano Nacional de Qualificação

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

RAIS - Relação Anual e Informações Sociais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.

SEMTEC/MEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

SESC – Serviço Social do Comércio

SESCOOP – Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços

SESI – Serviço Social da Indústria

SEST – Serviço Social do Transporte

SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura

UPE - Universidade de Pernambuco

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Retornos privados e sociais à educação, por nível de educação e região (em %)	43
Tabela 2 – Estágio evolutivo do APL	72
Tabela 3. População residente por grupos de idade em 2000	75
Tabela 4 - Matrículas na educação básica e na educação profissional técnica em nível médio no APL de Confeccões em 2006	76
Tabela 5 – Distribuição dos empregos formais	77
Tabela 6 – Nº de estabelecimentos formais em atividades relacionadas ao APL de confeccões	78
Tabela 7 – Nº de empregos formais em atividades relacionadas ao APL de confeccões	78
Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	80
Tabela 9 – Índice de Gini da Distribuição de Renda das Pessoas Responsáveis pelo Domicílio 1991 e 2000.	81
Tabela 10 - Tipo de operação realizada pelos empreendimentos	86
Tabela 11 - Principal produto comercializado	86
Tabela 12 - Nível de escolaridade	87
Tabela 13 - Conhecimento da oferta de educação profissional na região	87
Tabela 14 – Realização de cursos de educação profissional	88
Tabela 15 – Principal motivo para não realizar cursos de educação profissional	88
Tabela 16 – Demandas por cursos	89
Tabela 17 - Situação profissional antes de iniciar o curso técnico	90
Tabela 18 – Ocupação um ano após a conclusão do curso técnico	91
Tabela 19 - Ocupação atual	91
Tabela 20 - Vínculo empregatício	91
Tabela 21 - Aplicação dos conhecimentos adquiridos no dia-a-dia do trabalho	92
Tabela 22 - Nível de satisfação com o curso técnico realizado	92
Tabela 23 - Médias das competências básicas	94
Tabela 24 - Médias das competências específicas	95
Tabela 25 - Médias das competências em gestão	96
Tabela 26 - Nível de satisfação das empresas com os egressos	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
PARTE I - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL	15
Capítulo 1: Breve histórico da educação profissional no Brasil	16
1.1 Uma análise da educação à luz das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN	21
1.1.1 <i>A Lei 4024/64</i>	23
1.1.2 <i>A Lei 5692/71</i>	23
1.1.3 <i>A Lei 9394/96</i>	24
1.2 Uma leitura de decretos, portarias e pareceres relacionados à educação profissional	32
1.3 Plano de desenvolvimento da educação profissional	36
Capítulo 2: Concepções de educação profissional	39
2.1 Educação profissional sob a égide tecnicista	40
2.2 Educação profissional sustentável	46
Capítulo 3: Desenvolvimento e sustentabilidade da educação profissional local	55
3.1 Educação para a sustentabilidade	57
3.2 Relações entre arranjos produtivos locais e educação profissional	65
3.3 Experiências de sucesso no Brasil	67
Capítulo 4: Considerações sobre o Arranjo Produtivo Local - APL de confecções do agreste pernambucano	74
4.1 População	74
4.2 Educação	75
4.3 Emprego	77
4.4 Produto interno bruto	79
4.5 Desenvolvimento humano	79
4.6 Distribuição de renda	80
4.7 Ações ambientais	82
Capítulo 5: Uma análise de documentos referentes ao arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano	84
5.1 Pesquisa de identificação do perfil dos lojistas do moda center parque	85

das feiras do município de Santa Cruz do Capibaribe	
5.1.1 <i>Perfil dos empreendimentos</i>	86
5.1.2 <i>Principal produto</i>	86
5.1.3 <i>Nível de escolaridade</i>	87
5.1.4 <i>Realização de cursos de educação profissional</i>	87
5.1.5 <i>Demanda por educação profissional</i>	88
5.2 Acompanhamento dos egressos de programas de educação profissional sob a óptica dos ex-alunos	89
5.2.1 <i>Metodologia da avaliação</i>	89
5.2.2 <i>Definição da amostra</i>	90
5.2.3 <i>Situação profissional</i>	90
5.2.4 <i>Aplicabilidade dos conhecimentos aprendidos no curso de Educação Profissional</i>	92
5.2.5 <i>Satisfação com o curso técnico realizado</i>	92
5.3 Acompanhamento dos egressos de programas de educação profissional sob a óptica dos empresários ou dos chefes imediatos	93
5.3.1 <i>Avaliação das competências básicas</i>	93
5.3.2 <i>Avaliação das competências específicas</i>	94
5.3.3 <i>Avaliação das competências de gestão</i>	95
5.3.4 <i>Nível de satisfação das empresas com os egressos</i>	96
PARTE II - METODOLOGIA	98
Capítulo 6: As abordagens de pesquisa utilizadas	99
6.1 Por uma abordagem quantiquantitativa de pesquisa	99
6.2 A pesquisa-ação como forma de intervenção, no âmbito epistemológico	101
6.3 Os instrumentos para a coleta dos dados	102
6.3.1 <i>As entrevistas</i>	102
6.3.2 <i>A análise documental</i>	103
6.4 A análise de dados através da análise de conteúdo	103
6.5 O lócus e os sujeitos da pesquisa	105
6.6 As categorias analíticas	105
6.6.1 <i>Desenvolvimento de competências</i>	105
6.6.2 <i>Práticas educativas das escolas de educação profissional</i>	106
6.6.3 <i>Sustentabilidade da Educação Profissional</i>	107

PARTE III - A ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	108
Capítulo 7: Educação profissional e desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas	109
7.1 Contribuições da educação profissional para o desenvolvimento sustentável do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano	110
7.2 Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do arranjo produtivo local com a prática desses profissionais	116
7.3 Contribuições das políticas públicas locais para o desenvolvimento sustentável do arranjo produtivo	121
Capítulo 8: Uma proposta de intervenção através da educação profissional ofertada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	130
8.1 Projeto de intervenção na educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI	131
8.1.1 <i>Objetivos</i>	131
8.1.2 <i>Ações a desenvolver na educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI</i>	131
8.1.3 <i>Procedimentos de avaliação</i>	132
8.1.4 <i>Pessoal envolvido</i>	132
CONCLUSÃO	133
REFERÊNCIAS	135
APÊNDICES	142
Apêndice A - Roteiro de Pré-análise das Entrevistas	143
Apêndice B - Entrevistas	160
Apêndice C - Roteiro de entrevista	188

INTRODUÇÃO

Analisar as contribuições da educação profissional para o Desenvolvimento Local Sustentável - DLS do Arranjo Produtivo Local - APL de confecções do agreste pernambucano, abrangendo os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, constitui o objetivo geral deste estudo.

Desse modo, este estudo traz em sua justificativa questões importantes que motivaram a realização da investigação e que conduziram, por assim dizer, a alguns questionamentos de partida que, de certa forma, são o fio condutor de análise. As questões de partida são as seguintes:

1. Quais as contribuições da educação profissional para o DLS do APL de confecções do agreste pernambucano?
2. Que relações existem entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL e a prática desses profissionais no APL?
3. Quais as contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL?

Sabe-se, que a educação profissional tem passado por mudanças substanciais, no que se refere ao papel do profissional dessa educação, como também ao desenvolvimento de competências necessárias aos sujeitos sociais que direta ou indiretamente estão a se beneficiar dessa educação.

É, portanto, com esse olhar, ou seja, com base na necessidade de identificar as reais contribuições, além da identificação dos limites dessa educação profissional, para os sujeitos sociais que dela se utilizam, que, de certa forma, se põe em causa, nesta investigação, a mais valia dessa educação para o DLS no APL de confecções do agreste pernambucano.

E nesse âmbito de idéias é que para além de justificar a importância da realização dessa investigação, apresentam-se os objetivos e os procedimentos metodológicos adotados, nomeadamente no que se refere às abordagens de pesquisa utilizadas,

aos instrumentos para a coleta dos dados, aos sujeitos, ao lócus da pesquisa e a análise de dados.

Ressalta-se, entretanto, que tendo esta investigação nascida da experiência profissional do autor deste estudo, há uma proposta de intervenção na problemática objeto de estudo com a intenção de poder vir a fornecer uma contribuição de caráter reflexivo e social. Mas tal contribuição não está em tentar analisar a função libertadora, revolucionária, ética ou epistemológica da educação, e sim na sua utilização para o desenvolvimento sustentável, passando inclusive pela geração de riquezas.

Por outro lado, no que diz respeito à estrutura capitular deste trabalho, este está organizado em três partes. A primeira parte aborda o processo histórico da educação profissional e o APL, considerando as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, as concepções de educação profissional e também questões relativas ao desenvolvimento sustentável da educação profissional local.

Na segunda parte são apresentados os procedimentos metodológicos adotados, procurando-se justificar as abordagens de pesquisa e as categorias analíticas utilizadas.

Na terceira parte, procede-se a uma análise e discussão dos resultados considerando as três dimensões que serviram de foco principal para este estudo, a saber: as contribuições da educação profissional para o DLS do APL de confecções do agreste pernambucano, as relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais com a prática destes no APL e as contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL.

PARTE I – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ARRANJO PRODUTIVO LOCAL

Capítulo 1: Breve histórico da educação profissional no Brasil

A estruturação da sociedade brasileira contou com o trabalho escravo até 1888, estando os escravos, nessa condição, proibidos de freqüentar a escola. Esse fato, por si só, acena para a situação de exclusão de grande parte da camada de trabalhadores das atividades escolares, por quase quatro séculos de história brasileira.

Analisando-se a obra de Romanelli (2006, p. 34), pode-se constatar que a economia colonial brasileira, fundada nos grandes latifúndios e na mão-de-obra escrava, com seus hábitos aristocráticos, foi a principal responsável pelo grande distanciamento entre o modelo de ensino e as necessidades da sociedade. No Brasil Colônia a escola era freqüentada apenas pelos filhos homens, exceto os primogênitos, das famílias ricas, detentoras do direito de exploração da terra. A educação escolar era rudimentar e preconizava a materialização do espírito da Contra-Reforma, que se caracterizava, sobretudo, pela reação ao pensamento crítico. E, como as atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão-de-obra, o ensino foi conservado à margem, sem a utilidade prática visível para a então agricultura rústica, baseada no trabalho escravo.

Segundo Manfredi (2002, p. 67), nos dois primeiros séculos de colonização brasileira, prevaleciam, nos engenhos da agroindústria, as práticas educativas informais de qualificação no e para o trabalho. Tais práticas eram usuais, tanto junto aos escravos quanto junto aos poucos trabalhadores livres, que exerciam tarefas de direção ou que requeriam qualificação técnica.

Em consonância com essa visão, Cunha (2000, p. 32) expõe que a aprendizagem dos ofícios, tanto para os escravos quanto para os homens livres, era desenvolvida no próprio ambiente de trabalho. Mas o seu desenvolvimento era realizado sem padrões, sem regulamentações e sem atribuições de tarefas para os aprendizes. E os aprendizes não eram necessariamente crianças ou jovens, mas os indivíduos que

eventualmente demonstrassem disposições para a aprendizagem, em termos técnicos ou sociais.

Nesse contexto, com a expansão da agroindústria açucareira, e com a intensificação da atividade extrativa de minérios em Minas Gerais, durante os primeiros séculos de colonização, foram criados novos núcleos urbanos que obrigavam as metrópoles e as atividades de comércio e serviços possuírem mão-de-obra qualificada. Nesse período a população urbana criou um mercado consumidor para os mais diversos produtos artesanais e utensílios domésticos, o que gerou a necessidade do trabalho especializado dos diversos artesãos: sapateiros, ferreiros, carpinteiros, pedreiros e outros. Também, sediados nos núcleos urbanos mais importantes, estavam os colégios religiosos, em particular os dos jesuítas, com seus quadros próprios de artesãos para as atividades internas de construção, manutenção e prestação de serviços variados. Assim, os colégios e as residências dos jesuítas, foram os primeiros núcleos de formação profissional, ou seja, as primeiras escolas-oficinas de formação de artesãos e demais ofícios, no período colonial. (CUNHA, 2000, p. 27).

Com a transferência da Corte portuguesa em 1808, o Brasil ingressa no seu período imperial, o que fez surgir transformações econômicas e políticas muito significativas. Aos poucos a economia deixou de basear-se apenas na agroindústria e na extração de minérios, voltada ao sistema colonial de trocas, e se iniciou a implantação de atividades industriais através de iniciativas estatais e privadas. Nessa mesma ocasião, se formou o Estado Nacional e a constituição do aparelho educacional escolar, que persistiu por mais um século, basicamente com a mesma estrutura. (CUNHA, 2000, p. 59).

Ainda sobre a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, Aranha (2006, p. 219-220) relata que D. João VI promoveu a abertura dos portos e a revogação do alvará que proibia a instalação de manufaturas, promovendo a ruptura do pacto colonial. Entretanto, essa ruptura tornou mais nítida e direta a dependência brasileira ao governo britânico. E, com a proclamação de Independência, realizada por D. Pedro I em 1822, após o retorno de D. João VI a Portugal, proveniente das turbulências vivenciadas à época em tal país, não propiciou mudanças econômicas e sociais significativas no Brasil. Assim, ainda conforme Aranha, enquanto na

Europa o liberalismo caminhava em passos largos para a industrialização, no Brasil mudanças importantes não ocorreram.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal a importou e tratou de acomodá-la onde fosse possível, aos seus direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos". (HOLANDA apud ARANHA, 2006, p. 220).

Para agravar ainda mais essa situação, de forma concomitante à constituição do sistema escolar, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do ensino secundário e do ensino superior, objetivando a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais. As primeiras iniciativas desse modelo partiam de associações civis, religiosas ou filantrópicas, e das esferas estatais através das províncias legislativas do Império, de presidentes de províncias e de assembleias provinciais legislativas. (MANFREDI, 2002, p. 75).

Com a abolição da escravatura, acompanhada pela consolidação da imigração européia e pela expansão da cafeicultura, surgiu uma nova dinâmica na economia que passava necessariamente pela demanda por novos empreendimentos industriais, e, por conseguinte, por novas necessidades de qualificação profissional. (MANFREDI, 2002, p. 79).

Silva (1999, p. 15) relata que o histórico da educação profissional em Pernambuco teve seu primeiro registro em 1874, quando o então presidente da província de Pernambuco, Henrique Pereira de Lucena, hoje o equivalente a governador de estado da federação, obrigou aos estabelecimentos fabris o preparo de seus funcionários. O autor ainda relata que a história da educação brasileira registra a existência de um persistente dualismo na oferta de escolarização à população e que tem sido caracterizado, por inúmeros educadores, como um fenômeno no qual coexistem "escolas para os pobres" e "escolas para os ricos", ou ainda "escolas para os pobres" e "escolas para nossos filhos".

Esse dualismo tem sua expressão mais clara no que se refere ao papel da educação profissional para o trabalho. Em que educar para uma atividade profissional específica é tarefa da “escola para os pobres”, enquanto a “escola de nossos filhos” é preparatório para níveis mais elevados de ensino, entre os quais o superior que é o alvo principal. A Constituição Federal de 1937 assim se expressava:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa privada dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. (BRASIL. Carta Constitucional de 1937).

A organização da escola, no período antecedente à República, não se via pressionada a atender, de forma significativa, sua clientela no sentido de prepará-la para atividades especificamente profissionais. Com a economia movida predominantemente por mão-de-obra escrava, e com a pouca complexidade do sistema produtivo, bastavam os conhecimentos de ler, escrever e contar. Assim, a educação, nesse contexto, prestava-se mais para preparar para o prosseguimento de estudos do que para o exercício de uma profissão definida, o que aconteceria apenas nos cursos superiores.

Essa prerrogativa continua até os dias atuais, pois, conforme afirma Cunha (2000, p. 89), a tradição historiográfica de pesquisa privilegiou a educação propiciada nos espaços escolares tradicionais, o que fez gerar um grande vazio em relação aos estudos relacionados ao ensino profissional. Segundo tal autor os historiadores da educação brasileira se preocuparam, principalmente, com o ensino das elites e do trabalho intelectual, esquecendo do ensino para as demais classes da população.

Apesar de a República ter trazido consigo idéias favoráveis a uma igualdade maior de oportunidades educacionais, acreditando ser condição de sustentação do novo regime a existência de uma população esclarecida por uma escolarização universal, não houve demanda real, por parte da economia, de um contingente significativo de trabalhadores a ser profissionalizado pela escola, que só veio surgir após a chamada Primeira República, a partir de 1930, quando novas mudanças no modelo de produção da sociedade brasileira começaram a acontecer. A partir dessa década,

a educação despertara maior atenção, quer pelos movimentos dos educadores, quer pelas iniciativas governamentais.

Com a crise do modelo oligárquico agroexportador e o delineamento do modelo nacional-desenvolvimentista com base na industrialização, exigia-se melhor escolarização, sobretudo para os segmentos urbanos – tecnocratas, militares e industriais. Então no Governo de Getúlio Vargas fortes mudanças começaram a ocorrer e surgiram diversas iniciativas no sentido de dotar a escola de instrumentos que fornecessem os profissionais qualificados, demandados pela indústria nacional em plena expansão. (ARANHA, 2006, p. 305).

Em 10 de novembro de 1937, ainda no governo do Presidente Getúlio Vargas, foi outorgada a nova constituição brasileira, em que o seu artigo de nº 129 preconizava o seguinte:

À infância e à juventude, a que faltam os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino, em todos os graus, a possibilidade de receber uma educação adequada as suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais. (Brasil. Constituição de 1937)

O ensino pré-vocacional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução, fundando instituições de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos estados, dos municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL. Constituição de 1937).

Surge assim, com a outorga da Constituição de 1937, a base legal para criação dos serviços nacionais de aprendizagem. Entretanto, ainda não era o suficiente para a sua criação. Como expõe Silva (1999, p.15), inúmeros fatos aconteciam nesse período como repercussão da grande crise mundial iniciada em 1929, que se

prolongou pelos anos seguintes na economia do país, com o *crack* mundial da bolsa de valores de Nova Iorque.

Além desse fato, é possível citar alguns outros acontecimentos no Brasil no mesmo período (década de 30):

- O fim da oligarquia cafeeira no início da década de 30.
- A instalação da indústria de base no país, com a siderurgia.
- O elevado crescimento da produção de carvão, do laminado do ferro e do cimento.
- O crescimento da produção têxtil.

Em 1939, com a Segunda Guerra Mundial, é desencadeado um processo de aceleração da industrialização no país, e, entre 1939 e 1944, o crescimento médio da produção da indústria de transformação foi de 30%. Nesse mesmo período, o crescimento da produção de minerais não-metálicos foi de 107% e o da metalurgia de 77%. (SILVA, 1999, p.16).

Em 22 de janeiro de 1942, através de Decreto-Lei nº 4.048, encaminhado pelo então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, ao Presidente da República, foi instituído o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai, sendo esse organizado e dirigido desde sua criação pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI. A partir do Senai outras instituições de educação foram criadas, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, no sentido de prover o ensino profissional aos trabalhadores brasileiros.

1.1 Uma análise da educação à luz das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN

Em uma leitura sobre como a sociologia ajuda a compreender melhor a educação como instrumento de desenvolvimento da sociedade, quer para formar bons cidadãos e prepará-los para a participação produtiva nas atividades sociais, quer mesmo para discutir outros modos de recusa do conformismo, faz surgir não apenas

o interesse pelo ensino técnico, mas pela educação para o mundo do trabalho. (ARANHA, 2006, p. 255).

Ao estudarmos a atuação do Estado, nos primeiros tempos republicanos, que tem início em 1889, vê-se o esboço de um modelo de escolarização baseado na escola seriada, com normas, procedimentos, métodos e instalações adequadas. Principalmente com a construção de prédios monumentais que surgiram com o intuito de atestar o interesse do governo pelo ensino público. (ARANHA, 2006, p. 298).

A Constituição Republicana de 1891, ao reafirmar a descentralização do ensino, atribuiu à União a incumbência da educação superior e secundária, reservando aos Estados o ensino fundamental e profissional. Dessa forma foi dada continuação ao sistema dualista e tradicional, com ênfase em seu viés elitista, já que a educação elementar, aqui contemplando o ensino fundamental e profissional, recebia menor atenção, e o ensino secundário permanecia acadêmico e voltado para a preparação ao curso superior. (ARANHA, 2006, p. 299).

Na vigência do Estado Novo, compreendido entre os anos de 1937 e 1945, durante a ditadura de Vargas, o ministro Gustavo Capanema empreendeu algumas reformas substanciais no ensino, regulamentadas pelas chamadas Leis Orgânicas do Ensino, formadas por diversos decretos-leis assinados entre 1942 e 1946. Nesse período houve a reforma do ensino primário, a criação do ensino supletivo e a sistematização do ensino profissional, sendo este último subdividido em dois tipos: um mantido pelo sistema oficial e o outro pelas empresas, supervisionado pelo Estado, tendo como exemplos o Senai e o Senac. (ARANHA, 2006, p. 307-308).

Com a tendência mundial em defesa da democracia, entendida como uma forma de organização social na qual predominam a liberdade e a igualdade como valores a serem buscados por todos, intensificada a partir do término da Segunda Guerra Mundial, a sociedade brasileira se vê questionada em sua forma tradicional de organização e postura. Instituições elitizantes são abaladas em sua validade social, havendo, desse modo, necessidade de novos arranjos sociais mais democráticos.

1.1.1 A Lei 4024/64

Entre os anos da República Populista, compreendido entre 1945 e 1964, surgiram novas discussões sobre a necessidade de ampliação das ações de educação. Nesse período foi concebido o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, que só foi implementada a partir de 1964, a partir da sua publicação sob o nº 4.024. Entretanto tal LDB não trouxe grandes alterações na estrutura do ensino, já que para muitos especialistas a mesma já nascia ultrapassada, sem considerar as rápidas modificações vivenciadas com a aceleração do processo de industrialização do Brasil no período. (ARANHA, 2006, p. 311).

Nesse contexto, o ensino técnico, ou melhor, o ensino profissional técnico, continuou a não receber a atenção merecida e não se obteve um crescimento substancial das vagas ofertadas, conforme requerido à época.

Várias iniciativas dos movimentos de educação popular foram postas em prática a partir da década de 1960. E, independentemente da sua composição ideológica, geraram um conjunto amplo de oportunidades, principalmente na esfera do ensino profissional. São bons exemplos dessas iniciativas a criação dos Centros Populares de Cultura - CPC, os Movimentos de Cultura Popular - MCP, do educador Paulo Freire, e os Movimentos de Educação de Base - MEB, criados pela Igreja Católica. (ARANHA, 2006, p. 312).

A Lei nº 5.540/68, que tratava do ensino de 3º grau, extinguiu a cátedra (cargo de professor universitário, titular em determinada disciplina), unificou o vestibular e aglutinou as faculdades em universidades. Foi instituído ainda o curso básico nas faculdades, na tentativa de suprir as deficiências do ensino do 2º grau e o estabelecimento de cursos de pós-graduação. (BRASIL, 2005)

1.1.2 A Lei 5692/71

Em 1971, com a Lei nº 5.692/71, surge a reforma do ensino de 1º e 2º graus, integrando o antigo primário com o ginásial, e a criação da escola única profissionalizante, esta última na tentativa de extinguir a separação entre escola

secundária e técnica, permitindo que com o término do 2º grau o aluno já possuísse uma profissão. (ARANHA, 2006, p. 318).

A Lei nº 7.044/82 introduziu o conceito de preparação para o trabalho, ao invés de qualificação para o trabalho, tal como constava na Lei nº 5.692/71. A qualificação para o trabalho supõe a formação do educando para o exercício de uma ocupação específica, geralmente constante nas classificações de ocupações, com descrição detalhada e com pré-requisitos especificados. (BRASIL, 2005)

A preparação para o trabalho, por outro lado, faz parte de uma proposta educacional em que se entende ser necessário educar para a vida produtiva e para a responsabilidade do exercício do trabalho, mediante o qual o educando contribui para a manutenção de sua própria vida e da sociedade, sem, contudo, direcionar-se para uma ocupação específica. São conhecimentos, habilidades e atitudes que favorecem o assumir o trabalho como uma dimensão fundamental da vida em sociedade, aquilo que o educando terá da escola como preparação para o trabalho. Na prática essa medida legal veio liberar as escolas que não desejavam oferecer qualificação profissional aos seus alunos, ficando o ensino técnico propriamente dito nas mesmas condições em que se encontrava antes do advento da Lei nº 7.044/82.

1.1.3 A Lei 9394/96

Novas demandas sociais, entretanto, virão exigir dos educadores e administradores dos sistemas de ensino respostas mais adequadas à realidade social, cultural, econômica e política do Brasil. Essas respostas são sistematizadas apenas na Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as novas Diretrizes e Bases da Educação – LDB, dedicando um capítulo específico para a educação profissional, sendo esta Lei a vigente atualmente.

Na Lei 9.394/96 o termo “Educação Profissional”, de certa forma, introduziu uma ambigüidade no entendimento básico da educação, conduzindo ao reducionismo de compreender a educação no seu sentido mais amplo e interpretar suas atividades como formação profissional. Várias expressões tentam imprimir significado à educação profissional: ensino profissional, formação profissional ou técnico-

profissional, educação industrial ou técnico-industrial, qualificação, requalificação, capacitação e treinamento. Entretanto, não há consenso sobre o significado desses termos (BRASIL, 2004).

Analisando o “ter educação”, também há várias interpretações e direcionamentos. Fala-se em educação formal, educação não-formal, educação continuada, educação à distância, educação ambiental e até em educação sexual. Mas, do ponto de vista legal, educação tem em geral um sentido limitado. Na Lei nº 7.044/82 educação era sinônimo de ensino, seja de ensino regular ou de ensino supletivo, referindo-se assim sempre à educação formal. Embora estatuísse que poderia ser dada no lar e na escola, de fato, a ação educativa verdadeiramente “certificada” pelos cânones legais era incorporada na modalidade ensino.

Com a Lei nº 9.394/96, há uma ruptura de dimensão axiológica na medida em que se elastece a carga semântica de educação, imputando-lhe um atributo de ação do indivíduo para construir seu destino nas mais diferentes ambiências humanas: na família, no trabalho, na escola e nas organizações sociais. Em qualquer desses espaços, há um processo formativo, ou seja, um chão de aprendizagem sobre o qual se forma a cidadania, conforme o que expressa o artigo 1º da referida Lei:

Art. 1º - A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio de ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

A mesma Lei enquadra uma tipologia específica de educação, a chamada educação escolar, desenvolvida, predominantemente, porém, não exclusivamente em instituições específicas, chamadas de instituições educativas (creches, escolas, colégios, institutos, faculdades e universidades).

A educação preconizada atrai quatro conceitos estruturantes do novo mapa de referência da escola, enquanto palco principal do processo educativo:

- Prática Social: atividade socialmente produzida e ao mesmo tempo produtora de existência social. Significa, também, soma de processos históricos determinados pelas ações dos homens.
- Mundo do Trabalho: ambiente de construção de sobrevivência, mas também de transformação social.
- Movimentos Sociais: esforços sistemáticos de construção de espaços alternativos de organização coletiva.
- Manifestações Culturais: trata-se de expressões da cultura enquanto conceito antropológico e se reporta ao mundo que o homem cria através de sua intervenção sobre a natureza, ou seja, através do seu trabalho. Neste sentido, não há cultura superior à outra, há, isto sim, culturas diferentes.

O artigo 2º da Lei nº 9.394/96 dispõe:

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada no princípio de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Os artigos 203, 205, 227 e 229 da Constituição se reportam à obrigatoriedade da família e do Estado em relação às responsabilidades com a educação. Em decorrência disso, outras fontes legais ratificam e explicitam esta obrigatoriedade. O Código Penal brasileiro estabelece pena de detenção de 15 dias a um mês a quem “deixar, sem justa causa, de prover a instrução primária de filhos em idade escolar”. O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, por sua vez, no artigo 53, declara que “a criança e o adolescente têm direito à escola pública e gratuita próxima de casa”. Portanto, não se trata de uma concessão, mas de um princípio de coercibilidade.

Ao atribuir a responsabilidade de educação à família e ao Estado, o dispositivo legal retrata o artigo 205 da Constituição Federal e, igualmente o faz ao abordar a dimensão tecnológica da educação (qualificação para o trabalho).

A finalidade da Educação é de tríplice natureza:

- O pleno desenvolvimento do educando.
- Preparo para o exercício da cidadania.

- Qualificação para o trabalho.

A qualificação para o trabalho não significa a divisão da vida em dois tempos: um tempo para estudar e outro para trabalhar. Considerando-se que não devem existir valores pedagógicos descontextualizados das práticas sociais e da vida real, entende-se que a educação para o trabalho é inerente à educação política. Não se pode pensar em formação humana do aluno se, pela ação do trabalho, o cidadão não contribuir para humanizar as estruturas sociais, econômicas e políticas. Como ensina João Paulo II (1981) “cada um se faz homem, entre outras coisas, através do trabalho, e esse se fazer homem expressa precisamente a finalidade principal de todo o processo educativo.”

O Capítulo III da Lei nº 9.394/96 se reporta especificamente à Educação Profissional, em que o relevo que o assunto merece decorre de uma profunda mudança por que passa o chamado mundo do trabalho. A premência por uma formação profissional reconceitualizada decorre dos seguintes fatores:

- As diretrizes normativas da educação profissional no Brasil estiveram, quase sempre, divorciadas das políticas de desenvolvimento econômico e tecnológico do país, das políticas sociais voltadas para o trabalho, para a geração de emprego e renda e de estratégias fecundadoras de parcerias e de integração.
- A legislação pautada na Lei 5.692/71 e nos institutos normativos decorrentes, ao contribuir para a falta de foco na educação do cidadão produtivo, concorria para a desarticulação entre os vários sistemas de ensino profissionalizante, gerando um subaproveitamento dos recursos existentes.
- A educação profissional no Brasil possui, historicamente, uma estrutura inflexível e, em decorrência, tem dificuldade de atender, com agilidade, a crescente demanda por níveis mais elevados de qualificação.
- O atual modelo de oferta de cursos profissionalizantes contribui para aprofundar as desigualdades sociais, à medida que se mostra impermeável à diversidade socioeconômica e cultural do país.

O artigo 39 da Lei nº 9.394/96 destaca a necessidade de uma vinculação estreita entre educação profissional e o desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Importa dizer que os currículos dessa área devem ser desenvolvidos a partir da prévia definição das competências, das habilidades e das atitudes, perfazendo o trinômio “CHA¹”, para cada área profissional. Isso impõe a necessidade da aproximação entre as instituições e a sociedade, requerendo os estudos de mercado, a análise dos novos perfis profissionais, a análise de tendências tecnológicas e a avaliação da atual oferta de cursos.

Não se deve esquecer de que a educação profissional precisa ser desenvolvida de forma articulada, não só com os diferentes tipos de educação e de metodologias educacionais, mas também com ambiente de trabalho, o chão de fábrica, tendo como base de sustentação a evolução científica e tecnológica.

Na seqüência são descritos os demais artigos da nova LDB, Lei nº 9.394/96, que se reportam diretamente à educação profissional:

Art. 40 – A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 41 – O conhecimento adquirido na educação profissional, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

Art. 42 – As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.

Vale destacar que sendo uma modalidade da educação, e não de nível de ensino, a educação profissional está aberta a qualquer pessoa dentro dos padrões normativos contidos no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 e 42 da nova LDB. E, de acordo com esse decreto, a educação profissional compreende três níveis:

- Nível básico: destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independentemente de prévia escolaridade.

¹ Conhecimentos, habilidades e atitudes.

- Nível técnico: destinado a oferecer habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por Decreto.
- Nível tecnológico: destinado a egressos do ensino médio e técnico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica. A grande novidade do decreto consiste na separação da educação geral e dos conteúdos da educação profissional, na oferta de nível técnico.

No que se refere aos currículos, o Decreto 2.208/97 prevê tratamentos diversos para os três níveis de Educação Profissional. Assim, a educação profissional de nível básico está livre de regulamentação curricular por se tratar de modalidade educativa não-formal. A Educação Profissional de nível técnico, ao contrário, vai pautar-se por diretrizes curriculares nacionais oriundas do Ministério da Educação e Cultura - MEC e aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e, evidentemente, pelos currículos básicos, de responsabilidade dos sistemas. Além disto, cada escola terá a liberdade de eleger disciplinas, conteúdos, habilidades e competências específicas para incorporação ao currículo pleno do próprio estabelecimento, no limite de 30% do currículo básico estabelecido pelo respectivo Conselho Estadual de Educação. “Flexibilidade” e “empregabilidade” são os princípios a orientar a formulação dos currículos da Educação Profissional.

O CNE, a partir de proposta do MEC/SEMTEC, aprovou, em 05/10/1999, o Parecer 16/99, desdobrando os setores de atividades em áreas estruturadas de competências, habilidades e conteúdos mínimos e duração mínima correspondente. No setor indústria, por exemplo, a carga horária mínima é de 1.200 horas.

Em publicação da Organização Internacional do Trabalho - OIT é evidenciada que a inflexibilidade da organização curricular do regime anterior encontra aqui uma clara ruptura. Baseadas, historicamente, na oferta de cursos regulares, as escolas técnicas e profissionais trabalhavam com a idéia exclusiva de currículos prontos, de teor vocacional fechado. (ORGANIZAÇÃO..., 2002).

Como os conteúdos de educação geral, também denominados de conteúdos propedêuticos, por estarem centrados na preparação para ingresso no ensino superior, eram colados aos conteúdos profissionalizantes, essas escolas foram desfigurando a função para a qual existiam. Agora, além de oferecerem cursos com a finalidade exclusiva de qualificar tecnicamente o aluno para uma atividade laboral, desaparecendo, assim, a referência vestibular, terão de oferecer, igualmente, uma programação especial de cursos alternativos destinados à comunidade e de acesso deferido não mais pelo nível de escolaridade do aluno, mas pela capacidade que ele exibir de se apropriar do tipo e do nível de conhecimento que vai ser trabalhado.

E, para viabilizar mecanismos de aferição de aproveitamento, pode-se utilizar desde aplicações formais, tipo teste ou exame, até a realização de estudos de processos de assimilação. Esses processos podem versar sobre métodos de trabalho, sobre a postura diante do conhecimento, sobre a natureza das respostas dadas a perguntas apresentadas ou, ainda, sobre a solução oferecida a situações-problema acaso apresentadas. Tudo isso pressupõe uma boa formação metodológica por parte dos professores. Para tanto, é imprescindível o apoio de psicólogos que são familiarizados, em decorrência da formação que possuem, com métodos e técnicas para observar e analisar as pessoas nas relações com uma matéria específica ou uma base de ensino.

Hoje, no Brasil, a oferta da educação profissional é realizada por um conjunto de entidades públicas e privadas elencadas abaixo.

I – Rede Pública Federal:

- a) Os centros federais de educação tecnológica e suas unidades de ensino descentralizadas.
- b) As escolas técnicas federais.
- c) As escolas agrotécnicas federais.
- d) As escolas e colégios técnicos vinculados a instituições federais.

II – Redes Públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

- a) Suas unidades de formação profissional.
- b) Os centros de educação tecnológica e suas unidades descentralizadas.
- c) as escolas técnicas vinculadas às instituições estaduais de ensino superior.

III – Rede Privada:

a) O Sistema S, que inclui:

- SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
- SESI – Serviço Social da Indústria.
- SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
- SESC – Serviço Social do Comércio.
- SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Agrícola.
- SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte.
- SEST – Serviço Social do Transporte.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.
- SESCOOP – Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços.

b) As escolas técnicas e faculdades de tecnologia.

c) As escolas e centros de formação profissional, mantidos por sindicatos de trabalhadores.

d) As escolas e fundações mantidas por grupos empresariais.

e) As escolas vinculadas às organizações não-governamentais de cunho religioso, comunitário e educacional.

1.2 Uma leitura de decretos, portarias e pareceres relacionados à educação profissional

Cabe aqui iniciar citando o Decreto nº 31.546, de 6 de outubro de 1952, em que o então Presidente da República Getúlio Vargas resolve que o contrato de trabalho pode assumir a forma de contrato de aprendizagem, desde que o empregado, menor de 18 e maior de 14 anos, esteja “sujeito à formação profissional metódica do ofício em que exerça o seu trabalho”. (Parágrafo único do art. 80 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT).

Tal decreto considera que, por força da legislação, então vigente, algumas obrigações decorrentes do contrato de aprendizagem são diversas das que advêm do contrato de trabalho comum, impondo-se, portanto, a conveniência de ser regulamentado o conceito de empregado aprendiz. E a partir daí contém oito artigos que se reportam diretamente às atribuições do Senai, do Senac e do Senar como instituições de aprendizagem profissional.

Em 2000, a Presidência da República altera dispositivos da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dando a esta uma nova redação através da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. Tais alterações geraram sérias mudanças no dia-a-dia das instituições de educação profissional e nas empresas, requerendo novos mecanismos de interação. Vale relacionar os artigos que se reportam à aprendizagem.

Art. 402 – Considera-se menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de quatorze até dezoito anos.

Art. 403 – É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Parágrafo único: O trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais a sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam sua freqüência à escola.

Art. 428 – Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de quatorze e menor de dezoito anos, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz, a executar, com zelo e diligência, as tarefas necessárias a essa formação.

§ 1º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, matrícula e freqüência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica.

§ 2º Ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora.

§ 3º O contrato de aprendizagem não poderá ser estipulado por mais de dois anos.

§ 4º A formação técnico-profissional a que se refere o capítulo deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidades progressivas desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Art. 429 – Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional.

Art. 430 – Na hipótese de os Serviços Nacionais de Aprendizagem não oferecerem cursos ou vagas suficientes para atender à demanda dos estabelecimentos, esta poderá ser cumprida por outras entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, a saber:

I – Escolas Técnicas de Educação;

II – Entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º As entidades mencionadas neste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional.

§ 3º O Ministério do Trabalho e Emprego fixará normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso II deste artigo.

Art. 431 – A contratação do aprendiz poderá ser efetivada pela empresa onde se realizará a aprendizagem ou pelas entidades mencionadas no inciso II do art. 430, caso em que não gera vínculo de emprego com a empresa tomadora dos serviços.

Art. 432 – A duração do trabalho do aprendiz não excederá seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

§ 1º O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.

Art. 433 – O contrato de aprendizagem extinguir-se-á no seu termo ou quando o aprendiz completar dezoito anos, ou ainda antecipadamente nas seguintes hipóteses:

I – Desempenho insuficiente ou inadaptação do aprendiz;

II – Falta disciplinar grave;

III – Ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; ou,

IV – A pedido do menor aprendiz.

Tais artigos da CLT representam a forma em que legislação trabalhista se aproxima mais intimamente da educação profissional, entretanto se reporta exclusivamente à aprendizagem que possui uma série de regulamentações e sofre processo de fiscalização permanente através das Delegacias Regionais de Trabalho.

Em 2005, a Lei nº 10.097/2000, também conhecida como a Lei da Aprendizagem, sofre nova alteração através da Lei nº 11.180/05 que amplia a idade máxima da aprendizagem de 18 para 24 anos. Inúmeras críticas são feitas ainda hoje a tal alteração que não foi submetida a um processo aberto de discussão.

Em 2003, o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, através da Portaria Interministerial nº 13, em conjunto com o MEC, resolveu instituir um Grupo de Trabalho Interministerial sobre Qualificação e Educação Profissional - GTI/QEP, entre a Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE/MTE, e a Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC/MEC, com o objetivo de articular ações e estratégias em áreas de atuação comuns aos dois Ministérios no campo da qualificação e da educação profissional.

Segundo tal portaria, o GTI/QEP tem como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a legislação decorrente sobre a educação profissional e a Resolução 333, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT. Foram instituídas como principais atribuições do GTI/QEP:

- Realizar levantamento sobre áreas de atuação comum e elaborar estratégias de atuação conjunta, notadamente quanto à qualificação social e profissional, educação técnica e tecnológica, certificação ocupacional e profissional, elevação de escolaridade de trabalhadores, educação profissional rural, formação inicial e continuada de trabalhadores, aprendizagem, estágio, censo, avaliação e financiamento da educação profissional básica.
- Elaborar propostas sobre a articulação de ações com o Sistema Federal e Estadual de Ensino Técnico, Sistema S, Plano Nacional de Qualificação - PNQ, Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP,

Classificação Brasileira de Ocupações - CBO e outras iniciativas no campo da qualificação e educação profissional.

- Elaborar plano de trabalho relativo à constituição do Sistema Nacional de Formação Profissional e do Sistema Nacional de Certificação Ocupacional e Profissional.
- Elaborar proposta de trabalho articulado sobre qualificação e educação profissional no âmbito do Fórum Nacional do Trabalho, Conselho Nacional de Educação, Mercosul, OIT e UNESCO.
- Elaborar propostas de Protocolos, Convênios, Portarias e Projetos referentes aos temas relacionados.

Essa portaria representa um grande passo para adequação e integração das políticas públicas de Educação, Trabalho e Emprego, que sempre estiveram distanciadas.

Em 2004, com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, há a regulamentação do § 2º e dos artigos 39 e 41 da LDB, considerando que a educação profissional passa a ser desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I – formação inicial e continuada de trabalhadores;
- II – educação profissional técnica de nível médio;
- III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

No mesmo decreto são relacionadas às modalidades de realização do processo de Educação Profissional para a formação inicial e continuada de trabalhadores. Entretanto, devido a diferentes interpretações, e das várias consultas realizadas por instituições de educação profissional e tecnológica, surge o Parecer CNE/CEB de nº 39/2004, com o intuito de disponibilizar um maior detalhamento sobre o que dispunha o Decreto nº 5.154 e sobre um tema intrigante: as relações, inclusive de sobreposição, da educação profissional e do ensino médio. No parecer é afirmada, de forma explícita, a impossibilidade de se colocar a educação profissional no lugar do ensino médio, como se ela fosse uma parte dele, como o fizera a revogada Lei nº 5.692/71. Nesse momento a “articulação” é a nova forma de relacionamento entre a educação profissional e o ensino médio.

1.3 Plano de desenvolvimento da educação profissional

A concepção de educação que inspira o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), no âmbito do MEC, e que perpassa a execução de todos os seus programas, reconhece na educação uma face do processo dialético que se estabelece entre socialização e individuação da pessoa, que tem como objetivo a construção da autonomia, isto é, a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo. Tal plano considera que só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos. O PDE oferece uma concepção de educação alinhada ao que preconiza o artigo 3º da Constituição Federal de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Reduzir desigualdades sociais e regionais na educação exige pensá-la em um plano nacional. O PDE, nesse sentido, possui a intenção de ser mais do que a tradução instrumental do PNE, o qual, em certa medida, apresenta um bom diagnóstico dos problemas educacionais, mas deixa em aberto a questão das ações a serem adotadas para a melhoria da qualidade da educação.

Em um breve histórico no âmbito dos vários programas de educação, pode-se afirmar que foram criadas falsas oposições², devido, principalmente, a falta de interação entre suas ações. A mais indesejável das oposições foi entre a educação básica e a educação superior, em que diante da falta de recursos, alegava-se que caberia ao gestor público optar pela primeira. Como resultado, a educação básica vivencia a falta de professores com licenciatura para exercer o magistério e alunos do ensino médio estão desmotivados pela insuficiência de oferta de ensino gratuito nas universidades públicas.

² Ver BRASIL. Ministério da Educação. O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas. Brasília. 2007

A segunda oposição não trouxe reflexos mais amenos, tendo sido estabelecida em nível da educação básica, formada pela educação infantil e os ensinos fundamental e médio. A atenção quase exclusiva ao ensino fundamental resultou em certo descaso, por assim dizer, com as outras duas etapas e prejudicou o que supostamente se pretendia proteger.

Estabeleceu-se ainda oposição entre o ensino médio e a educação profissional, haja vista que nos anos 90, foi banida por decreto³ a previsão de oferta de ensino médio articulada à educação profissional, e proibida por lei a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, nos seguintes termos:

A expansão da oferta de educação profissional, mediante a criação de novas unidades de ensino por parte da União, somente poderá ocorrer em parceria com estados, municípios, Distrito Federal, setor produtivo ou organizações não-governamentais, que serão responsáveis pela manutenção e gestão dos estabelecimentos de ensino (Lei nº9.649, de 27 de maio de 1998).

A União até poderia construir novos estabelecimentos, mas as despesas com o custeio e com pessoal seriam de responsabilidade dos estados, municípios ou das demais instituições. O Congresso Nacional inseriu no projeto um dispositivo que relativizava a regra geral, excepcionando as unidades de ensino da União com obras já concluídas. O dispositivo foi vetado. Com isso, as experiências mais virtuosas de articulação do ensino médio com a educação profissional, desenvolvidas na rede federal, foram desprestigiadas.

A quarta oposição foi à alfabetização dissociada da Educação de Jovens e Adultos (EJA). As ações de alfabetização sob responsabilidade da União nunca estiveram sob a alçada do MEC e jamais foram articuladas com a EJA. Essa visão fragmentada também intensificou a oposição entre educação regular e educação especial. Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando o cumprimento do princípio constitucional que

³ Cf. art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994, com a redação dada pela Lei nº9.649, de 27 de maio de 1998.

prevê a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a continuidade nos níveis mais elevados de ensino.

Nesse contexto, pode-se considerar que muito ainda precisa ser realizado em relação à priorização da educação como fator de determinação da capacidade de desenvolvimento do país, no sentido de reverter às oposições geradas por nosso modelo educacional, que reforçado por nossa Constituição, que organiza as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em matéria educacional, sobrepõe à forma federativa dos níveis e das etapas da educação.

Nesse sentido, se vê no PDE a revisão da postura da União, que a partir de tal programa assumiu maiores compromissos, inclusive financeiros, e colocou à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios instrumentos de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade e de ampliação da educação.

O PDE possui quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. Aqui será abordada com maior ênfase a educação profissional, por ser o tema principal deste estudo.

Na visão do PDE a educação profissional torna mais evidente o vínculo existente entre educação, território e desenvolvimento, e mais notável o efeito de sua articulação. Em 1998, o orçamento do sistema público federal de educação profissional, a partir das Escolas Técnicas Federais, atingiu cerca de R\$ 856 milhões, a valores de 2005. Naquele mesmo ano, o orçamento do sistema, já recuperado, atingiu mais de R\$ 1,2 bilhão. Entre 1995 e 1998, não foi autorizada a contratação de um único docente ou técnico para o sistema de 140 unidades. Entre 2003 e 2006, foi autorizada a contratação de 3.433 docentes e técnicos administrativos, sendo deflagrado, nessa ocasião, o maior processo de expansão da rede em seus 100 anos de história. De 1909 a 2002 foram autorizadas 140 unidades, pouco mais de uma por ano em média. De 2003 a 2010, serão autorizadas 214 novas unidades, ou seja, ampliação de 150% do parque federal de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2007, p. 35).

Capítulo 2: Concepções de educação profissional

De acordo com Sen (1999, p. 39), o desenvolvimento deve ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, ou seja, a liberdade deve ser vista como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento e ela consiste na eliminação de tudo o que limita as escolhas e as oportunidades das pessoas.

Em sua abordagem, a expansão da liberdade é considerada como “o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento”, sendo que tais considerações apontam para o “papel constitutivo” e o “papel instrumental” da liberdade no desenvolvimento.

Ele diz que o papel constitutivo se relaciona à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana, e assim incluem capacidades elementares como, por exemplo, o de ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, além das liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, dentre outras.

Já o papel instrumental da liberdade concerne ao modo de como diferentes tipos de direito, oportunidades e intitamentos contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento. Tal autor elenca cinco tipos de liberdades instrumentais: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora.

Dessa forma, para medir o desenvolvimento, não deve ser considerado apenas o crescimento do Produto Nacional Bruto - PNB, o aumento de rendas pessoais, o nível de industrialização, os avanços tecnológicos ou a modernização social. É fundamental uma análise mais ampla contemplando, além dos indicadores econômicos, os sociais (inclusive educação) e os ambientais para averiguação da quebra desses limites.

Nesse âmbito, reflete-se neste capítulo sob duas concepções de educação profissional, uma que está inserida nas idéias de uma educação profissional tecnicista, e outra, que defende uma educação profissional para o desenvolvimento local sustentável.

2.1 Educação profissional sob a égide tecnicista

Segundo loschpe (2004, p. 15) a educação não é apenas um direito do cidadão, mas sim patrimônio estratégico do país e uma ferramenta primordial para o seu desenvolvimento. Dessa forma a educação precisa ser moldada para atingir sua configuração ideal, com o intuito de vir servir a sua função e realizar seu valor, deixando de ser percebida simplesmente como um fim em si mesma e passar a ser tratada como alavanca para o progresso do país.

Afinal, qual é o papel da educação? loschpe (2004, p. 28) expõe o seguinte:

O processo educacional vive cindido por antitécnicas de seus constituintes: por um lado como ferramenta de libertação, baluarte da esperança e esteio da revolução vindoura; de outro, instrumento de adestramento, doutrinação, preparação para o trabalho e manutenção da ordem vigente. De um lado pedagogos, educadores e filósofos da educação; de outro, empresários e trabalhadores.

Durkheim apud Aranha (2006, p. 256) tem a seguinte definição para a educação:

A educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais, reclamados pela sociedade política no seu conjunto e pelo meio especial a que a criança, particularmente, se destine.

Nessa visão, tem-se o processo educacional direcionado às crianças, não dando foco ao processo de educação também aos adultos, ou em outra interpretação: definida pelas classes dominantes, identificadas como “gerações adultas”, para as classes dominadas, representadas pelas “gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social”.

Na Economia, desde 1776 já se discutia sobre o impacto da educação no mercado de trabalho, e assim se dizia que “a diferença entre os tipos mais dissimilados, entre filósofo e um carregador de malas, por exemplo, parece surgir não tanto da natureza, mas de hábitos, costumes e educação” (SMITH apud IOSCHPE, 2004).

Entretanto, um tratamento mais rigoroso dos efeitos econômicos da educação teria de esperar quase duzentos anos, face aos efeitos da escravidão que projetou uma sombra sobre qualquer atividade intelectual que tentasse quantificar a educação. Por muito tempo tal assunto foi considerado como intratável, o que fez gerar a anomalia de uma ciência que versava sobre o desenvolvimento feito por homens sem tocar no desenvolvimento dos homens. Essa visão começou a ser desfeita a partir de 1960, quando Schultz, Becker e Mincer adicionaram ao capital e trabalho o tripé que faltava: o capital humano. Assim, a qualidade dos homens e mulheres, e não apenas o quantitativo das suas horas de trabalho, passou a ser incorporado como elemento decisivo da riqueza das nações e veio à tona a determinação do seu valor a partir do processo educacional. (IOSCHPE, 2004, p. 29).

Segundo Aranha (2006, p. 258), no início da década de 1940, já se podia falar em uma “era dos organizadores”, em que se estabeleceu uma hierarquia social decorrente do poder de coordenar o conjunto e dirigir o todo, já que “os seres humanos são instrumentos de produção tão importantes quanto as máquinas e é preciso saber manejá-los”. Baseando-se em pressupostos positivistas, se exerce uma função de controle e, portanto, oculta um significado político de dominação, confirmando a prerrogativa de que uma minoria controla e o restante é controlado.

Esse processo de organização do trabalho foi estendido às escolas, que por volta das décadas de 1960 e 1970, com a estruturação da Escola Nova, começa a esboçar a tendência tecnicista, cuja proposta tinha o intuito de tornar a aprendizagem “mais objetiva”, com o planejamento e organização racional da atividade pedagógica, com a operacionalização dos objetivos, parcelamento do trabalho e especialização das funções, com incentivos a técnicas e uso de instrumentos, de máquina de ensinar, dentre outros. Com isso, o plano pedagógico se submete ao administrativo, em que técnicos se tornam responsáveis pelo

planejamento e controle, o diretor da escola é o intermediário entre eles, e os professores se reduzem a simples executores.

Schultz via que a chave estava na qualidade dos fatores de produção e o que realmente mudou foi a qualidade do trabalho, proveniente da popularização da educação. Tal visão lhe trouxe o prêmio Nobel de Economia em 1979. Em sua teoria, a teoria do capital humano, há a idéia de que o gasto em educação leva a um aumento da renda futura, ou seja, a visão clássica de um investimento. E, como quem decide investir observa a taxa de retorno que o investimento oferece, também o futuro aluno (ou os seus pais, ou o governo) também o faz. Nessa visão são considerados apenas os benefícios gerados em uma visão microeconômica, em que se observa apenas a soma dos ganhos privados ou individuais, sem ainda tratar dos ganhos macroeconômicos. Mas nesse modelo, que se limita ao retorno financeiro, via incremento de salários, não são considerados outros fatores como satisfação com o trabalho e a qualidade de vida. (SCHULTZ *apud* ARANHA, 2006, p. 258; e IOSCHPE, 2004, p. 57). Ainda na opinião de Ioschpe (2004, p. 57):

(...) a educação, como qualquer serviço, tem uma demanda e uma oferta, um preço e uma quantidade. O valor da educação é medido por seu retorno, e sua quantidade é calculada pelo número de anos de escolarização das pessoas instruídas em uma determinada área geográfica. O mercado da educação tem, contudo, algumas características que o diferencia de outros mercados.

Um das características de diferenciação é que a educação produz um dos seus fatores de produção mais importantes: professores. Assim, quanto mais ampla for a base educacional de um país, mais professores em potencial existirão.

Surge, então, uma polêmica discussão: a relação entre os salários dos professores, quantidade e qualidade da educação. Ainda segundo Ioschpe (2004, p. 57), com o aumento da oferta de professores há a redução do seu preço, ou salários, diminuindo os custos da educação. Reduzindo-se os custos da educação mais pessoas tenderão a freqüentar escolas, formando um ciclo virtuoso. Os baixos salários dos professores, por sua vez, impactam na qualidade do ensino.

Um outro fator de diferenciação da educação é o de geração de “externalidades positivas”, que a Economia assim considera, mediante a geração de benefícios mesmo para as pessoas que dela não participam.

Em estudo dos economistas do Banco Mundial, George Psacharopoulos e Harry Patrinos (2002) há uma análise das taxas de retorno à educação por nível de educação e região. Observemos a Tabela 1.

Tabela 1 – Retornos privados e sociais à educação, por nível de educação e região (em %)

Região	Retorno privado			Retorno social		
	Primário	Secundário	Superior	Primário	Secundário	Superior
Ásia	20,0	15,8	18,2	16,2	11,1	11,0
Europa / Oriente Médio / África do Norte	13,8	13,6	18,8	15,6	9,7	9,9
América Latina / Caribe	26,6	17,0	19,5	17,4	12,9	12,3
OCDE	13,4	11,3	11,6	8,5	9,4	8,5
África Subsaariana	37,6	24,6	27,8	25,4	18,4	11,3
Mundo	26,6	17,0	19,0	18,9	13,1	10,8

Fonte: PSACHAROPOULOS, George; PATRINOS, Harry Anthony. *Returns to investment in education: a further update*. World bank policy Research working paper 2881. 2002. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/2881.html>>. Acesso em: 17 fev. 2008.

O estudo empírico confirma o que os autores chamam da análise das forças de demanda e oferta da educação, já que o retorno à educação, tanto em nível privado, como em nível social, cai à medida que o nível de renda aumenta: dada a escassez de pessoas educadas na África, lá o retorno à educação é duas ou mais vezes maior do que nos países da *Organisation for Economic Co-Operation and Development* - OCDE, que agrega os 30 países mais ricos do planeta. Há a tendência de que, em geral, quanto mais rico o país, menor o retorno. Outra característica que aqui cabe destacar é a de que a taxa de retorno privado é maior no nível primário, cai no nível secundário e aumenta um pouco no ensino superior. Mas o retorno social vai caindo continuamente: exceto nos países da OCDE, começa alta no ensino primário e depois cai, atingindo seu valor mais baixo no ensino superior. Isso devido aos custos desse nível de ensino, mais altos, o que faz com que as taxas de retorno privadas sejam mais altas, e as taxas sociais relativamente mais baixas.

Ainda segundo o estudo, o retorno à educação primária é quase sempre o mais alto, dados seus custos relativamente mais baixos e o benefício particularmente mais alto de um ano a outro, pois uma pessoa alfabetizada, por exemplo, tem maiores oportunidades de emprego a sua disposição do que um analfabeto.

Com uma visão mais ampla, abordando os ganhos macroeconômicos da educação para uma sociedade, pode-se tratar melhor as externalidades. Conforme aborda loschpe (2004, p. 72), o fato de um ganho social, oriundo do investimento em educação, além daqueles medidos por diferenças salariais, quer dizer que a taxa de retorno social não precisa ser menor do que a privada. A diferença entre as duas significa que talvez parte dos benefícios sociais não seja capturada através de medições salariais. E, dependendo do tamanho da externalidade, o ganho social seja maior do que o privado. É o que diz Lochner e Moretti (apud IOSCHPE, 2004), quando se fala de resultados de um estudo realizado nos Estados Unidos, que aponta que um ano a mais de educação tende a reduzir a incidência de aprisionamentos entre 11% e 16%. Os autores confirmam que sai mais barato investir em educação do que em policiamento para se obter resultado semelhante.

Dessa forma, diversos estudos realizados conseguem comprovar que investimentos em educação se revertem em ganhos econômicos, com aumento de renda, incremento de produtividade, e em sociais aqui não dissociados, como: redução da criminalidade, do índice de fertilidade e dos gastos do Estado com assistência social.

Nesse contexto, estreitar-se-ão as relações existentes entre Educação e Economia, sabendo-se que a primeira é fator condicionante da segunda, e ambas ao almejado desenvolvimento sustentável. Entretanto, observando essa relação circular, é importante citar um questionamento de loschpe:

O que deve merecer melhor atenção dos governantes e da sociedade? Investir pesadamente em educação e agüentar uma geração na miséria na esperança de que os frutos do investimento fossem colhidos mais tarde? Ou, pelo contrário, quem sabe o melhor seria promover um "choque" de crescimento, talvez inflando através de empréstimos a taxa de investimentos, e esperar que o próprio crescimento desencadeasse uma educação melhor, que por sua vez ajudaria a engendrar um desenvolvimento sustentado? (2004, p. 95).

Com essa indagação, pode-se afirmar que os países que fizeram a segunda opção, pelo crescimento econômico, não conseguiram gerar um ciclo virtuoso a contento, como os países que fizeram a primeira opção, por consistentes investimentos em educação.

No mundo contemporâneo se pode afirmar que muito se deve ao desenvolvimento da ciência e da técnica, que determinaram um modo novo de pensar e agir sem similar em toda a história da humanidade. O movimento de desenvolvimento industrial fez com que a ciência deixasse de se comprometer apenas com o conhecimento puro e partisse, impulsionado pelo avanço da tecnologia, ao atendimento às exigências de formação de técnicos especializados e, mais ainda, de uma organização do trabalho voltada para o aumento da produtividade, eficiência e eficácia. Assim, alguns teóricos propuseram técnicas de racionalização, tais como Taylor, que no início do século XX teve seu projeto de trabalho parcelado aplicado em fábricas, iniciando o sistema de linha de montagem típica do Fordismo. Tal modelo foi aceito em todo o mundo, independentemente da ideologia dos governantes (ARANHA, 2006, p. 258).

No Brasil, a sua inserção ocorreu no período da ditadura militar, entre as décadas de 1960 e 1970, na tentativa de buscar a inserção do país no contexto do capitalismo internacional em que se tratava a educação como capital humano. Entretanto, para implantar o modelo tecnicista não houve a revogação da então LDB de 1961, Lei nº 4.024/61, mas sim a introdução de alterações e de atualizações. Desse modelo surgiram a Lei nº 5.540/68 e a Lei nº 5.692/71, que tratavam, respectivamente, da reforma do ensino universitário e da reforma do 1º e do 2º graus, impostas por militares e tecnocratas.

Em síntese a educação tecnicista é aquela que atua no aperfeiçoamento da ordem social vigente, com foco no sistema capitalista, articulando-se diretamente com o sistema produtivo. Para essa articulação emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental, tendo como interesse principal a produção de indivíduos competentes para o mercado de trabalho, transmitindo, eficientemente, informações precisas, objetivas e rápidas. (LIBÂNEO, 1989, p. 290).

2.2 Educação profissional sustentável

No item 2.1 deste estudo reflete-se sobre o capital humano em que se afirma que a educação eleva os rendimentos futuros, fazendo uma analogia entre a produtividade física do capital e da educação, justificando-a no tratamento analítico da educação como capital, isto é, capital humano, posto que se torna parte da pessoa que a recebe (ALMEIDA; PEREIRA, [1996]).

As principais críticas de Almeida e Pereira sobre a teoria do capital humano são as seguintes:

- O uso da taxa de retorno a investimentos em autovalorização do indivíduo seja por falhas no modelo, seja pela discutível relevância desse conceito, para a tomada de decisão com relação ao investimento em educação.
- A interação entre a educação e o status socioeconômico é muito grande.
- A escola não gera meramente um produto cognitivo, mas diferentes tipos de socialização e credenciais que influenciam decisivamente nos rendimentos futuros dos estudantes.
- O modelo normalmente sugere políticas que não exigem nem mudanças estruturais nem esforços de financiamento que recaiam com mais peso em algum dado segmento da sociedade, tais como: mais educação, mais escolas, mais programas de treinamento e aperfeiçoamento da mão-de-obra.
- As teorias de base marxista, como a teoria da segmentação, credencialista, sinalização, e outras, que apesar de não negarem explicitamente a importância da educação como meio de ascender-se socialmente, desmistificam o poder das políticas sociais, que só afetam a oferta de vagas nas escolas e a quantidade de treinamento oferecido.

Daí, as proposições de políticas dessa teoria terem que atacar as barreiras concretas à mobilidade ocupacional e as formas de organização do trabalho que separam, às vezes, por mais de uma geração, aqueles que têm acesso aos bons e maus empregos, tais como: acesso diferenciado ao crédito, à educação de níveis mais altos, às conquistas sociais do tipo habitação, estabilidade no trabalho, seguro-desemprego, participação nos lucros e na gestão das empresas, previdência social

em geral, etc. Dessa forma, as políticas derivadas da teoria marxista, no âmbito da distribuição de renda, afetam estruturas que as orientações da teoria do capital humano, baseadas na idéia da equalização das oportunidades educacionais, nem de longe arranham.

Mas afinal, quais são as concepções inovadoras da educação? Quem são os seus idealizadores? Sobre esse tema poder-se-ia prolongar muito, mas é preferível tratar de teorias que aproximem os resultados de tais concepções ao desenvolvimento sustentável.

Segundo Morin (2003, p. 69), o principal objetivo da educação, para o que ele chama de “era planetária”, consiste em educar para que possa existir uma sociedade-mundo. Mas não é possível compreender a possibilidade de uma sociedade-mundo, que implica a existência de uma civilização planetária e de uma cidadania cosmopolita⁴, sem antes termos a compreensão sobre a planetarização da humanidade e o desafio da sua governança. Cabe ressaltar que o termo planetarização utilizado por Morin tem um sentido mais amplo do que o de globalização, uma vez que trata de um termo radicalmente antropológico que exprime a inserção simbiótica, mas igualmente estranha, da humanidade no planeta Terra. Ele diz o seguinte:

(...) não poderíamos conceber a relação do ser humano com a natureza e com o planeta de forma redutora, nem separadamente, como é nitidamente visível na noção de globalização, já que a Terra não é soma de elementos disjuntos: o planeta físico, mais a biosfera, mais a humanidade, mas efetivamente a relação entre a Terra e a humanidade que deve ser concebida como se tratasse de uma entidade planetária e biosférica. (MORIN, 2003, p. 69).

A era planetária surge a partir de 1492, ano em que as nações pequenas e jovens se lançam à conquista do planeta, e que através da aventura, da guerra e da morte, vão dar a sua origem. Tal era começa simultaneamente com a descoberta de que a Terra não passa de um planeta e com a comunicação entre as diferentes partes deste planeta (MORIN, 2003, p. 74).

⁴ Segundo o mesmo autor a palavra cosmopolitana significa cidadão do mundo, significando filho da Terra e não indivíduo abstrato e sem raízes.

Quando se reporta à educação, nesse contexto de planetarização, ou se preferir, de sustentabilidade, é preciso vê-la como instrumento de geração de cidadãos protagonistas, como seres críticos conscientes da necessidade eminente de uma sociedade-mundo, voltada à construção de uma civilização planetária.

Se for considerado o que diz Freud (*apud* MORIN, 2003, p.107) de que educar, governar e psicanalisar são funções impossíveis de se definir, devido ao fato destas serem algo mais do que meras funções ou profissões, pode-se evidenciar que o professor não deve ser considerado como um simples funcionário, pois o caráter funcional do ensino faz com que o professor seja considerado um perito. E, dessa forma, a missão desse perito é a transmissão de estratégias para a vida, requerendo assim, além de competência, técnica e arte.

Sobre essa temática Morin (2003, p. 112) ao considerar que o desenvolvimento é multidimensional, aponta a educação como colaboradora no abandono da concepção do progresso enquanto certeza histórica para fazer dela uma possibilidade incerta, e tal educação deve compreender que nada é adquirido para sempre, porque à semelhança dos seres vivos, tudo está sujeito ao princípio da degradação e da regeneração constante. Assim “a missão da educação planetária (...)”, ou da educação para a sustentabilidade, “(...) não pertence à luta final, mas antes à luta inicial pela defesa e pelo devir das nossas finalidades terrestres: a salvaguarda da humanidade e o prosseguimento da harmonização”.

O exercício da educação para a era planetária exige a integração do erro, bem como uma concepção diferente da verdade, pois o erro deve ser encarado como um problema prioritário e original em torno do qual, independentemente daquilo que pode ter dito e escrito, ainda é importante haver uma reflexão profunda. “(...) o maior erro seria subestimar o problema do erro.” (...) “A idéia de verdade é a maior fonte de erro que se possa imaginar: o erro fundamental consiste em apoderar-se do monopólio da verdade.” (MORIN, 2003, p. 26).

Freire (1996, p. 21-91) elenca três saberes, demandados pela prática educativa em si mesma, para qualquer educador independentemente da sua opção política. O

primeiro é o de que “não há docência sem discência”, ou melhor, não há educador sem educando.

O formador é o sujeito em relação a quem me considero objeto, que ele é o sujeito que me forma e eu, o objeto por ele formado, me considero como um paciente que recebe os conhecimentos-conteúdos-acumulados pelo sujeito que sabe e que são a mim transferidos. (FREIRE, 2006, p. 22-23).

Freire (1996, p. 23) diz que “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina alguma coisa ensina a alguém”. Dessa forma, em uma análise gramatical, o verbo ensinar é um verbo transitivo-relativo, pois pede um objeto direto, alguma coisa, e um objeto indireto, a alguém.

O segundo saber estar relacionado à visão de que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. O educador não pode falar bonito, com seu discurso sobre a teoria, mas sim ser o exemplo concreto, prático da teoria. “Ao falar da construção do conhecimento, criticando a sua extensão, já devo estar envolvido nela, e nela, a construção, estar envolvendo os alunos” (FREIRE, 1996, p. 48).

Já o terceiro saber foca a temática de que “ensinar é uma especificidade humana”, Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade, comprometimento, compreender que a educação é uma forma de intervenção no mundo, liberdade e autoridade, tomada consciente de decisões, saber escutar, reconhecer que a educação é ideológica, disponibilidade para o diálogo, e querer bem aos educandos (FREIRE, 1996, p. 8-91).

Saviani (1986, p. 63) faz uma reflexão sobre o papel da educação em meio à sociedade, em o que chama de “teoria da curvatura da vara”, que tem como objetivo polemizar, abalar, desinstalar, inquietar, fazer pensar, o papel da educação, há a tradução de que, assim como na tentativa de endireitar uma vara que se encontra torta, não basta apenas colocá-la na posição correta, mas é necessário curvá-la do lado oposto. Nesse debate não é só enunciar a concepção correta para que os desvios sejam corrigidos, mas sim abalar as certezas e desautorizar o senso comum.

Há um forte entendimento sobre a proximidade entre as expressões “pedagogia nova” e “pedagogia da existência” em que Saviani (1986, p.64) considera que tais concepções se centram na vida, na existência, na atividade, por oposição à concepção tradicional em que se centrava no intelecto, na essência e no conhecimento.

É destacado por Saviani que o caráter revolucionário da pedagogia da essência centra-se na defesa intransigente da igualdade essencial entre os homens. Mas há a tônica de que é preciso insistir em que tal posição tinha um caráter revolucionário na fase de constituição do poder burguês e não o deixa de ter na atualidade. No entanto é necessário acrescentar que seu conteúdo revolucionário é histórico, isto é, se modifica historicamente. Dessa forma, o acesso das classes de trabalhadores à escola implica a pressão no sentido de que a igualdade formal, em que todos são iguais perante a lei, própria da sociedade contratual, instaurada com a revolução burguesa, se transforme em igualdade real, sendo enfatizado a importância da transmissão de conhecimentos, de conteúdos culturais, marca distintiva da pedagogia da essência, não perde o seu caráter revolucionário. (SAVIANI, 1986, p. 67).

Uma pedagogia revolucionária centra-se, pois, na igualdade essencial entre os homens, ocorrendo uma igualdade em termos reais e não apenas formais. Nela há a busca da conversão, articulando-se com as forças emergentes da sociedade, em instrumento a serviço da instauração de uma sociedade igualitária. Para isso considera a difusão de conteúdos, vivos e atualizados, uma das tarefas primordiais do processo educativo em geral e da escola em particular (SAVIANI, 1986, p. 68).

Num primeiro sentido (mais amplo) na medida em que, em vez de se considerar a educação como um processo continuado, obedecendo a esquemas predefinidos, seguindo uma ordem lógica, considera-se que a educação segue o ritmo vital que é variado, determinado pelas diferenças existenciais ao nível dos indivíduos; admite idas e vindas com predominância do psicológico sobre o lógico; num segundo sentido (mais restrito e especificamente existencialista), na medida em que os momentos verdadeiramente educativos são considerados raros, passageiros, instantâneos. São momentos de plenitude, porém fugazes e gratuitos. Acontecem independentemente da vontade ou da preparação. Tudo o que

se pode fazer é estar predisposto e atento a esta possibilidade. (SAVIANI, 1986, p.65).

Freire (1979, p.27) reforça a idéia de que a educação é primordial no processo de mudança social. E por que não de mudanças em relação ao meio ambiente? Que a educação tem caráter permanente, em que não há educado e não educado, pois todos vivem em processo de educação, inclusive os trabalhadores. E que existem graus de educação, mas estes não são absolutos.

Quando se dá ênfase a que o homem está no mundo e com o mundo, são trazidas à tona as principais relações existentes entre o homem e o mundo. A primeira característica dessa relação é a capacidade de reflexão sobre os seus atos, e essa consciência reflexiva deve ser estimulada para fazer com que o educando reflita sobre a sua própria realidade e existência e sobre as conseqüências dos seus atos. Dessa forma o educando ou o trabalhador social irá determinar tanto o seu papel como seus métodos e suas técnicas de ação. É importante pensar que os métodos e as técnicas escolhidas pelo homem não são neutros, pois a realidade na qual ele está inserido também não é neutra. Assim, se a opção do trabalhador é pela mudança, suas ações e seus métodos se orientarão no sentido de propiciar as transformações (FREIRE, 1979, p.30-49).

Morin (2001, p.21) faz uma excelente comparação entre os termos “uma cabeça bem feita” e “uma cabeça bem cheia”, formulada por Montaigne com relação à primeira finalidade do ensino. “Uma cabeça bem cheia” é uma cabeça onde o saber é acumulado, empilhado e não dispõe de um princípio de seleção e organização que lhe dê sentido. “Uma cabeça bem feita” significa que, em vez de acumular o saber, é mais importante dispor ao mesmo tempo de:

- Uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas.
- Princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido.

O desenvolvimento da aptidão requerida ao ser humano, no sentido de contextualização, tende a produzir a emergência de um pensamento “ecologizante”, no sentido que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação

de inseparabilidade com seu meio ambiente - cultural, social, econômico, político e, é claro, natural. Essa visão remete a procurar sempre as relações de reciprocidade entre o todo e as partes, como uma modificação do todo que repercute sobre as partes. Reconhecendo a unidade dentro do diverso, o diverso dentro da unidade, reconhecendo, por exemplo, a unidade humana em meio às diversidades individuais e culturais, as diversidades individuais e culturais em meio à unidade humana (MORIN, 2001, p. 24-25). E por que não: o reconhecimento da unidade humana em relação ao meio ambiente, em seu aspecto natural, e vice-versa?

Conhecer o seu humano não é separá-lo do universo, mas sim situá-lo nele, pois todo conhecimento deve contextualizar seu objeto. Conforme Pascal já havia indagado: “quem somos nós?” de forma inseparável de “onde estamos, de onde viemos, para onde vamos?”, o que foi confirmado no século XX pela evolução da Microfísica e da Astrofísica, faz a humanidade conhecer o seu duplo enraizamento: no cosmo físico e na esfera viva. E em meio à aventura cósmica prosseguimos na aventura da organização da vida na Terra (MORIN, 2001, p. 37). Durkheim afirma o seguinte:

O objetivo da educação não é o de transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar nele um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em um sentido definido, não apenas durante a infância, mas por toda a vida (DURKHEIM apud MORIN, 2001, p. 47).

Ou seja, o processo educativo tem o papel de transformar as informações em conhecimento e de transformar o conhecimento em sapiência para uma vida. Entretanto, a “máquina da educação” é rígida, inflexível, fechada e burocratizada. Muitos professores continuam a prezar pela autonomia disciplinar, fazendo traduzir as palavras de Curien (CURIEN apud MORIN, 2001, p. 99): os professores são como lobos que urinam para marcar seu território e mordem os que nele penetram.

Nesse sentido é importante ressaltar o que foi exposto por Marx: “quem educará os educadores?” Será uma minoria de educadores, animados pela fé na necessidade e reformar o pensamento e de regenerar o ensino. São os educadores que já introjetaram o sentido da sua verdadeira missão (MORIN, 2001, p. 101).

Freire (2006, p. 12-13) faz menção à necessidade de se extrapolar a preocupação da educação para além da sua esfera pedagógica. Nesse contexto a visão de liberdade passa a possuir uma posição de relevo, pois passa a ser a matriz que atribui sentido às práticas educativas, que só pode alcançar efetivamente a eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos.

Mas, o que são práticas educativas? Segundo Tardif (2002, p. 154) essa pergunta remete à natureza do agir educativo e equivale a perguntar:

- O que se faz quando se educa?
- De que forma ou que tipo de atividade é a educação?
- A ação do educador pode ser comparada ao criar do artista, ao fazer do técnico, ao pesquisar do cientista, ao modelar do artesão, ao produzir do operário, ao agir do político?

Tardif (2002, p. 154-168) relaciona três concepções possíveis de serem identificadas nas práticas educacionais.

A primeira associa a prática educativa a uma arte, e apesar dessa prática ser a mais antiga, parece que está se tornando de novo a mais atual. Enquanto atividade específica, a arte se baseia em disposições e habilidades naturais, ou seja, em disposições desenvolvidas e confirmadas pela prática e pela experiência de uma arte específica, em que nem todo aquele que quer pode ser artista, pois é preciso ter “talento”. Mas o talento sem a prática não serve, já que é a prática que possibilita descobrir o talento.

Nesse contexto, o processo de formação visa ao desenvolvimento de uma forma humana de vida que tem em si mesma sua própria finalidade, noção que engloba, a um só tempo, os fins naturais, sociais e individuais do ser humano. Assim, a arte de educar corresponde a uma atividade racional que não se fundamenta em um saber rigoroso. Quando se educa há uma idéia geral do termo do processo de formação, mas essa idéia pode orientar apenas de maneira global, cabendo ao educador julgar se a situação é conforme a sua orientação ou não.

A arte de educar possui um triplo fundamento: ela tem seu fundamento em si mesma, pois é ensinando que nos tornamos bons educadores; tem seu fundamento na pessoa do educador, pois é possível aprender a educar, contanto que o educador já possua as qualidades do ofício; e, enfim, tem seu fundamento na pessoa do educando, cuja formação constitui a finalidade interna, imanente da prática educativa.

A segunda associa a prática educativa a uma técnica guiada por valores, mobilizando duas grandes formas de ação: por um lado, ela é uma ação guiada por normas e interesses que se transformam em finalidades educativas; por outro, é uma ação técnica e instrumental que busca se basear em um conhecimento objetivo e em um controle axiologicamente neutro dos fenômenos educacionais. Essas duas formas de ação requerem dos educadores o saber moral e prático e um saber técnico-científico.

E a terceira associa a prática educativa enquanto interação, em que a discussão com o outro não é somente um meio educativo, mas é, ao mesmo tempo, o meio no qual a própria formação ocorre e a finalidade da formação, que pode ser identificada através da aquisição de uma competência discursiva. Com essa ênfase, a idéia de interação leva a captar a natureza profundamente social do agir educativo.

Para finalizar esse capítulo é importante salientar o que diz Paulo Freire sobre o planejamento educacional:

Todo planejamento educacional, para qualquer sociedade, tem que responder às marcas e aos valores dessa sociedade. Só assim é que pode funcionar o processo educativo, ora como força estabilizadora, ora como fator de mudança. Outras, interferindo no processo histórico, instrumentalmente. De qualquer modo, para ser autêntico, é necessário ao processo educativo que se ponha em relação de organicidade com a contextura da sociedade a que se aplica (FREIRE, 2001, p. 10).

Dessa forma a educação profissional sustentável deve prezar por um processo de elaboração e execução de propostas pedagógicas que leve em consideração a boa gestão de pessoas e dos recursos materiais e financeiros, assegurando o cumprimento dos programas e dos planos de trabalho dos docentes, provendo

meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento, além da articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola, para promoção do desenvolvimento.

Capítulo 3: Desenvolvimento e sustentabilidade da educação profissional local

Segundo Souza (1999, p. 20), não há uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, com inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável ao desenvolvimento, mas não é condição suficiente. No primeiro grupo enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como o de Meade e o de Solow, e o de inspiração keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. No segundo grupo economistas, como Lewis, Hirschman, Myrdal e Nurkse, embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas.

Na publicação “Desenvolvimento Sustentável”, por sua vez, Veiga (2006) faz uma análise detalhada das várias interpretações que se pode fazer em relação aos conceitos de “desenvolvimento” e de “sustentabilidade”. Ele também lembra da confusão que há entre o termo desenvolvimento e crescimento econômico, que deve ser visto apenas como condição necessária, porém insuficiente para a promoção do desenvolvimento. Desenvolvimento depende de outros fatores como, por exemplo, da cultura. Isso pode ser reforçado com o histórico de intenso crescimento econômico ocorrido durante a década de 1950 em diversos países semi-industrializados, entre os quais o Brasil, que não se traduziu necessariamente em maior acesso das populações pobres a bens materiais e culturais, como ocorrera nos países hoje considerados como desenvolvidos. Só com a publicação em 1990, do Relatório do Desenvolvimento Humano das Organizações das Nações Unidas - ONU, tentou-se encerrar a ambigüidade que se arrastava desde do final da 2ª Guerra Mundial entre tais termos.

Ainda sobre desenvolvimento, alguns autores afirmam que o desenvolvimento é impossível, ilusão ou até mesmo mito. Como exemplo há a visão de Giovanni Arrighi que nega a possibilidade de mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista mundial, formada por um núcleo orgânico de países centrais, uma extensa periferia, formada por países mais pobres, e uma semiperiferia composta pelas nações consideradas emergentes. Nessa mesma visão Rivero (2002) sinaliza como única forma dos países periféricos mudarem a sua história, no que chama de “saída para os efeitos darwinianos da tecnologia”, via a redução da taxa de nascimentos e, ao mesmo tempo, modernização da produção para torná-la mais intensiva em tecnologia.

Sobre sustentabilidade, Veiga (2006) considera que há três padrões básicos de resposta. Em primeiro lugar estão os que acreditam que não exista dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico, crendo que seja possível combinar essa dupla exigência. Em posição contrária estão os que consideram ser impossível tal combinação. Já o terceiro discurso, que tenta abrir o tal “caminho do meio”, por enquanto, segundo o autor, só faz parte da retórica político-ideológica.

Em meio a esses posicionamentos alguns autores como Sachs considera que a abordagem fundamentada na harmonização de objetivos sociais, ambientais e econômicos, primeiramente chamada de “ecodesenvolvimento”, e depois de desenvolvimento sustentável, não se alterou substancialmente nos vinte anos que separaram as conferências de Estocolmo e a do Rio, em 1992. Sachs acredita que permanece válida, na recomendação de objetivos específicos, oito das suas dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e política internacional. (SACHS *apud* VEIGA, 2006).

Para Buarque (2001, pág. 110) desenvolvimento sustentável, ou como o mesmo chama “desenvolvimento auto-sustentado” é o desenvolvimento que combina o meio ambiente com a economia, mantendo o equilíbrio ecológico. O autor faz críticas, não ao termo, mas a forma como o desenvolvimento auto-sustentado tem sido considerado, já que apesar de haver preocupação também com o social o foco tem

sido mais com a ecologia do que com a abolição da apartação⁵, o tratamento da ecologia do que da miséria vivenciada por um povo.

3.1 Educação para a sustentabilidade

Em Lima (2002, p. 2-3), são evidenciadas as relações existentes entre educação e sustentabilidade, ou melhor, sobre a eficaz forma de concepção da cultura de sustentabilidade, ou da sua consolidação, a partir do processo educacional.

Nos primeiros anos da década de 1970 pôde-se ver sinais da necessidade da humanidade vir tratar sobre a temática sustentabilidade. Inicialmente nos movimentos sociais em defesa da ecologia, nas conferências internacionais promovidas pela ONU, para debater sobre os temas: meio ambiente e desenvolvimento, nos relatórios do Clube de Roma, e nos trabalhos de autores pioneiros, de diversos campos, que refletiram sobre as mesmas questões.

Contudo, as primeiras referências explícitas à noção de desenvolvimento sustentável estão sistematizadas nos trabalhos do economista Ignacy Sachs, que desenvolveu a noção de ecodesenvolvimento, e nas propostas da Comissão Brundtland que projetaram mundialmente o termo “desenvolvimento sustentável” e o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento.

Sachs, ao formular a noção de ecodesenvolvimento, propunha uma estratégia multidimensional e alternativa de desenvolvimento que articulava promoção econômica, preservação ambiental e participação social. Perseguia, com especial atenção, meios de superar a marginalização e a dependência política, cultural e tecnológica das populações envolvidas nos processos de mudança social. Sendo marcantes em seus trabalhos: o compromisso com os direitos, redução das

⁵ A apartação tem origem no latim *partire*, que significa dividir em partes. Com base na raiz latina, no africâner resultou em *apartheid*, termo que definiu a concepção e o conjunto das normas que regularam o processo social e econômico separando a população entre brancos, negros e mestiços. Em português, a palavra apartação foi usada no sentido de separar coisas e animais no estábulo; no seu sentido social, de uma sociedade partida, separando as pessoas por classe. Pode-se ainda utilizar o termo *apartheid* social, utilizado para indicar o desenvolvimento separado entre incluídos e excluídos.

desigualdades sociais e a autonomia dos povos e países menos favorecidos na ordem internacional. (SACHS e BRUSEKE *apud* LIMA, 2002, p.3).

A Comissão Brundtland, por sua vez, embora apoiada em muitas das idéias apontadas por Sachs, chegou a um resultado qualitativamente diferente, ao esvaziar o conteúdo emancipador do ecodesenvolvimento que representava, talvez, sua marca mais inovadora. Assim, embora alguns elementos da síntese de Sachs permanecessem constantes, como a idéia de articular crescimento econômico, preservação ambiental e equidade social, as prioridades e os arranjos resultaram em resultados bem diversos. Ressaltavam, ao contrário, uma ênfase econômica e tecnológica e uma tônica conciliadora que tendia a despolitizar a proposta de Sachs.

Nesse contexto, pode-se observar que o discurso da sustentabilidade surgiu como um substituto ao discurso do desenvolvimento econômico, produzido e difundido pelos países centrais do capitalismo, sobretudo pelos Estados Unidos, para o resto do mundo nos anos da Guerra Fria. Nesse período, o discurso desenvolvimentista revelou seus limites através de uma crise, que embora tivesse maior visibilidade econômica, era também social, ambiental e ético-cultural. Nesse sentido, a questão ambiental introduziu um ingrediente novo que ampliava a crítica social na direção de uma revisão mais abrangente do modelo de civilização ocidental e da necessidade de incorporar, ao debate, os múltiplos aspectos que constituem as relações entre a sociedade e seu ambiente.

Como expõe Guimarães (2005, p. 118), ficava cada vez mais claro que a dimensão da crise não se reduzia, como à época da Conferência de Estocolmo, a uma questão de como manter limpos os ecossistemas e os recursos dos quais dependem a sobrevivência do planeta e por conseguinte dos seus habitantes. Uma nova consciência constatava a impossibilidade de contrapor os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento simplesmente porque esses problemas eram resultantes do modelo posto em prática.

É importante reforçar que toda essa reorientação da idéia de desenvolvimento se deu no contexto de crise do próprio capitalismo e de consolidação de uma hegemonia do pensamento e de políticas neoliberais, postas em prática a partir dos

anos 80, como parte da estratégia global de reestruturação sistêmica. Dessa forma, o Relatório Brundtland, que estabeleceu os parâmetros e projetou o debate social sobre o desenvolvimento sustentável, parte de uma concepção multidimensional de desenvolvimento e o define como “aquele que responde às necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (BRUNDTLAND apud LIMA, 2002, p. 4).

Boa parte dos autores que analisa a proposta de uma educação para a sustentabilidade concorda que ela surgiu como uma tentativa de superar alguns problemas apresentados pela educação ambiental, praticada nas escolas de diversos países da União Européia, entre os quais a Itália, a Espanha, a Inglaterra, a Irlanda, a Alemanha, o País de Gales, a Holanda e a Polônia, entre outros. Argumentam, em resumo, que a educação ambiental assumiu nesses contextos, expressões reducionistas: ao tratar a crise ambiental como uma crise meramente ecológica; ao confundir o meio ambiente com a natureza; ao desprezar suas dimensões políticas, éticas e culturais; ao apresentar uma abordagem fragmentada e acrítica da questão socioambiental; ao aplicar metodologias disciplinares, não participativas e de baixa criatividade e ao propor respostas comportamentais e tecnológicas para problemas de maior complexidade. (STERLING; TILBURY; SAUVÉ apud LIMA, 2002, p.8-9).

Complementando essa visão, é possível afirmar que a educação ambiental não apresentou os resultados esperados nas últimas décadas, nem se mostrou capaz de atender à crescente complexidade da crise contemporânea. Nesse sentido, acreditam que essas limitações se devem, em grande parte, à inadequação entre o paradigma cartesiano-mecanicista, prevalecente na sociedade e ciência ocidentais, e os problemas que hoje atingem a vida social, o ambiente, a economia e a cultura. Segundo essa compreensão, as mudanças necessárias e desejadas exigem um novo paradigma integrador – ou holístico - que a educação ambiental não conseguiu pôr em prática, embora tenha reconhecido essa necessidade retoricamente. (LIMA, 2002, p.8).

Na Cúpula das Américas, realizada em Brasília no ano de 1998, foi discutida em reuniões de Ministros de Educação das Américas a temática “Educação em

Valores”. Os países chegaram ao consenso da necessidade de trabalhar em estreita colaboração, dando ênfase aos aspectos-chave da Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável. Em que o vínculo entre a educação e o Desenvolvimento Sustentável já havia sido considerado elemento fundamental pela Primeira Cúpula das Américas, realizada em Miami, Estados Unidos da América - EUA, em 1994, e em particular pela Cúpula sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 1996.

Assim, mesmo na reunião efetuada em Santiago do Chile em 1998, os chefes de Estado solicitaram à Organização dos Estados Americanos - OEA, em conjunto com outros organismos internacionais e instituições regionais, a prestarem particular atenção às metas relacionadas com a educação, que estão delineadas no plano de Ação da Segunda Cúpula, e deixar a cargo da reunião de Ministros de Educação, a formulação de um plano para viabilizar essa iniciativa no campo da educação.

A educação ambiental para a sustentabilidade deve permitir que a educação se converta em uma experiência vital, alegre, lúdica, atrativa, criadora de sentidos e significados, que estimule a criatividade e permita redirecionar a energia e a rebeldia da juventude para execução de projetos de atividades comprometidas com a construção de uma sociedade mais justa, mais tolerante, mais eqüitativa, mais solidária, mais democrática e mais participativa e na qual seja possível a vida com qualidade e dignidade. (ONU, 1998, p.1).

Segundo a ONU (1998, p. 2), os valores éticos a serem considerados são:

(...) aqueles que nos permitem respeitar e apreciar, em toda sua dimensão, as múltiplas diversidades e construir, através do diálogo horizontal e do respeito mútuo, uma relação de convivência mais harmoniosa entre os países, entre os diferentes setores e atores sociais no interior de cada país, e entre os seres humanos e o ambiente do qual tomamos parte. Que nos permitam consolidar nossas próprias identidades a partir dessas características que, ao mesmo tempo que nos diferenciam, nos enriquecem, tanto nacional como regionalmente, em nossa condição de nação e de seres humanos, pertencentes a um continente cujo principal patrimônio é a sua biodiversidade, entendida no sentido mais global da palavra: biodiversidade de ecossistemas, biodiversidade de etnias, biodiversidade de processos históricos, biodiversidade de culturas e de fusões de culturas, biodiversidade de cosmovisões e de deuses, biodiversidade de espécies animais e vegetais e de recursos genéticos, biodiversidade de tempos e de ritmos, biodiversidade inclusive de conflitos, de esperanças e de medos. Biodiversidade que em muitos de seus aspectos está ainda por descobrir, ou que descoberta por nós mesmos, está, todavia, por se compreender e vivenciar.

Destacando-se, entre esses valores, os seguintes requisitos:

- a) O respeito à vida em todas as suas manifestações, a participação cidadã, a democracia, entendida como a possibilidade real de todas as pessoas – homens e mulheres – de todas as idades, para participarem ativa e eficazmente na construção de seu projeto de vida e na tomada de decisões que os afetam.
- b) A responsabilidade e a solidariedade com as gerações presentes e futuras.
- c) A equidade, entendida como a igualdade de oportunidades para todos os seres humanos e como a capacidade real de cada um para ascender às ditas oportunidades.
- d) A perspectiva de gênero, dando à mulher um espaço igualitário tanto na participação comunitária, quanto nas tomadas de decisões e acesso às mesmas oportunidades.
- e) A compreensão da realidade como um sistema complexo, produto de múltiplas interações, e a capacidade para entender e assumir a sustentabilidade como um processo, dependente tanto das decisões humanas como da capacidade para sincronizar com os ciclos da natureza.
- f) A governabilidade, concebida como a capacidade dos Estados e das comunidades em adotar e executar pactos sociais, que permitam gerenciar as diferenças e tensões em condições de paz, para construir, de maneira conjunta, projetos coletivos de sociedade visando à construção de uma nova cultura política.
- g) Recuperar a humildade como virtude, num mundo onde a capacidade para machucar os demais (em termos reais e metafóricos) constitui uma das principais medidas do “êxito”. Humildade que permita reconhecer as próprias carências e limitações, ao mesmo tempo em que valoriza as potencialidades.

h) A interdisciplinaridade como diálogo entre o saber científico e o conhecimento tradicional das comunidades, entre cientistas de diferentes disciplinas e entre atores de diferentes campos do fazer, entre os habitantes da cidade e os do campo. (ONU, 1998, p.2-3).

A educação deve se constituir como um processo permanente e, da mesma forma que a natureza e o direito a desfrutá-la, deverá recuperar sua condição de patrimônio comum dos seres humanos. E na tentativa de se converter em realidade o desenvolvimento sustentável, foi formulado pela Cúpula das Américas, em 1998, uma série de recomendações elencadas a seguir. (ONU, 1998, p.3-9).

1º Recomendação - Avançar na construção e na comunicação de mensagens claras sobre o conceito de desenvolvimento sustentável para a educação ambiental.

2ª Recomendação - Revisar as políticas nacionais de educação e em particular os programas de educação ambiental para orientá-los ao desenvolvimento sustentável.

3ª Recomendação - Incorporar a educação nas estratégias e planos nacionais para o desenvolvimento sustentável.

4ª Recomendação - Incrementar os investimentos em educação e investigação para avançar para o desenvolvimento sustentável.

5ª Recomendação - Identificar e sistematizar experiências educativas inovadoras.

6ª Recomendação - Fortalecer a consciência pública com respeito ao desenvolvimento sustentável.

7ª Recomendação - Respalda e impulsionar a cooperação regional e sub-regional para o desenvolvimento sustentável.

Fazendo-se referência ao Brasil, a educação ambiental, sobretudo a partir da década de 90, vêm desenvolvendo iniciativas teóricas e práticas renovadoras que se empenham em superar, tanto a herança naturalista proveniente das ciências naturais, quanto as visões reducionistas e politicamente conservadoras que estiveram presentes na formação do campo no Brasil. Pode-se constatar a presença de um significativo conjunto de educadores, pesquisas e experiências comprometidas com uma educação ambiental crítica e integradora, mas ainda não se conhece com clareza – por falta de pesquisas ou acompanhamentos sistemáticos abrangentes – o perfil e as tendências do campo da educação ambiental no Brasil e a extensão dessa renovação político-pedagógica nesse universo. A escassez de dados empíricos passíveis de generalização não autoriza afirmações definitivas sobre o estado da arte da educação ambiental no Brasil, mas também não impede de supor que ainda se convive com expressivos setores dentro do campo que se orientam por visões ingênuas e conservacionistas. (LIMA, 2002, p.9).

Um dos levantamentos que faz o esforço de mapear as experiências de educação ambiental desenvolvidas no Brasil, realizado pela Comissão Organizadora da I Conferência Nacional de Educação Ambiental em 1997, na parte que elenca os problemas e desafios da educação ambiental no ensino formal dar pistas como:

- O modelo de educação vigente nas escolas e universidades responde a posturas derivadas do paradigma positivista e da pedagogia tecnicista que postulam um sistema de ensino fragmentado em disciplinas, o que se constitui um empecilho para a implementação de modelos de educação ambiental integrados e interdisciplinares.
- A falta de material didático para orientar o trabalho de educação ambiental nas escolas, sendo que os materiais disponíveis em geral, estão distantes da realidade em que são utilizados e apresentam caráter apenas informativo e principalmente ecológico, não incluindo os temas sociais, econômicos e culturais, reforçando as visões reducionistas da questão ambiental.
- A ausência de uma visão integrada que contemple a formação ambiental dos discentes e a inclusão das questões éticas e epistemológicas necessárias para um processo de construção de conhecimento em educação ambiental.

- A ausência de conceitos e práticas da educação ambiental nos diversos níveis e modalidades de ensino reforça as lacunas na fundamentação teórica dos pressupostos que a sustentam”. (MMA/MEC apud LIMA, 1997, p.9).

Por essa razão, e pelo potencial que essas concepções têm de influenciar os educadores na escola e na prática de um projeto educativo, Sauv  (SAUVÉ apud LIMA, 2002, p.10) defende a necessidade de se discutir criticamente os conteúdos implícitos nos diversos discursos de sustentabilidade e de confrontar as diferenças entre eles. Importa, segundo a autora, ter clareza sobre os modelos de educa o disponíveis ou impostos, seus objetivos, interesses e valores, seu público preferencial e sobre as forças que governam o campo.

Em “Educa o para um Futuro Sustentável”, texto da Organiza o das Na es Unidas para a Educa o, a Ciência e Cultura - UNESCO, alguns elementos podem enriquecer a presente análise, seja porque confirmam as tendências educacionais, seja porque acrescentam novos pontos sugestivos. No conjunto, o documento transparece a cria o coletiva, mesclando posi es mais e menos avançadas, e reflete a preocupa o de responder a crítica já direcionada ao discurso do desenvolvimento sustentável. Observa-se, primeiramente, uma tendência a destacar, na educa o para a sustentabilidade, a necessidade de mudanças de atitudes e comportamentos individuais em detrimento de mudanças que envolvem processos políticos e econômicos. Assim, os problemas socioambientais aparecem mais relacionados   esfera privada que   esfera pública e supõe uma desresponsabiliza o dos agentes coletivos públicos e privados, como por exemplo, o Estado e as corpora es globais. (UNESCO apud LIMA, 2002, p.11).

O texto aposta na importância da tecnologia como meio de superar os problemas ambientais, mas não problematiza os limites desse potencial. Isto  , embora a tecnologia possa contribuir com a preserva o não   panacéia, nem atua isoladamente sem o concurso de outras mudanças econômicas, políticas e culturais. Também há a discussão sobre o risco e descontrole envolvidos na produ o e uso das modernas tecnologias, a concentra o de poder que recai sobre os especialistas e comunidade científica e a dependência tecnológica entre países pobres e ricos, entre outros aspectos. Revelando, portanto, uma abordagem

simplista ao depositar excessiva esperança em respostas de alcance mais limitado. (BECK, 1992; GIDDENS, 1999; SACHS 1986, BRUSEKE, 1995 apud LIMA, 2002, p.11).

Analisando as causas da crise socioambiental, é importante citar que os impactos oriundos das desigualdades sociais, em que se dá ênfase ao aspecto da pobreza e do crescimento demográfico dos países pobres e da degradação do meio ambiente, leva a estranheza ao silêncio sobre os impactos ambientais decorrentes da produção e consumo da riqueza e sobre a necessidade de definir limites à sua expansão. Discute-se muito a necessidade de crescimento dos países pobres para superar a miséria e os seus impactos de degradação do meio ambiente e, novamente, não se discute a possibilidade de promover políticas de distribuição de renda no âmbito mundial. A compreensão de que a educação é um instrumento-chave para um fim determinado, no caso, o futuro sustentável, ou certas condutas e estilos de vida sustentáveis, deve permear as discussões atuais (UNESCO apud LIMA, 2002, p.11-12).

3.2 Relações entre arranjos produtivos locais e educação profissional

Novo como conceito, muito embora antigo em termos de atividade produtiva, os APL são caracterizados por aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito e entidades de ensino e pesquisa. (VIEIRA, 2005).

Porter (1999, p. 211-212) traz a visão de que um aglomerado é um agrupamento geograficamente concentrado de empresas inter-relacionadas e instituições correlatas numa determinada área ou segmento, vinculadas por elementos comuns e complementares. Ainda em sua visão, o escopo geográfico pode variar de uma única cidade ou estado para todo um país ou mesmo uma rede de países vizinhos. Em aglomerados se incluem também distribuidores, clientes, fabricantes de produtos complementares, fornecedores de infra-estrutura especializada, instituições

governamentais e outras, dedicadas ao treinamento especializado, educação, informação, pesquisa e suporte técnico.

É importante salientar que já se discute, há mais de um século, sobre a temática de desenvolvimento através do estudo de “aglomerados”, que também pode ser exposto neste trabalho com a nomenclatura de APL, *cluster*, ou mesmo Cadeia Produtiva, sem a necessidade aqui de enfatizar as suas diferenças principais.

Segundo Stamer, Cadeias Produtivas são entendidas como o conjunto de todos os processos e serviços produtivos que estão envolvidos no desenvolvimento de um determinado produto final, incluindo a distribuição e comercialização. Um Arranjo Produtivo Local - APL é uma concentração de indústrias de um mesmo segmento, ou de segmentos estreitamente ligados, em uma determinada localidade, que pode ser um município ou uma microrregião. (STAMER apud SENAI, 2005, p. 8)

Alfred Marshall (1997) já discutia as externalidades das localizações industriais especializadas desde 1890. Com o advento da economia neoclássica, em meados do século XX, houve um reforço da idéia do estudo da geografia econômica, a partir das teorias do crescimento e do comércio internacional. Entretanto, com a propagação da globalização e dos seus efeitos, parece que a literatura gerencial passou a dar menor importância sobre o tema, considerando a tendência de encarar a localização como algo de importância secundária e decrescente. Dessa forma, segundo Porter (1999, p. 213-219), há ainda poucos bons exemplos de estudos na área, podendo ser elencados os seguintes casos de sucesso no âmbito internacional:

- Distritos industriais de estilo italiano, com foco em calçados e moda.
- Vinícolas da Califórnia, produtos farmacêuticos na Pensilvânia e vários outros nos Estados Unidos da América.
- Produtos florestais na Suécia.
- Produtos florestais em Portugal.

A situação ainda se agrava quando se vê que os governos estão perdendo a influência sobre a competição para as forças globais, fato esse visível em

decorrência do pensamento sobre a competitividade das nações e dos estados focalizados em políticas econômicas nacionais como influência dominante. Isso gera, tanto na competição como na competitividade, o papel da localização como quase inexistente. Tal realidade difere do que Porter preconiza em “A Vantagem Competitiva das Nações”, em que há uma teoria sobre competitividade nacional, estadual e local no contexto da economia global. Nessa teoria é dado um papel de destaque aos aglomerados com a intenção de trazer novos papéis para as empresas, governos e outras instituições que devem interagir para melhorar a competitividade local. (PORTER, 1999, p. 209).

As empresas têm um interesse tangível no ambiente de negócios da sua localidade, interesse esse que supera, em muito, a importância dos impostos, dos custos da eletricidade, dos níveis salariais e de aspectos relacionados à educação. A situação do aglomerado é importante para a “saúde da empresa”, pois a empresa se beneficia com o fortalecimento das representações patronais, com as atividades de *lobby* e com as organizações sociais. Por sua vez, são requeridas aos governos políticas macroeconômicas, sendo essas necessárias, mas não suficientes, para fomentar a competitividade, pois as influências mais decisivas do governo em aglomerados têm ocorrido com mais frequência por meio de ações em nível microeconômico (PORTER, 1999, p. 210-211).

As discussões geradas em torno de um aglomerado constituem uma excelente oportunidade de diálogo entre os “atores”, ou seja, entre os membros envolvidos nas atividades relacionadas ao aglomerado, sendo importantíssimo ressaltar a interação entre o setor produtivo, as escolas de educação profissional, os centros de pesquisa, as universidades, as empresas de utilidade pública e os bancos de fomento.

3.3 Experiências de sucesso no Brasil

Uma experiência de sucesso, iniciada no Brasil na década de 1990, foi a execução do Projeto Competir criado a partir de um ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e da Alemanha, objetivando realizar intervenções nos nove estados do Nordeste brasileiro. A execução do

projeto foi delegada, pelo lado brasileiro ao Senai e ao Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas - Sebrae, e pelo lado alemão, a *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* - GTZ, Agência de Cooperação Técnica da Alemanha.

A primeira fase do Projeto, realizada entre os anos de 1996 e 2000, teve como foco a qualificação de técnicos do Senai e do Sebrae visando ao melhor atendimento das demandas das empresas. Estas instituições experimentaram uma cooperação intensiva que fortaleceu o seu papel como prestadores de serviços às pequenas e médias empresas, além do forte exercício de intervenção no setor produtivo. A cooperação entre essas instituições aumentou o acesso aos segmentos econômicos, objetos do trabalho, e possibilitou contribuições específicas da cooperação técnica, tecnológica e metodológica por parte da Alemanha, um palco com um alto potencial de absorção. Em janeiro de 2005 o Projeto Competir passou a fazer parte da componente “Fomento Regional à Geração de Emprego e Renda” do programa “Desenvolvimento Regional no Nordeste do Brasil voltado para o combate à Pobreza”. (PROJETO COMPETIR, 2005, p.3).

Em uma avaliação do Projeto, realizada em junho de 2000, foi identificada como especialmente positiva a concepção de desenvolver, no âmbito local, instrumentos de consultoria e de aperfeiçoamento empresarial e de testá-los na prática em larga escala no Nordeste.

Em sua segunda fase, compreendida entre os anos de 2001 e 2005, o Projeto Competir passou a assessorar Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais, sob uma visão regional da competitividade. Procurou-se apoiar o desenvolvimento produtivo regional através da promoção do diálogo e da cooperação entre os agentes locais e regionais relevantes, buscando a sinergia entre fornecedores, prestadores de serviços, instituições de educação e tecnologia, entidades de apoio, produtores finais e o comércio. (PROJETO COMPETIR, 2005, p.4).

Os principais produtos disponibilizados na segunda fase do projeto foram os seguintes:

- Qualificação em métodos de consultoria participativa.
- Instalação de equipamentos e qualificação de laboratórios especializados.
- Introdução de programas de qualidade e capacitação de auditores internacionais na série de certificação ISO 9000.
- Instalação de centros de informação específicos em cada área com suporte eletrônico.
- Serviços complementares de consultoria também específicas.

O Projeto Competir representou uma das mais extensas e complexas experiências de cooperação técnica internacional vivenciada por seus parceiros, brasileiros e alemães. Mais do que a simples transferência de conhecimentos entre os parceiros, o Projeto promoveu a colaboração integrada e participativa das instituições envolvidas e de seus clientes.

Estabeleceram-se, para a sua execução, diversos princípios e diretrizes, a saber:

- Integrar empresas de pequeno porte em processos dinâmicos de desenvolvimento regional.
- Contribuir para a redução da pobreza através do fortalecimento das empresas e ampliando a capacidade de geração de emprego e renda.
- Orientar suas ações para as necessidades das empresas e para o protagonismo empresarial.
- Adotar procedimentos inovadores adequados à realidade local através da colaboração entre peritos alemães e brasileiros, da transferência de tecnologias e da capacitação de pessoal das organizações executoras brasileiras, de instituições parceiras e das empresas.
- Incentivar a integração e a colaboração entre os estados da região.

Na primeira fase do Projeto foram trabalhados os segmentos de Madeira e Móveis, no Maranhão; Cerâmica Vermelha, no Piauí; Confeções, no Ceará; Laticínios, no Rio Grande do Norte; Couro e Calçados, na Paraíba; Alimentos, em Pernambuco; e Construção Civil nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia. A escolha dos segmentos foi fruto de opção de cada estado, obedecendo aos critérios previamente estabelecidos e negociados. (PROJETO COMPETIR, 2005, p.6).

A partir dos resultados da primeira fase e, já tendo iniciado a tentativa de abordagem por Cadeias Produtivas, o Projeto Competir ampliou a sua visão de atendimento setorial e adotou uma nova estratégia de trabalho, atendendo as Cadeias Produtivas e os Arranjos Produtivos Locais - APL. Como consequência da implantação de Programas de Qualidade, ainda na primeira fase do projeto, os clientes perceberam a necessidade de ampliar o enfoque do Projeto, trabalhando com cadeias produtivas em vez de apenas o segmento produtivo. A mudança no comportamento das empresas atendidas gerou a necessidade de preparar os atores dos diversos elos das cadeias produtivas, para que tivessem o mesmo nível de qualidade. (PROJETO COMPETIR, 2005, p.8).

A segunda fase trabalhou com as cadeias produtivas da Construção Civil, de Laticínios, de Couro e Calçados, e de Confecções. Adotaram-se os seguintes critérios para seleção das cadeias a serem abordadas na ocasião:

- grau de participação de empresas de pequeno e médio porte.
- importância para a ocupação de mão-de-obra;
- participação das mulheres.
- vantagens comparativas.
- recursos naturais.
- know-how técnico e existência de uma vantagem competitiva que pudesse ser expandida.

A análise de Cadeias Produtivas e dos APL compreendem a estrutura econômica, os atores, as estruturas de poder nas cadeias produtivas e a estrutura do conhecimento. Foi feito um mapeamento dos potenciais existentes nos nove estados através de estudos de dados secundários, além de entrevistas abertas com pessoas conhecedoras do tema. Para esses estudos foram identificados os atores das cadeias produtivas, a importância de cada uma delas para a economia regional e local, a estrutura de mercado, a de fornecedores, a do poder e a da cooperação dentro da cadeia produtiva, entre outras. (PROJETO COMPETIR, 2005, p.9).

Paralelamente à análise desses dados, foram realizados seminários e reuniões com empresários que atuavam no mesmo segmento da produção com as seguintes finalidades:

- Despertar a disposição e o interesse dos empresários à participação no desenvolvimento da Cadeia Produtiva.
- Direcionar o foco ao consumidor final dos produtos da Cadeia Produtiva.
- Construir e visualizar a Cadeia Produtiva a qual pertenciam, identificando os elos críticos e localizando-os geograficamente.
- Envolver os empresários, desde o início, para que os mesmos assumissem a liderança do processo de dinamização das cadeias e despertassem para a cooperação entre as empresas.

Através de processos participativos, foram identificadas cadeias e os arranjos produtivos locais e regionais que possuíam, por um lado, potencial para o futuro da região, mas, que, por outro lado, empregavam, devido aos seus processos de produção intensivos de trabalho, um grande número de trabalhadores com baixa qualificação. Uma iniciativa de promoção, realizada em sintonia com os atores relevantes da esfera pública e privada, apoiou a competitividade de quatro cadeias produtivas selecionadas e a melhoria de suas estruturas de fornecimento e contribuiu ainda com o desenvolvimento da infra-estrutura básica local.

Nesse processo, pequenas e médias empresas, aos poucos, assumiram ativamente, em dezenove grupos de coordenação a autoria dos planos de trabalho. Os resultados apontaram para uma ampliação significativa dos efeitos e um maior envolvimento de outros parceiros, incluindo instituições públicas, nos processos de mudança que foram iniciados. Ao lado dos efeitos econômicos foram identificados, cada vez mais, efeitos relevantes de ordem social e ambiental. (PROJETO COMPETIR, 2005, p. 9-10).

A contribuição do Projeto às Cadeias Produtivas e aos Arranjos Produtivos Locais representou um trabalho pioneiro e de uma ordem significativa. O Projeto colocou à disposição dos atores do setor público e de associações empresariais na região informações e conhecimentos importantes que encontraram uma demanda cada vez

maior, na medida em que o enfoque do Projeto tornou-se uma questão central de estratégia para o desenvolvimento local e regional. (PROJETO COMPETIR, 2005, p. 10).

As novas competências adquiridas e as metodologias desenvolvidas no decorrer do Projeto hoje são uns dos principais produtos do Senai e do Sebrae, fazendo com que estas duas instituições dessem uma revigorada no seu papel enquanto impulsionadoras do incremento de emprego e renda.

A partir do desenho, construído de forma participativa, das Cadeias Produtivas, que foram o foco do trabalho das instituições envolvidas, foi requerida a realização de estudos que objetivaram a aferição do estágio de interação e de especialização vivenciados em cada localidade. Na ocasião se partiu do estudo dos pólos, identificando quais haviam passado por um processo de evolução, ou seja, quais pólos que, em função da sua própria dinâmica de crescimento, ganhou empresas adicionais, fornecendo produtos especializados ou prestando serviços especializados. Tais pólos foram categorizados como APL avançados e os demais foram categorizados como APL simples. (SENAI, 2005, p. 11-12).

Para aferição do estágio evolutivo, o Projeto Competir definiu um conjunto de características que serviu como parâmetro para análise dos arranjos. A categorização dos APL por estágio e característica é apresentada na Tabela 2.

Tabela 2 – Estágio evolutivo do APL

Estágio do APL	Características
APL Emergente	Criado por coincidência Novas empresas para o produto principal Baixo nível de interação Pouca especialização
APL Crescente	Novas empresas de fornecimento e prestação de serviços Especialização crescente Cooperação decrescente
APL Maduro	Terceirização de atividades não estratégicas Fusões e poucas novas empresas Cooperação decrescente
APL Especializado	Especialização alta Competitividade e competência altas Forte ação coletiva para criar vantagens comparativas locais
APL Decadente	Número decrescente de empresas Número de funcionários decrescente Competição desesperada

Fonte: Projeto Competir

Reforçando a visão aqui mencionada, Vieira (2005, p.11) elenca em seu estudo uma forte relação existente entre ações de educação profissional no processo de fortalecimento das atividades produtivas nas cidades de Jaú e de Marília, ambas no estado de São Paulo.

O município de Jaú desenvolveu competências nas atividades industriais voltadas ao segmento calçadista, em particular ao de calçados femininos. Já o município de Marília desenvolveu sua *expertise* nas atividades industriais voltadas ao segmento de alimentos. A formação de competências nas respectivas áreas se deu a partir do que se pode chamar de “vocação da localidade” e gerou um conjunto de empresas que não só lidam diretamente com a produção dos bens finais, mas também de empresas que fornecem as matérias-primas, as máquinas e as ferramentas requeridas pelo aglomerado.

Nessas localidades escolas de educação profissional têm desempenhado um papel de suma importância para as atividades ali desenvolvidas. Um bom exemplo são as Escolas Técnicas do Senai e as Faculdades de Tecnologia de São Paulo - FATEC, presentes nos municípios, com a disponibilidade de cursos voltados diretamente às atividades da região. Segundo Vieira (2005, p. 12) os cursos de educação profissional, devido às suas características, conseguem atender mais rapidamente as demandas de mercado, preparando os profissionais em menor tempo hábil, sem se deixar de lado a preocupação com a qualidade do processo formativo.

Capítulo 4: Considerações sobre o Arranjo Produtivo Local - APL de confecções do agreste pernambucano

O problema desta investigação diz respeito às contribuições da educação profissional para o Desenvolvimento Local Sustentável nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, que compõem, no escopo deste estudo, o APL de confecções.

No entanto, com o objetivo de melhor situar esse problema e de relacionar justificativas para a realização desta investigação, apresenta-se um esboço do APL, com o objetivo de trazer à reflexão a problemática que constitui o objeto de estudo nesta pesquisa.

4.1 População

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os municípios em que se situa o APL de confecções, no ano de 2000 possuía 334.482 habitantes, o que representava 4,2% da população pernambucana. Falando-se da parcela da população em idade escolar, composto pelo somatório das crianças e dos jovens residentes, havia 171.721 habitantes. Tais dados podem ser observados na Tabela 3. (IBGE, 2000)

Tabela 3. População residente por grupos de idade em 2000

Faixa Etária da População	População				População de Pernambuco	
	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama	Total	Total	% Distribuição População
0 a 4 anos	24.542	6.606	2.646	33.794	797.656	10,1%
5 a 9 anos	24.980	6.039	2.360	33.379	801.181	10,1%
10 a 14 anos	26.439	6.187	2.414	35.040	864.319	10,9%
Total de Crianças	75.961	18.832	7.420	102.213	2.463.156	31,1%
Participação % das Crianças sobre o Total da População	30%	32%	34%	31%	31%	-
15 a 19 anos	26.238	7.038	2.552	35.828	880.185	11,1%
20 a 24 anos	24.563	6.615	2.502	33.680	770.146	9,7%
Total de Jovens	50.801	13.653	5.054	69.508	1.650.331	20,8%
Participação % dos Jovens sobre o Total da População	20%	23%	23%	21%	21%	-
25 a 29 anos	21.916	5.512	1.918	29.346	642.819	8,1%
30 a 34 anos	20.228	4.643	1.593	26.464	578.749	7,3%
35 a 39 anos	18.031	3.820	1.284	23.135	523.631	6,6%
40 a 44 anos	13.778	2.830	957	17.565	433.219	5,5%
45 a 49 anos	11.257	2.394	786	14.437	361.131	4,6%
50 a 54 anos	10.026	1.952	658	12.636	312.063	3,9%
55 a 59 anos	8.135	1.565	543	10.243	248.359	3,1%
60 a 64 anos	7.324	1.168	456	8.948	218.702	2,8%
Total de Adultos	110.695	23.884	8.195	142.774	3.099.971	39,1%
Participação % dos Adultos sobre o Total da População	44%	40%	38%	43%	39%	-
65 a 69 anos	5.384	805	374	6.563	163.806	2,1%
70 anos ou mais	10.793	1.874	757	13.424	322.378	4,1%
Total de Idosos	16.177	2.679	1.131	19.987	704.886	8,9%
Participação % dos Idosos sobre o Total da População	6%	5%	5%	6%	9%	-
Total da População	253.634	59.048	21.800	334.482	7.918.344	100,0%

Fonte: Dados bruto do IBGE, Censo Demográfico 2000. Elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

4.2 Educação

Ao se cruzar os dados da composição da população em 2000, precisamente o total de habitantes em idade escolar, composto pelo somatório das crianças e dos jovens até 19 anos, e o número de matrículas de 2006 em educação no APL em estudo, incluindo as matrículas nas creches, é verificado que apenas 83% das crianças e jovens estão na escola, já que se tem apenas 115.243 matrículas para um total de 138.041 habitantes nessa faixa etária. A situação é ainda mais grave quando se reporta diretamente ao número de matrículas no ensino médio, de apenas 16.068, e ao número de matrículas em educação profissional técnica em nível médio⁶, 561.

⁶ A educação profissional técnica em nível médio é a única modalidade da educação profissional contemplada no Censo Escolar do INEP.

Não são consideradas as estimativas de crescimento da população para o período 2000 a 2006, o que elevaria ainda mais o déficit.

Os dados de educação são disponibilizados pelo Censo Escolar 2006, disponibilizado no site do INEP. O detalhamento das matrículas é apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 - Matrículas na educação básica e na educação profissional técnica em nível médio no APL de Confeções em 2006

Modalidade da Educação		Total	Município			
			Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama	
Educação Básica	Total	115.243	85.749	21.532	7.962	
	Creche	2.804	1.925	804	75	
	Pré-Escola	10.937	7.297	2.793	847	
	Ensino Fundamental	1ª a 4ª Série	40.598	29.404	7.568	3.626
		5ª a 8ª Série	34.568	25.588	6.688	2.292
		Total do Ensino Fundamental	75.166	54.992	14.256	5.918
		Ensino Médio	16.068	12.621	2.782	665
		Educação Especial	1.061	932	113	16
	Educação de Jovens e Adultos (Supletivo)	9.207	7.982	784	441	
Educação Profissional Técnica em Nível Médio		561	531	30	0	
Total Geral de Matrículas		115.804	86.280	21.562	7.962	

Fonte: Dados brutos do Censo Escolar 2006. Elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante

Além dos dados destas tabelas, têm-se ainda outros dados disponíveis em pesquisa⁷ realizada pelo Senai que reforçam a existência da cultura da não educação na região.

Quando os entrevistados dessa pesquisa foram questionados em relação ao nível de escolaridade, cerca de 63% não quiseram ou não souberam responder. Dos que responderam 4% declararam ser analfabetos, 35% com o ensino fundamental

⁷ Pesquisa realizada pelo SENAI com o objetivo de identificar o perfil dos empreendimentos do Moda Center Parque das Feiras no município de Santa Cruz do Capibaribe. Utilizou-se uma amostra de 375 para uma população de 7 mil empreendimentos. O critério para definição da amostra foi probabilístico estratificado, com nível de confiabilidade de 95% e a margem de erro de, no máximo, 2 pontos percentuais, para mais ou para menos, sobre os resultados encontrados no total da amostra.

incompleto, 12% com o ensino fundamental completo, 16% com o ensino médio incompleto, 26% com o ensino médio completo, 2% com o ensino superior incompleto, e 5% com o ensino superior completo.

Ainda como resultados dessa pesquisa, há a identificação de que apenas 24% dos entrevistados já realizaram algum curso de educação profissional. Entre os que declararam nunca ter realizado um curso de educação profissional, que abrange os demais 76%, 60%, foi informado como motivo principal a falta de interesse ou a falta de tempo para dedicação.

4.3 Emprego

Segundo dados do Censo Demográfico 2000, a população com idade entre 10 e 64 anos soma 247.322 pessoas, conforme evidenciado na Tabela 3. Tal faixa etária compõe a base da População Economicamente Ativa (PEA), que nesse caso corresponde a cerca de 74% do total da população, segundo os dados do Censo Demográfico do IBGE. Não foi adicionada aqui a parcela da população com 65 anos de idade, que também compõe a PEA.

Quando se compara a PEA ao número de empregos no setor formal, indicado na Relação Anual e Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), constata-se que este absorve apenas 11% dessa população, já que há 27.389 postos de trabalho distribuídos da seguinte forma:

Tabela 5 – Distribuição dos empregos formais

Setor	Nº de Empregos				%
	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama	Total	
Indústria de Transformação	3.986	1.916	1.346	7.248	26,46%
Construção Civil	498	16	34	548	2,00%
Comércio	6.577	1.405	516	8.498	31,03%
Serviços	7.610	1.642	1.416	10.668	38,95%
Agropecuária	390	2	5	397	1,45%
Outros	30	0	0	30	0,11%
Total	19.091	4.981	3.317	27.389	100,00%

Fonte: MTE, RAIS 2005

Ainda falando no setor formal, a RAIS indica que o mesmo engloba 737 empresas relacionadas às atividades do APL de Confeccões e que essas empresas geram 7.235 empregos, o que representa cerca de 26% do número total de empregos da região. Tais dados são demonstrados nas Tabelas 6 e 7.

Tabela 6 – Nº de estabelecimentos formais em atividades relacionadas ao APL de confeccões

Segmento	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama	TOTAL
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	8	0	0	8
Fabricação de outros artefatos têxteis incluindo tecelagem	0	3	0	3
Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros	6	4	2	12
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, exceto vestuário	7	0	0	7
Fabricação de outros artigos têxteis - exceto vestuário	7	3	0	10
Fabricação de tecidos de malha	1	2	1	4
Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha	5	0	0	5
Confeccão de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	65	92	3	160
Confeccão de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas e camisas	328	113	87	528
Total	427	217	93	737

Fonte: MTE, RAIS 2005 – CNAE Classificação 95

Tabela 7 – Nº de empregos formais em atividades relacionadas ao APL de confeccões

Segmento	Caruaru	Santa Cruz do Capibaribe	Toritama	TOTAL
Fabricação de artigos de tecido de uso doméstico	32	0	0	32
Fabricação de outros artefatos têxteis incluindo tecelagem	0	14	0	14
Acabamentos em fios, tecidos e artigos têxteis, por terceiros	42	42	36	120
Fabricação de artefatos têxteis a partir de tecidos, exceto vestuário	69	0	0	69
Fabricação de outros artigos têxteis - exceto vestuário	53	58	0	111
Fabricação de tecidos de malha	5	2	1	8
Fabricação de outros artigos do vestuário produzidos em malha	15	0	0	15
Confeccão de roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes	590	718	10	1.318
Confeccão de peças do vestuário - exceto roupas íntimas, blusas e camisas	3.504	999	1.045	5.548
Total	4.310	1.833	1.092	7.235

Fonte: MTE, RAIS 2005 – CNAE Classificação 95

Estima-se que boa parte da população, não empregada no setor formal, ocupa postos de trabalho no setor informal, bastante amplo na região. Segundo dados do Sebrae em 2002, havia na região do APL de confecções do agreste pernambucano, envolvendo Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e mais 37 outros municípios da região, cerca de 12 mil empresas com atividades de confecções, sendo a maioria dessas compostas por micro e pequenas empresas, que geram cerca de 76 mil empregos. Se forem considerados esses números, cruzando-os com os formais constantes na RAIS, tem-se um alarmante índice de informalidade, que aqui não pode ser estimado devido à indisponibilidade de dados estratificados dos três municípios considerados neste estudo.

4.4 Produto interno bruto

Falando-se no Produto Interno Bruto (PIB) do APL, este apresentou um crescimento na ordem de 68,52%, entre 2000 e 2004, já que em 2000 somava 914,1 milhões de reais e em 2004 passou a somar 1.540,4 milhões de reais. Quanto ao PIB per capita municipal de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, estes obtiveram crescimentos na ordem de 53,19%, 56,1% e 104%, respectivamente, entre os anos de 2000 e 2004. De tal crescimento não é descontada a inflação no período. Tais dados foram divulgados pela Agência Condepe/Fidem, em PIB dos Municípios (CONDEPE/FIDEM, 2007).

4.5 Desenvolvimento humano

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama apresentaram em 2000 Índices de Desenvolvimento Humano - IDH próximos ao da média de Pernambuco, 0,705, com 0,713, 0,672 e 0,709, respectivamente. A evolução no período de 1991 a 2000, foi de cerca de 9,5%, 5,8% e 10,3%, respectivamente por município nos índices gerais. Quando se considera o crescimento médio em Pernambuco no mesmo período, 13,71%, pode-se observar que os índices de desenvolvimento no APL não acompanharam a evolução do

índice de Pernambuco, sendo a situação mais precária em Santa Cruz do Capibaribe.

Comparando-se os três municípios, Caruaru obteve o melhor desempenho no IDHM-Educação, com crescimento de 16,6%, acompanhado pelo IDHM-Renda, que apresentou crescimento na ordem de 6,9%, considerando-se o período 1991 e 2000. Santa Cruz do Capibaribe apresentou resultados de crescimento nos indicadores IDHM-Educação e IDHM-Renda, de 5,1% e de 5,0%, respectivamente. Já o município de Toritama apresentou o melhor desempenho no IDHM-Renda, com crescimento na ordem de 8,7% e involução nos demais índices: IDHM-Longevidade com decréscimo de 7% e o IDHM-Educação com decréscimo de 3,8%. Na Tabela 8 há disponível a composição de tais resultados.

Tabela 8 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Ano	Tipo de IDH	IDHM					
		Caruaru	Evolução % 1991/2000	Santa Cruz do Capibaribe	Evolução % 1991/2000	Toritama	Evolução % 1991/2000
1991	IDHM	0,651		0,635		0,643	
	IDHM-Renda	0,622		0,699		0,67	
	IDHM-Longevidade (ou Saúde)	0,672		0,629		0,632	
	IDHM-Educação	0,658		0,664		0,653	
2000	IDHM	0,713	9,5%	0,672	5,8%	0,709	10,3%
	IDHM-Renda	0,665	6,9%	0,734	5,0%	0,728	8,7%
	IDHM-Longevidade (ou Saúde)	0,706	5,1%	0,603	-4,1%	0,588	-7,0%
	IDHM-Educação	0,767	16,6%	0,698	5,1%	0,628	-3,8%

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante

4.6 Distribuição de renda

A tabela 9 apresenta o índice de Gini, que mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Este índice varia de zero (igualdade absoluta: todos têm a mesma renda), até um (desigualdade absoluta: apenas uma pessoa detém toda a renda da comunidade; as demais têm renda nula). Em 1991 e em 2000, a distribuição da renda nos municípios que compõem o APL era melhor, ou seja, menos concentrada, do que no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco.

Apesar dessa menor concentração, pode-se observar que a desigualdade cresceu 5,5% em Caruaru, onde o índice passou de 0,55 em 1991 para 0,58 em 2000, e 7%

em Toritama, onde o índice passou de 0,43 em 1991 para 0,46 em 2000. Esse caminho é o inverso do apresentado no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco, que obtiveram resultados de desconcentração na ordem de 4,7%, 4,6% e 6,1%, respectivamente. O município de Santa Cruz do Capibaribe sofreu melhorias com a redução da concentração na ordem de 3,6%, onde o índice de Gini passou de 0,55 em 1991 para 0,53 em 2000.

Tabela 9 – Índice de Gini da Distribuição de Renda das Pessoas Responsáveis pelo Domicílio 1991 e 2000.

Brasil, Região, Unidade da Federação, Município	Índice de Gini		
	1991	2000	%
Brasil	0,64	0,61	- 4,7
Nordeste	0,65	0,62	- 4,6
Pernambuco	0,66	0,62	- 6,1
Caruaru	0,55	0,58	5,5
Santa Cruz do Capibaribe	0,55	0,53	- 3,6
Toritama	0,43	0,46	7,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico e PNUD, Perfil dos municípios.

Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

Em Caruaru a renda per capita média do município cresceu 29,79%, passando de R\$ 161,62 em 1991 para R\$ 209,76 em 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) diminuiu 16,48%, passando de 42,3% em 1991 para 35,3% em 2000.

Em Santa Cruz do Capibaribe a renda per capita média do município cresceu 23,31%, passando de R\$ 168,57 em 1991 para R\$ 207,86 em 2000. A pobreza diminuiu 32,81%, passando de 37,8% em 1991 para 25,4% em 2000.

Já em Toritama a renda per capita média do município cresceu menos, 13,25%, passando de R\$ 172,42 em 1991 para R\$ 195,27 em 2000. A pobreza diminuiu 22,07%, passando de 27,3% em 1991 para 21,3% em 2000.

4.7 Ações ambientais

Mesquita (2006) elenca em seu estudo sete ações ambientais relacionadas à ecoeficiência: redução do gasto de materiais com bens e serviços, redução do gasto de energia com bens e serviços, redução da emissão de substâncias tóxicas, intensificação da reciclagem de materiais, maximização do uso sustentável de recursos renováveis, prolongamento da durabilidade dos produtos e agregação de valor aos bens e serviços.

Nesse mesmo estudo ainda é elencado que os empresários devem possuir uma política de responsabilidade social corporativa, que é um comprometimento permanente em adotar um comportamento ético e contribuir para o desenvolvimento econômico, melhorando a qualidade de vida de seus empregados e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo. Os pilares para isso são: respeito aos direitos humanos, aos direitos trabalhistas, proteção ambiental, valorização do bem-estar das comunidades e valorização do progresso social.

Segundo estudo de Pedrosa (2006), que traz uma abordagem sobre políticas públicas municipais relacionadas à melhoria do ambiente urbano, o principal problema ambiental encontrado no município de Caruaru se refere à contaminação da água. O município é banhado pelo rio Ipojuca que, devido ao excesso de despejo de esgoto, sem tratamento, apresenta o maior índice de contaminação do recurso hídrico no município, e que a falta de investimentos da concessionária de abastecimento d'água e de saneamento tem contribuído para o agravamento da contaminação desse recurso. A Prefeitura do município conseguiu recursos junto à União para a implantação de redes de esgotamento sanitário em parte do município, e a implantação de um aterro sanitário fez Caruaru ser o primeiro município do Estado de Pernambuco a ter direito ao ICMS socioambiental⁸ por ter construído o aterro.

⁸ Mecanismo de rateio de parcela da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios de acordo com indicadores relacionados com a atuação dos governos municipais nas áreas de educação, saúde, coleta e tratamento de resíduos e existência de unidades de conservação (Pedrosa, 2007).

Conforme dados da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente o município de Santa Cruz do Capibaribe também possui aterro sanitário licenciado, entretanto segundo o acompanhamento das ações realizadas por tais aterros (o de Caruaru e o de Santa Cruz do Capibaribe) no segundo semestre de 2003, apenas o aterro de Caruaru funcionava de forma regular.

Em relação ao Rio Capibaribe que corta os municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, a situação é bastante crítica. Segundo informações disponibilizadas no *site* da Companhia Pernambucana de Recursos Hídricos (CPRH), do Estado de Pernambuco, das 50 lavanderias existentes em Toritama, apenas 10 estão licenciadas, e estas obtiveram o licenciamento em dezembro de 2006. Segundo a mesma companhia 70% dos efluentes industriais e sanitários são descartados na rede pluvial sem tratamento, o que faz com que o Rio Capibaribe, nas intermediações de Toritama, seja azul.

Capítulo 5: Uma análise de documentos referentes ao arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano

Neste capítulo, é realizada uma análise de três documentos oriundos de pesquisas empíricas realizadas pelo Senai, entre os anos de 2007 e 2008. O primeiro documento é o Perfil dos Empreendimentos do Moda Center Parque das Feiras de Santa Cruz do Capibaribe. O segundo é o Acompanhamento de Egressos dos cursos de Educação Profissional nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, considerando-se a óptica dos alunos. E o terceiro documento é o Acompanhamento de Egressos, sob a perspectiva das empresas contratantes dos ex-alunos.

A primeira pesquisa abrangeu a consulta a 375 empreendimentos instalados no Moda Center Parque, situado no município de Santa Cruz do Capibaribe. O levantamento foi realizado através de pesquisa direta, utilizando-se como ferramenta um questionário estruturado, junto ao proprietários dos empreendimentos. Para a identificação do informante e unidade de estabelecimento foi consultado o banco de dados da administração do Parque. O método de definição de amostra adotado foi o probabilístico estratificado, considerando-se a representação dos vários portes de empreendimentos instalados na localidade, o que garante um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de amostragem de 5 pontos percentuais para mais ou para menos.

A aplicação dos questionários foi realizada por um conjunto de entrevistadores, selecionados entre os alunos do curso de administração industrial da Escola Técnica Senai de Santa Cruz do Capibaribe, sob a supervisão de uma estatística. A tabulação e o tratamento dos dados foram realizados pela Divisão de Planejamento e Pesquisa do próprio Senai, com a utilização do sistema *Sphinx*.

A segunda pesquisa abrangeu o acompanhamento de ex-alunos egressos dos cursos técnicos realizados pelas escolas do Senai nos municípios de Caruaru e de Santa Cruz do Capibaribe. Foram utilizados os dados de acompanhamento dos alunos que concluíram os cursos entre o segundo semestre de 2005 e o primeiro

semestre de 2006, face à metodologia da pesquisa se reportar ao acompanhamento após um ano de conclusão do curso.

Para a análise que se segue foram utilizados os resultados do acompanhamento dos cursos técnicos voltados à atividade principal do APL, ou seja, cursos técnicos em vestuário. Da Escola Técnica de Caruaru foram analisados os resultados do acompanhamento de 42 ex-alunos, o que representa 52,5% do total dos 80 concluintes à época. Entre os ex-alunos da Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe foram analisados os resultados do acompanhamento de 20 ex-alunos, o que representa 71,4% do total de 28 concluintes à época.

A pesquisa de campo foi realizada via consulta direta aos próprios ex-alunos, mediante a aplicação de questionários, enviados às residências dos ex-alunos, via mala-direta, e, em alguns casos, por contato telefônico.

A terceira pesquisa também foi realizada com o propósito de avaliar os programas de educação profissional ofertados pelo Senai na região. Entretanto, o que a diferencia da segunda pesquisa, apresentada anteriormente, é o foco da avaliação, nesse caso, os respondentes são os empresários ou os chefes imediatos dos ex-alunos. Para essa análise foram utilizados os acompanhamentos de 11 ex-alunos do curso técnico em vestuário da Escola Técnica de Caruaru e 6 ex-alunos do mesmo curso ministrado na Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe.

5.1 Pesquisa de identificação do perfil dos lojistas do Moda Center Parque das Feiras do município de Santa Cruz do Capibaribe

A pesquisa teve como principal objetivo conhecer o perfil dos estabelecimentos do APL de confecções do agreste pernambucano, reportando-se ao principal centro de comercialização dos produtos confeccionados na região. Houve também a intenção de verificar as necessidades de educação profissional.

5.1.1 Perfil dos empreendimentos

Para efeito de análise representativa diante do universo existente na região, foram pesquisados 375 estabelecimentos, compostos por 287 boxes, 65 lojas, 15 lanchonetes, 6 restaurantes e 2 hotéis. Com relação à produção dos estabelecimentos foi observado que 62% dos boxes e lojas pesquisadas possuem fabricação própria, ou seja, fabricam os produtos que comercializam.

Tabela 10 - Tipo de operação realizada pelos empreendimentos

Atividade	Nº de respondentes	% de resposta
Produz e vende	232	62
Apenas vende	130	35
Não resposta	13	3
Total	376	100

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.1.2 Principal produto

Dentre os principais produtos fabricados e comercializados se encontram as confecções tipo modinha, com 23,33% do total das respostas. Os produtos de camisaria, *jeans*, moda infantil e moda íntima surgem com 13,89%, 12,78%, 10,56% e 9,44% das citações, respectivamente. Os resultados podem ser verificados na Tabela 11.

Tabela 11 - Principal produto comercializado*

Produto	Nº de citações	% de resposta
Modinha	84	23,33
Camisaria	50	13,89
Jeans	46	12,78
Moda Infantil	38	10,56
Moda íntima	34	9,44
Shorts diversos	24	6,67
Alimentos	22	6,11
Outros	21	5,83
Surfwear	20	5,56
Moda masculina	8	2,22
Moda Praia	8	2,22
Cama, mesa e banho	4	1,11

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

(*) Essa questão é do tipo fechada múltipla podendo ter mais de uma resposta.

5.1.3 Nível de escolaridade

Do total de respondentes 34,6% possuem o ensino fundamental incompleto, 12,2% possui o ensino fundamental completo, 16,4% possuem o ensino médio incompleto e 25,5% possuem o ensino médio completo. Tais resultados evidenciam uma baixa quantidade de anos de estudo, sendo a média de apenas 8,6 anos de escolaridade para a população pesquisada.

Tabela 12 - Nível de escolaridade

Escolaridade	% de resposta
Analfabeto	3,8
Fundamental Incompleto	34,6
Fundamental completo	12,2
Médio incompleto	16,4
Médio completo	25,5
Superior incompleto	2,3
Superior completo	4,7
Outro	0,4
Total	100,0

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.1.4 Realização de cursos de educação profissional

A maioria dos entrevistados, cerca de 80%, tem o conhecimento sobre a existência da oferta de cursos de Educação Profissional na região, conforme apresentado na Tabela 13. Entretanto, apenas 24,3% realizou algum curso nessa modalidade (Ver Tabela 14).

Tabela 13 - Conhecimento da oferta de educação profissional na região

Possui conhecimento sobre a oferta de EP na região	Nº de citações	% de resposta
Sim	296	80
Não	79	20
Total	375	100

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

Tabela 14 – Realização de cursos de educação profissional

Realização de curso de educação profissional	Nº de citações	% de resposta
Sim	91	24,3
Não	284	75,7
Total	375	100,0

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

Entre as justificativas apontadas para a não realização de cursos de educação profissional, voltados diretamente à melhoria do desempenho no trabalho, 13,4% dos respondentes informaram não ter interesse na realização de cursos, e outros 11,6% indicaram não ter tempo para se dedicar aos estudos. Ou seja, 25% dos entrevistados não vêem a importância e nem os benefícios que a realização de cursos profissionalizantes pode proporcionar para si e para os seus empregados. Os dados podem ser vistos na Tabela 15.

Tabela 15 – Principal motivo para não realizar cursos de educação profissional

Motivo	Nº de citações	% de resposta
Falta de interesse	38	13,4
Falta de tempo	33	11,6
Falta de divulgação	18	6,3
Outros motivos	29	10,2
Não resposta	166	58,5
Total	284	100,0

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.1.5 Demanda por educação profissional

Em relação às demandas dos empreendimentos por educação profissional, os cursos mais citados foram os de modelagem, de corte e costura, de administração, de atendimento, de mecânica, técnica de vendas e de *design* de moda, com 10,1%, 8,54%, 6,13%, 4,0%, 3,2%, 3,2% e 2,93%, respectivamente. As demandas por cursos são apresentadas na Tabela 16.

Tabela 16 – Demandas por cursos

Cursos demandados	Nº de citações	% de resposta
Modelagem	38	10,13
Corte e costura	32	8,54
Administração	23	6,13
Atendimento	15	4,00
Mecânica	12	3,20
Técnicas de Venda	12	3,20
<i>Design</i> de moda	11	2,93
Risco de Corte	9	2,93
Computação	8	2,13
Informática	5	1,33
Gestão de Produção	4	1,07
Culinária	3	0,80
Desenvolvimento de Habilidades Gerenciais	3	0,80
Enfermagem	3	0,80
Mecânico de Máquina de Costura	6	1,60
Nenhum	115	30,67
Não Resposta	196	52,27
Total	375	100,0

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.2 Acompanhamento dos egressos de programas de educação profissional sob a óptica dos ex-alunos

O programa de acompanhamento de egressos do Senai contempla três dimensões, a saber: o projeto de curso, o processo de formação e o produto da ação educacional. As informações contidas na pesquisa de acompanhamento de egressos consistem na avaliação do produto, focado na satisfação dos alunos, e visam a retroalimentação do sistema.

5.2.1 Metodologia da avaliação

O Sistema de Acompanhamento de Egressos foi concebido para realizar estudos com ex-alunos de todas as ocupações, de maneira a fornecer uma visão geral sobre inserção desses no mercado de trabalho, e com o objetivo específico de investigar o processo ensino-aprendizagem, através da visão dos alunos, além de diagnosticar a realidade do mercado de trabalho, criando caminhos para a inserção dos novos egressos.

5.2.2 Definição da amostra

Para efeito de análise, a pesquisa se baseou no acompanhamento de 62 ex-alunos egressos do curso técnico em vestuário, sendo 20 ex-alunos do segundo semestre do ano de 2005, da Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe, e 42 ex-alunos egressos do primeiro semestre do ano de 2006, do mesmo curso, da Escola Técnica de Caruaru. Essa amostra foi definida para atender a temática em questão, já que o estudo se refere à região onde se apresenta o APL de confecções do agreste pernambucano. Vale lembrar que entre os alunos das escolas de Caruaru e de Santa Cruz havia alunos residentes no município de Toritama.

5.2.3 Situação profissional

Foi verificado que antes da realização do curso técnico 100% dos ex-alunos da Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe, e 69% da Escola Técnica de Caruaru apenas estudavam, não possuindo nenhuma atividade remunerada à época. Tais dados podem ser verificados na Tabela 17.

Tabela 17 - Situação profissional antes de iniciar o curso técnico

Escola	Estudante	Empregado em empresa/firma, com carteira assinada	Empregado temporário com carteira assinada	Empregado temporário sem carteira assinada	Desempregado	Outra situação	TOTAL
Caruaru	69,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,4%	28,6%	100%
Santa Cruz do Capibaribe	100%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

Após a conclusão do curso, 70% dos concluintes do curso técnico do vestuário da Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe estavam inseridos no mercado de trabalho. Destes 92,8% estavam em ocupação aprendida ou relacionada ao curso realizado e apenas 42,9% possuíam vínculo ativo com a instituição empregadora, ou seja, possuíam carteira assinada.

Voltando à mesma análise, porém agora com foco nos egressos da Escola Técnica de Caruaru, têm-se os seguintes resultados: 59,5% dos concluintes estavam inseridos no mercado de trabalho. Destes 52% estavam em ocupação aprendida ou relacionada ao curso realizado e apenas 44% possuíam vínculo ativo com a instituição empregadora. (Ver tabelas 18, 19 e 20).

Tabela 18 – Ocupação um ano após a conclusão do curso técnico

Escola	Sim	Não	Total
Caruaru	59,5%	40,5%	100%
Santa Cruz do Capibaribe	70,0%	30,0%	100%

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

Tabela 19 - Ocupação atual

Escola	Em ocupação aprendida no curso que fez no Senai	Em ocupação relacionada à aprendida no curso	Em ocupação não relacionada ao curso	Não resposta	TOTAL
Caruaru	36,0%	16,0%	32,0%	16,0%	100%
Santa Cruz do Capibaribe	57,1%	35,7%	7,1%	0,0%	100%

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

Tabela 20 - Vínculo empregatício

Escola	Estagiando	Empregado em empresa/firma com carteira assinada	Empregado em empresa/firma sem carteira assinada	Empregado temporário com carteira assinada	Empresário/sócio-proprietário	Autônomo	TOTAL
Caruaru	12,0%	44,0%	0,0%	4,0%	0,0%	40,0%	100%
Santa Cruz do Capibaribe	0,0%	42,9%	35,7%	0,0%	7,1%	14,3%	100%

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.2.4 Aplicabilidade dos conhecimentos aprendidos no curso de Educação Profissional

A Tabela 21 revela a intensidade da aplicabilidade, no dia-a-dia do trabalho, dos conhecimentos adquiridos em aula. Os percentuais de respostas estão distribuídos em três categorias: muito, pouca e nenhuma aplicabilidade.

No acompanhamento do curso ministrado na Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe 100% afirmaram que utilizam muito os conhecimentos apreendidos. E, dentre os ex-alunos da Escola Técnica de Caruaru, as respostas de utilização alcança 68%. Os resultados podem ser observados na Tabela 21.

Tabela 21 - Aplicação dos conhecimentos adquiridos no dia-a-dia do trabalho

Escola	Sim, muito	Sim, pouco	Não aplica	Não resposta	TOTAL
Caruaru	36,0%	32,0%	20,0%	12,0%	100%
Santa Cruz do Capibaribe	57,1%	42,9%	0,0%	0,0%	100%

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.2.5 Satisfação com o curso técnico realizado

O nível de satisfação obtido a partir das médias qualificadas pelos egressos do curso em estudo foi bastante positivo, sendo 8,5, numa escala de 2 a 10, o nível de satisfação geral do curso ministrado em Caruaru e 7,98 do curso ministrado em Santa Cruz do Capibaribe (Ver tabela 22).

Tabela 22 - Nível de satisfação com o curso técnico realizado

Escola	Nível de satisfação
Caruaru	7,98
Santa Cruz do Capibaribe	8,50

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante

5.3 Acompanhamento dos egressos de programas de educação profissional sob a óptica dos empresários ou dos chefes imediatos

Essa parte do trabalho analisa os resultados da Pesquisa Pro-Siga, realizada pelo Senai, junto aos empresários ou aos chefes imediatos dos ex-alunos concluintes do curso técnico em vestuário, que se encontravam ocupados no mercado de trabalho um ano após de conclusão do curso.

O principal objetivo da pesquisa foi o de verificar o desempenho dos egressos de programas de educação profissional nas empresas contratantes, contribuindo com informações sobre o desenvolvimento profissional, relações interpessoais, comunicação, além do nível de satisfação das empresas. A pesquisa tomou como base 19 ex-alunos que informaram, no âmbito da pesquisa de acompanhamento com foco nos egressos, estar trabalhando na ocupação aprendida ou em ocupação relacionada ao curso técnico realizado, totalizando 17 empresas consultadas. A pesquisa foi realizada a partir de um questionário estruturado aplicado por meio de contato telefônico ou contato direto com os empresários ou com os chefes imediatos dos profissionais.

A avaliação foi dividida em três blocos de competências: competências básicas, competências específicas e competências de gestão. As escalas de respostas atribuídas variaram entre 2 e 10, permitindo a análise e comparação entre as médias obtidas por questão e por bloco de questões.

5.3.1 Avaliação das competências básicas

As variáveis utilizadas para apontar as características de questões sobre competências básicas se cingem a pontos sobre: comunicação escrita e oral, conhecimentos dos fundamentos técnicos e científicos da área de formação, interpretação de esquemas e diagramas, interpretação de textos e raciocínio lógico-matemático.

Os ex-alunos da Escola Técnica de Caruaru obtiveram médias superiores a 8,0 quanto às competências básicas aplicadas no local de trabalho. Os ex-alunos da Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe obtiveram médias superiores a 7,5 (Ver Tabela 23).

Tabela 23 - Médias das competências básicas

Competências	Escola de Caruaru	Escola de Santa Cruz do Capibaribe
Comunicação escrita	8,5	8,0
Comunicação oral	8,5	8,0
Conhecimentos dos fundamentos técnicos e científicos de sua área	9,0	8,3
Interpretação de esquemas e diagramas	8,0	7,6
Interpretação de textos	8,3	7,6
Raciocínio lógico-matemático	8,7	7,5

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.3.2 Avaliação das competências específicas

As competências específicas neste estudo englobam: a aplicação de métodos e técnicas adequados ao trabalho; a aplicação de recursos de informática pertinentes à sua área; a aplicação dos fundamentos técnicos e científicos em sua atividade profissional; a capacidade de prevenção de problemas em equipamentos; o desenvolvimento das atividades específicas e a utilização adequada de máquinas, equipamentos, instrumentos e materiais de trabalho.

Na Tabela 24 pode-se ver que os resultados obtidos foram bastante animadores, já que as médias foram, no mínimo, sete e meio, o que sugere que os ex-alunos têm domínio dos conhecimentos característicos a sua área de atuação na empresa.

Tabela 24 - Médias das competências específicas

Competências	Escola de Caruaru	Escola de Santa Cruz do Capibaribe
Aplicação de métodos e técnicas adequados ao trabalho	9,2	8,3
Aplicação de recursos de informática pertinentes à sua área	8,8	7,5
Aplicação dos fundamentos técnicos e científicos em sua atividade profissional	9,0	7,7
Capacidade de prevenção problemas nos equipamentos	8,7	7,6
Desenvolvimento das atividades específicas	8,7	8,7
Utilização adequada de máquinas, equipamentos, instrumentos e materiais de trabalho	8,7	8,0

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.3.3 Avaliação das competências de gestão

As competências de gestão têm o intuito de verificar as capacidades pessoais dos ex-alunos em relação à organização do trabalho, às relações no trabalho e à habilidade em lidar diante de situações diferentes e imprevistas.

Na análise geral os egressos atenderam às expectativas com a pontuação média superior a sete e meio. Na avaliação o indicador que melhor se apresentou, no caso da Escola Técnica de Caruaru, foi a “aplicação de princípios éticos no trabalho”, com média de 9,5, acompanhado de “capacidade de trabalhar em equipe”, com média 9,0. Entre os melhores resultados da Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe sobressai o “interesse em seu desenvolvimento pessoal e profissional”, com média 8,7. (SENAI, 2007b, p. 15). Os resultados podem ser visualizados na Tabela 25.

Tabela 25 - Médias das competências em gestão

Competências	Escola de Caruaru	Escola de Santa Cruz do Capibaribe
Aplicação de procedimentos de segurança	8,7	8,3
Aplicação de princípios éticos no trabalho	9,5	8,3
Atendimento aos padrões de qualidade e produtividade	8,7	8,3
Capacidade de incorporar melhorias em seus processos de trabalho	8,2	8,0
Capacidade de lidar com situações novas ou não corriqueiras	7,8	7,6
Capacidade de negociação com pares e superiores	8,2	8,0
Capacidade de trabalhar em equipe	9,0	8,3
Capacidade de resolução de problemas	8,5	8,3
Flexibilidade para lidar com mudanças	8,0	8,0
Interesse em seu desenvolvimento pessoal e profissional	8,7	8,7
Planejamento e organização do próprio trabalho	8,3	8,0
Tomada de decisões na sua esfera de atuação	8,0	8,3

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

5.3.4 Nível de satisfação das empresas com os egressos

No geral os níveis de satisfação com os ex-alunos dos cursos técnicos apresentaram resultados satisfatórios, representado pela média 9,1, para os egressos da Escola Técnica de Caruaru, e 8,8, para os egressos da Escola Técnica de Santa Cruz do Capibaribe (SENAI, 2007b, p. 25). Os resultados constam na Tabela 26.

Tabela 26 - Nível de satisfação das empresas com os egressos

Escola	Nível de satisfação
Caruaru	9,1
Santa Cruz do Capibaribe	8,8

Fonte: Senai. Tabela elaborada por João Paulo de Aquino Cavalcante.

Dessa forma, pode-se afirmar que os profissionais formados por escolas técnicas na região em estudo geram satisfação às empresas contratantes, na maioria dos itens questionados.

PARTE II - METODOLOGIA

Capítulo 6: As abordagens de pesquisa utilizadas

6.1 Por uma abordagem quantiqualitativa de pesquisa

Esta investigação é orientada pela abordagem quantiqualitativa de pesquisa, uma vez que se utiliza tanto de recursos de natureza qualitativa, como quantitativa.

Sobre a pesquisa qualitativa, é de referir que tal tipo de pesquisa, conforme afirma André (1995, p. 16), “tem suas raízes no final do século XIX quando os cientistas sociais começaram a indagar se o método de investigação das ciências físicas e naturais, que por sua vez se fundamentava numa percepção positivista de conhecimento, deveria continuar servindo como modelo para estudo dos fenômenos humanos e sociais”.

A propósito do método “mais adequado” às investigações no âmbito das ciências sociais, surgem muitos estudiosos das questões humanas e sociais que buscam uma metodologia diferente para as ciências sociais, apresentando como argumentos que os fenômenos humanos e sociais são muito complexos e dinâmicos, o que torna difícil estabelecer leis gerais como se faz na física ou na biologia. Dentre esses estudiosos das questões humanas, pode-se citar Dilthey, historiador, que foi um dos primeiros a indagar a respeito de uma metodologia diferente para as ciências sociais, e Weber, o qual, com outros estudiosos, aderiu às idéias de Dilthey advogando uma perspectiva de conhecimento que ficou conhecida como idealista-subjetivista⁹.

É, portanto, nesse contexto que emerge uma nova abordagem de pesquisa, a pesquisa “naturalística” ou “qualitativa”. Para André (1995, p. 17), os termos “naturalística” ou “naturalista” se explicam pelo fato de esse tipo de pesquisa não envolver a:

manipulação de variáveis, nem tratamento experimental; é o estudo do fenômeno em seu acontecer natural. Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas.

⁹ Cf. André, Marli Eliza D. A. De. (1995: 16-17).

Desse modo, pode-se dizer que é da concepção idealista-subjetivista, ou fenomenológica, que se origina a abordagem qualitativa de pesquisa, a qual comporta as idéias do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da etnografia.

Na linha dessas correntes da pesquisa qualitativa, este trabalho se situa no âmbito do interacionismo simbólico, dado o fato de este assumir “como pressuposto que a experiência humana é mediada pela interpretação, a qual não se dá de forma autônoma, mas à medida que o indivíduo interage com o outro” (ANDRÉ, 1995, p. 18).

E foi, portanto, nesse sentido que, por ocasião da recolha de dados relativamente a esta investigação, procurou-se interagir com os sujeitos desta pesquisa a fim de apreender características e sentidos diversos nos discursos destes no que diz respeito às questões de partida deste estudo, a saber:

1. Quais as contribuições da educação profissional para o DLS do APL de confecções do agreste pernambucano?
2. Que relações existem entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL e a prática desses profissionais no APL?
3. Quais as contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL?

No que diz respeito à abordagem quantitativa de pesquisa esta foi realizada por meio da análise de dados coletados junto ao setor produtivo, aqui a ser representado pela consulta a 375 empreendimentos instalados no Moda Center Parque das Feiras de Santa Cruz do Capibaribe, parque que possui a maior concentração de comercialização das confecções dos três municípios considerados neste estudo, além de dados colhidos junto aos profissionais (ex-alunos de cursos de educação profissional) e das empresas contratantes destes profissionais.

O programa *Sphinx®*, que consiste em um sistema informatizado de análise de dados quantitativos, foi utilizado como ferramenta de compilação e aglutinação das entrevistas realizadas, facilitando o tratamento das visões colhidas por esse instrumento.

6.2 A pesquisa-ação como forma de intervenção, no âmbito epistemológico

Este estudo tem em seu escopo uma proposta de intervenção por meio da atuação do Senai no APL de confecções do agreste pernambucano. O Senai possui duas unidades instaladas na região, sendo uma no município de Caruaru e a outra em Santa Cruz do Capibaribe.

Sobre a categoria de pesquisa intitulada de “pesquisa-ação”, esta tem origem com Lewin que era um estudioso das questões psicossociais e pretendia, com esse tipo de pesquisa, investigar as relações sociais e conseguir mudanças em atitudes e comportamentos dos indivíduos. Os traços essenciais de sua abordagem são: análise, coleta de dados e conceituação dos problemas; planejamento da ação, execução e nova coleta de dados para avaliá-la; e a repetição desse ciclo de atividades. (LEWIN apud ANDRÉ, 1995, p. 31).

Corey enfatiza que a pesquisa-ação se caracteriza como o processo pelo qual os práticos objetivam estudar cientificamente seus problemas de modo a orientar, corrigir e avaliar suas ações e decisões. (apud ANDRÉ, 1995, p. 31).

André (1995, p. 32-33) relata que há várias correntes que abordam sobre o propósito principal desse tipo de pesquisa, podendo-se elencar as correntes anglo-saxônicas, a australiana, a espanhol-portuguesa, a francesa e a norte-americana.

Na linha aglo-saxônica é dado um caráter de diagnóstico, centrando-se na imagem do professor e abrangendo questões relacionadas ao currículo e com as condições institucionais.

A corrente australiana aproxima-se da anglo-saxônica com a preocupação no currículo, mas vai além, propondo que a pesquisa se volte para atividades de desenvolvimento profissional, incluindo programas de melhoria da escola, para o planejamento de sistemas e o desenvolvimento de políticas.

A vertente espanhol-portuguesa discute a pesquisa-ação no âmbito da formação contínua de professores. Já a corrente francesa se volta para a educação não-formal, ou seja, a educação de adultos, educação popular, educação permanente e a animação sociocultural. Na América Latina essa vertente foi desenvolvida com o nome de pesquisa participante ou participativa.

A corrente norte-americana, que teve em sua primeira geração Lewin, defendia a investigação colaborativa ou cooperativa, que preconiza o trabalho conjunto e a colaboração progressiva entre pesquisador e grupo pesquisado. E, nesse contexto, tal corrente é a principal utilizada neste estudo, em virtude da necessidade de interação e da realização de trabalhos conjuntos entre o SENAI e os demais atores do APL de confecções do agreste pernambucano.

6.3 Os instrumentos para a coleta dos dados

Os instrumentos para a coleta dos dados utilizados nesta investigação foram o roteiro de entrevista semi-estruturada e a análise documental.

6.3.1 As entrevistas

Sobre a técnica de entrevista, esta pode ser justificada, neste trabalho, recorrendo-se ao que diz Richmond, quando este afirma que “a entrevista se define sob a forma de método para configurar o diagnóstico, através da utilização da dedução. (...) A entrevista é (...) um método de acesso às pessoas, devendo o entrevistador comparar, conciliar, preencher lacunas no apuramento dos dados pertinentes a solução do caso”. (RICHMOND apud CARVALHO, 1991, p. 11).

Desse modo foram entrevistados 3 empresários, sendo um por cidade considerada neste estudo; 3 trabalhadores, ex-alunos de programas de educação profissional provenientes das escolas do Senai instaladas nos municípios de Caruaru e de Santa Cruz do Capibaribe, além de um profissional do município de Toritama, egresso de programas de educação profissional da mesma Instituição; e 3 gestores de escolas de educação profissional da região, um por cidade. Dessa forma, o tipo de amostra

utilizada neste estudo se categoriza como de “improbabilidade”, já que conforme afirma Selltiz (1965, p.597), não é possível avaliar a probabilidade que tem cada elemento incluído na amostra, nem a garantia de que todos os elementos tiveram alguma chance de ser incluídos.

6.3.2 A análise documental

Sobre a análise documental, pode-se dizer que esta é uma valiosa técnica de pesquisa. Neste âmbito, refere Phillips (1974, p. 187), que são considerados documentos “(...) quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano”. Assim, podem ser concebidos como documentos, leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, roteiros de programas de rádio e televisão, como também, livros, estatísticas e arquivos escolares.

A análise documental, nesta pesquisa, se deu através da análise de relatórios de três pesquisas: primeiramente a de identificação de perfil dos estabelecimentos do APL em estudo, em seguida da análise dos relatórios da pesquisa de acompanhamento dos egressos de programas de educação profissional das escolas do Senai na região e, por último, o acompanhamento dos egressos pela óptica das empresas contratantes dos profissionais formados pelo Senai.

6.4 A análise de dados através da análise de conteúdo

A análise dos dados de âmbito qualitativo foi realizada, nesta pesquisa, por meio da análise de conteúdo.

A técnica de análise de conteúdo, segundo Minayo (1993, p.74),

surgiu nos Estados Unidos no início do século passado. Seus experimentos estavam voltados para a comunicação de massa. Até os anos de 1950 predominava o aspecto quantitativo da técnica, que se traduzia, em geral, pela contagem da frequência da aparição de características nos conteúdos das mensagens veiculadas.

Na atualidade, a análise de conteúdo pode ser compreendida como um conjunto de técnicas dado o seu crescimento quantitativo, como também, a diversificação qualitativa dos estudos empíricos que se apóiam na sua utilização, ou seja, “é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos, ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas, mascarado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo muito vasto: as comunicações”. (BARDIN, 1977, p 31).

De acordo com Bardin (1977), a análise de conteúdo é aplicável aos mais diversos fins, podendo ser bastante diferentes os procedimentos de análise, ou seja, pode haver uma variação nos procedimentos conforme a natureza do objeto que está a ser investigado. Assim, entre a infinidade de possibilidades que o investigador tem de utilização da análise de conteúdo, vale referir o que diz Bardin (1997, p 31-32) sobre a importância que esta tem de “pôr em evidência a ‘respiração’ de uma entrevista não diretiva, de desmascarar a axiologia subjacente aos manuais escolares, de avaliar a importância do inconsciente coletivo, por detrás da aparente incoerência dos grafitos inscritos nos locais públicos”, entre outros. No que se refere a este estudo, a análise de conteúdo é utilizada com o objetivo de desvendar o conteúdo subjacente aos discursos dos empresários, dos trabalhadores e dos gestores de escolas de educação profissional sobre o papel e as contribuições da educação profissional para o desenvolvimento sustentável do APL em estudo.

É ainda de referir que a análise de conteúdo está situada “entre o domínio da lingüística, isto é, o estudo da linguagem sem referência a alguém que fala ou escreve, e o domínio da hermenêutica, da interpretação e a descoberta dos sentidos esotéricos escondidos”. (MUCCHIELLI apud LEITE, 2002, p. 262).

Entretanto, embora aparentemente a lingüística e a análise de conteúdo possuam o mesmo objeto, a linguagem, Bardin (1977) assinala algumas notáveis diferenças entre ambas, afirmando, por exemplo, que “é o trabalhar a palavra e as significações que diferencia a análise de conteúdo da lingüística, embora a distinção principal resida noutro lado. A lingüística estuda a língua para descrever o seu funcionamento. A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A lingüística é um estudo da língua, a análise

de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens” (ibidem: p. 44). E mais, “a análise de conteúdo, em ciências sociais, contrariamente à lingüística, não tem por objetivo compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal”. (CAMPENHOULDT apud LEITE, 2002, p. 263).

6.5 O lócus e os sujeitos da pesquisa

A pesquisa realizada no APL de confecções do agreste pernambucano contemplou os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Quanto à amostragem, optou-se por entrevistar representantes das seguintes categorias: 3 entrevistas junto a trabalhadores (ex-alunos de programas de educação profissional), 3 entrevistas junto a empresários e 3 entrevistas junto a gestores de escolas de educação profissional, dividindo-se de forma eqüitativa o número de entrevistados por município.

6.6 As categorias analíticas

Os dados desta pesquisa foram coletados e, posteriormente analisados, tendo por sustentação categorias analíticas previamente definidas. No entanto, conforme já foi enfatizado na introdução desta pesquisa, em momento algum foram compreendidas como sendo "camisas de força", mas tão somente uma orientação teórica. Dessa forma as análises foram "desafiadas" pelos dados coletados em vários momentos, possibilitando novos questionamentos. Nesse sentido, a partir das questões já apontadas e considerando os objetivos deste estudo, as categorias a seguir foram compreendidas relevantes.

6.6.1 *Desenvolvimento de competências*

Philippe Perrenoud (2000) tem a seguinte conceituação para o termo competências:

Competência é a faculdade de mobilizar um conjunto de recursos cognitivos (saberes, capacidades e informações) para solucionar uma série de situações (...) Localizar-se numa cidade desconhecida, por exemplo, mobiliza as capacidades de ler um mapa, pedir informações; mais os saberes de referências geográficas e de escala.

A descrição de cada competência deve partir da análise de situações específicas e a sua abordagem tende a fixar objetivos para o processo de educação. É imprescindível possuir um conjunto de competências para ensinar bem em uma sociedade em que o conhecimento está cada vez mais acessível. E, dessa forma, cabe as instituições de educação analisarem as necessidades de formação de competências a serem instauradas em determinada localidade, a partir da realização de estudos e diagnósticos participativos envolvendo trabalhadores, empresas e demais instituições de apoio.

6.6.2 Práticas educativas das escolas de educação profissional

É consenso, atualmente, que os saberes racionais não são suficientes para enfrentar a complexidade e a diversidade das situações de trabalho e se busca, em todas as áreas de atuação, refletir sobre novas formas de exercício do trabalho. Várias idéias se propagam, mas as que se diferenciam normalmente evidenciam a necessidade de reabilitação da razão prática, da aprendizagem por meio da experiência, da utilização da intuição e da reflexão na ação e sobre a ação.

Nesse contexto, Perrenoud (2002) enfatiza a necessidade de aplicação de alguns pressupostos ao ofício do professor e às práticas educativas, principalmente nas escolas de educação profissional, em que além do conhecimento dos conteúdos de ensino, há a necessidade de que os professores possuam um conjunto de saberes abrangentes, didáticos e transversais, provenientes de uma formação contínua, das trocas com colegas e construídos ao longo de sua experiência. O autor mostra que o "paradigma reflexivo" pode conciliar, no dia a dia da sala de aula, razão científica e prática, conhecimento de processos universais e saberes de experiência, ética, envolvimento e eficácia.

Para uma educação profissional sustentável são requeridas práticas educativas de caráter colaborativo, com foco na construção da cultura de diálogo, participação e estudo da problemática socioambiental. Nesse contexto, as abordagens de caráter político, socioeducativo e cultural ampliam a possibilidade de geração de espaços

coletivos que preconizam pela convivência dos seres e por debates horizontalizados entre os sujeitos ou atores locais na construção de projetos de intervenção.

6.6.3 *Sustentabilidade da educação profissional*

Esta categoria diz respeito ao papel que as escolas de educação profissional desempenham sobre a temática da sustentabilidade, já que a educação profissional, além de ser um modo de inclusão social, é um forte instrumento de promoção da dignidade do trabalhador. Desse modo, é preciso que a educação profissional atue no sentido de buscar a melhoria da qualidade de vida e da produtividade da sociedade como um todo, alicerçadas em atitudes que mantenham consonância com o respeito ao meio ambiente e a vida em comunidade.

PARTE III – A ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Capítulo 7: Educação profissional e desenvolvimento sustentável: limites e perspectivas

Em consonância com Silva (2007, p. 39-40), quando afirma que desenvolvimento sustentável vem sendo divulgado por todo o planeta como uma forma mais racional de prover uma qualidade de vida equânime e socialmente justa, pode-se dizer que para o homem empreender o desenvolvimento sustentável, este deve ter em prática uma forte relação indissociada entre sustentabilidade e interdisciplinaridade, ou seja, compreendendo a sustentabilidade pelas vias da interdisciplinaridade.

A educação profissional tem um importante papel no que se refere a dar esse tratamento, de visão indissociada, às práticas do mundo do trabalho, extrapolando os seus limites para o âmbito da convivência dos seres no Planeta Terra.

Nesse contexto, são apresentados neste capítulo, os principais resultados da pesquisa empírica, realizada no escopo deste estudo, salientando-se que foram coletadas as opiniões de três públicos distintos, a saber: gestores de escolas de educação profissional, empresários e trabalhadores do APL. Os entrevistados foram selecionados de forma eqüitativa entre os municípios considerados neste estudo, compreendendo Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, todos com atividades voltadas ao APL de confecções do agreste pernambucano.

Análise de viés qualitativo nesta pesquisa ancora-se em três dimensões de análise, ou seja: as contribuições da educação profissional para o DLS do APL de confecções do agreste pernambucano, as relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais com a prática destes no APL e as contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL. E, no âmbito dessas dimensões, elegeram-se três categorias analíticas provenientes da base teórica e da base empírica: o desenvolvimento de competências, as práticas educativas das escolas de educação profissional e a sustentabilidade da educação profissional.

Assim sendo, nos subitens a seguir procede-se a uma análise do conteúdo do discurso dos entrevistados, de caráter qualitativo, em que com base nos dados coletados, se fazem inferências à luz das categorias de análise preestabelecidas.

7.1 Contribuições da educação profissional para o desenvolvimento sustentável do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano

A educação profissional tem ajudado no desenvolvimento sustentável do APL de confecções através, principalmente, da disseminação de conhecimentos e da formação de profissionais, contemplando diversas competências, entre elas: capacidade de liderança; de gestão de equipe; de gestão da qualidade; de gestão da produção; análise de custos; logística; regulamentação e normas; e ainda sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos vários processos de trabalho realizados nas empresas. Tal formação tem gerado o que o meio educacional possui como grande desafio, que é a formação de profissionais com visão sistêmica, abrangendo as várias atividades de confecções do vestuário, sem necessariamente se ater ao atendimento das demandas pontuais apresentadas pelas empresas ou pela população, mas indo um pouco mais além, atuando como indutor de mudanças na cultura local.

É perceptível que as empresas que contratam profissionais com qualificação melhoram a qualidade dos seus processos, e, por conseguinte, obtêm melhorias em seus produtos, nos resultados operacionais e, conseqüentemente, na ampliação de sua participação nos mercados.

Um outro fator importante é que alguns empresários também têm buscado a qualificação profissional para si, com a intenção de melhorar as suas práticas de gestão, e, assim, a sustentabilidade dos seus empreendimentos. Tal fator precisa ser reforçado no intuito de ampliar a visão empresarial, que hoje é “imediatista” ou com foco no curto prazo.

Entretanto, apesar de empresas reconhecerem os benefícios gerados pela educação profissional, ainda há carência em termos do quantitativo dos profissionais formados. Quando se fala que os formandos já saem das escolas e vão trabalhar nas empresas de maior porte, pode-se inferir que os profissionais seguem tal caminho por obterem, nessas empresas, melhores oportunidades em relação aos salários pagos e à qualidade do próprio trabalho. Esta última situação é considerada crítica em decorrência da existência de vários ambientes de produção impróprios para saúde humana, algo que é bastante reforçado pela condição de informalidade da maioria dos empreendimentos que, de certa maneira, se escondem da fiscalização pública em “fundos de quintal”.

O setor produtivo, ou as empresas do APL requerem, aos seus profissionais, habilidades e conhecimentos sobre o negócio da região, inclusive sobre a necessidade de maior comprometimento, ou por que não, envolvimento desses profissionais com o negócio das empresas. Segundo os empreendimentos a proatividade dos profissionais e o custo de produção geram, atualmente, os principais diferenciais competitivos dos produtos da região.

Os resultados gerados pelos programas de educação são tidos como satisfatórios, já que estes são voltados ao desenvolvimento de competências relacionadas às necessidades do APL. Mas ainda há lacunas que precisam ser tratadas, via oferta de cursos específicos, que prezem pelas práticas requeridas ao processo de produção e pela maior adequação dos programas ofertados à realidade dos empreendimentos. Boa parte dos profissionais empregados hoje se desenvolve nas próprias empresas e não detêm a habilidade de trabalho em equipe. Nesse contexto é citada a necessidade da existência de mais atividades práticas no processo formativo e de maior carga horária nos cursos de educação profissional.

Essa questão remete ao questionamento entre a oferta de cursos mais curtos versus cursos mais longos, e entre a teoria e a sua aplicação no processo de formação. Observa-se que as opiniões divergem sobre os pontos ideais de equilíbrio, já que são vivenciadas condições distintas na negociação dos programas de formação, seja esta realizada pelos próprios alunos ou pelas empresas demandantes dos profissionais.

E, nessa perspectiva, vale aludir ao conteúdo do discurso dos entrevistados nesta pesquisa, observando a percepção destes em relação às contribuições da educação profissional para o DLS do APL em estudo.

Quando indagados sobre o papel do processo educacional face à importância do DLS os gestores de escolas de educação profissional mesmos responderam o seguinte:

“A questão da liderança é vital, é muito importante para esses profissionais”.

“O espírito de equipe. As pessoas não tinham esse conhecimento”.

“A gestão da qualidade, onde eles estão trabalhando ferramentas, ferramentas de controle, de processo, de mapeamento”.

“O entendimento dos seus custos, o entendimento dos seus processos. Todo esse conhecimento tem dado um diferencial à empresa”.

“A questão do armazenamento”.

“Conhecimento sobre a legislação”.

“A utilização da informática nas atividades”.

“A cada dia temos encontrado empresários que buscam por profissionais qualificados e os mesmos também têm procurado qualificação”.

“É reconhecido por todos que isso só veio acontecer, com maior intensidade, quando se viu a diferença de trabalhar com pessoas que tenham passado por uma qualificação profissional”.

“O SENAI, quando em seus levantamentos de necessidades nas empresas, tem visualizado melhores resultados, tanto financeiros, quanto de qualidade dos produtos desenvolvidos neste pólo”.

“Conhecimento do negócio, pró atividade, liderança, cooperação, negociação, dinamismo,...”.

“A oferta de Educação Profissional – SENAI, SENAC, SEBRAE, Faculdades, ITEP, etc., contribui parcialmente para o desenvolvimento sustentável do APL, por ser em grande dose desconectada dos reais problemas das empresas, no que diz respeito ao formato, regime e em alguns casos de conteúdo mesmo”.

“Os aspectos culturais, no caso do APL de Confecção do Agreste do Estado, são extremamente importantes na composição da demanda e das expectativas de atendimento por parte do empresário local. Embora no caso do SENAI, haja estudos significativos sobre o tema, ainda não houve uma conexão plena destes estudos com a capacidade de oferta de produtos e serviços ao APL local”.

“(…) sobre o universo atendido, e em especial sobre as âncoras, o impacto tem sido significativo, principalmente na qualidade do produto e sua inserção nos mercados”.

“O grosso dos empreendimentos que compõe o APL é de sobrevivência, sendo, portanto, imediatista com baixa visão de futuro. Concentrando todos os esforços em produção e venda, em vez de qualidade e produtividade. Em sendo assim (lamentavelmente) a demanda natural é por Operadores e Mantenedores com alto grau de produção – precisão e agilidade. Há,

entretanto, uma pequena e positiva reação de demandas por técnicas de gestão nos níveis básico e médio da Educação Profissional, havendo espaço futuro para o nível executivo”.

Sobre o que disseram os gestores de escolas de educação profissional é possível inferir que:

- A educação profissional tem ajudado no DLS do APL através da disseminação de conhecimentos e da formação de profissionais com diversas competências: em liderança, em gestão de equipe, em gestão da qualidade, em produção, em custos, logística, regulamentação e sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação. Enfim, formação de profissionais com visão sistêmica.
- É perceptível que as empresas que contratam profissionais com qualificação melhoram a qualidade da produção e melhores resultados operacionais.
- Os empresários também têm buscado a qualificação profissional.
- Há desconexão entre alguns programas de educação profissional e os problemas vivenciados nas empresas.
- São visíveis algumas melhorias nas empresas, via melhoria da qualidade dos produtos e a ampliação de mercados para os mesmos.
- As demandas por educação profissional, em geral, são realizadas para o atendimento a temas pontuais, privilegiando cursos voltados à operação e ou fabricação. A visão imediatista reforça a cultura da informalidade da região do APL.

A partir da visão dos empresários foram coletadas as seguintes unidades de discurso sobre as principais contribuições da educação profissional para o DLS do APL:

“Primeiramente, a oferta de emprego é constante, o grande problema é que tem poucos profissionais. Eu mesmo sempre procuro profissionais, técnicos, de liderança, na área mais prática, como em costura. Temos as escolas, mas ainda assim, precisamos importar profissionais das cidades circunvizinhas. A própria escola não tem formado profissionais suficientes e os que se formam já saem direto para as indústrias; por isso as pequenas empresas ficam desamparadas”.

“Habilidade – questão da capacitação naquilo que estão trabalhando... em cortes, os estilistas, modelistas... todos são absorvidos com facilidade. Mas esperamos profissionais com atitudes profissionais, profissionais mais

comprometidos, os que estão formados agora não são suficientes para se igualar com o mercado nacional. Falta comprometimento. Há necessidade de uma qualidade, conhecer o produto dentro da necessidade do mercado”.

“Os profissionais do nosso APL são pró-ativos. Tem também a questão do custo do produto. Temos mais produtividade e mais capacidade. Temos bons profissionais. Há facilidade de desenvolvimento”.

“As empresas têm mostrado desenvolvimento, melhorado, por causa do desenvolvimento profissional”.

“As escolas têm contribuído com 80%. Os demais 20%, faltam capacitações nas áreas de gráfica e operador de máquinas de bordado, por exemplo”.

“Sim. Com cursos profissionalizantes na área de moda e confecções”.

“Procurando se atualizar na área, se mantendo informado”.

Com base nos que referiram os empresários infere-se que:

- As empresas reconhecem os benefícios gerados pelo processo de educação profissional no APL, entretanto há carência em termos do quantitativo de profissionais.
- Quando se fala que os formandos já saem da escola e vão direto para as indústrias, pode-se inferir que estes obtêm nas maiores empresas melhores oportunidades em relação a salários e à qualidade de vida no trabalho.
- São requeridas habilidades e conhecimentos sobre o negócio da região, inclusive sobre a necessidade de maior comprometimento, ou por que não, envolvimento dos profissionais com o negócio das empresas.
- A pró-atividade dos profissionais e o custo de produção geram os principais diferenciais competitivos dos produtos do APL.
- Os resultados gerados pelos programas de educação são satisfatórios, no que condiz com as áreas dos cursos. Mas há lacunas que precisam ser tratadas via oferta de cursos específicos.
- Os cursos são voltados ao desenvolvimento de competências relacionadas às necessidades do APL.

Ainda no âmbito dessa dimensão de análise, é de notar que a percepção dos trabalhadores egressos de programas de educação profissional, não difere da visão dos gestores de escolas de educação profissional e dos próprios empresários sobre

as contribuições da educação profissional. Seguem as principais unidades de discurso obtidas das entrevistas realizadas com esses trabalhadores:

“Há, mas nas aulas deveria haver mais práticas e maior carga horária”.

“Antes do curso a maioria só conhecia uma atividade, mas agora conhecem várias áreas”.

“São necessários conhecimentos sobre as várias atividades de confecções”.

“No APL não tem muitas pessoas qualificadas no ramo, pois muitos não se interessam em se qualificar, em fazer um curso profissionalizante. Pode até ser que hoje as pessoas estejam mudando, mas ainda não percebo isso”.

“O que ocorre aqui é que muitas pessoas trabalham no ramo de confecções, mas não sabem trabalhar em equipe e eu acho que o trabalho em equipe é muito importante”.

Nesse contexto, é possível fazer as seguintes inferências:

- É citada a necessidade da existência de mais atividades práticas e de maior carga horária nos cursos de educação profissional. Essa questão traz questionamentos importantes entre a oferta de cursos mais curtos versus cursos mais amplos, e entre a teoria e a sua aplicação no processo de formação.
- Dentre as contribuições dos programas de educação profissional é citada a ampliação das competências abrangendo as várias atividades do processo de confecções do vestuário.
- É nítida a importância da realização de cursos de educação profissional, salientando-se que o número de profissionais com formação na área de confecções ainda é tímido.
- Boa parte dos profissionais empregados se desenvolveram nas próprias empresas e não detém a habilidade de trabalho em equipe.

7.2 Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do arranjo produtivo local com a prática desses profissionais

Atualmente é visível a melhoria das práticas profissionais principalmente no desenvolvimento da criação de moda e design de produtos, em decorrência da ampliação das competências trabalhadas que contemplam atividades de criação e de gestão e não apenas atividades operacionais, como era o foco, no passado, dos programas de educação profissional. Há a formação de pessoas para o exercício de uma profissão e não apenas para a ocupação de um cargo ou realização de uma função ou tarefa, o que faz com que esses profissionais consigam promover mudanças nas empresas do APL.

Com as novas práticas há uma maior agregação de valor aos produtos da região, possíveis através da melhoria da qualidade dos produtos e da conseqüente ampliação dos mercados, inclusive de mercados internacionais. As práticas profissionais têm favorecido, inclusive, a formalização dos empreendimentos e a melhoria das condições de trabalho nas empresas, geradas por mudanças de comportamento e de atitudes dos profissionais. Uma maior preocupação das empresas em relação aos investimentos em capacitação e com a visão prospectiva e de tendências (visão de médio e longo prazos) já é considerada uma realidade que vem se propagando na região, mesmo que de forma lenta.

O baixo índice de desemprego na região, principalmente nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, também pode ser considerado um diferencial do APL. Entretanto, essa situação tem gerado um efeito não desejável no escopo das políticas públicas de educação, já que tal realidade, muitas vezes, leva aos jovens a optarem por uma oportunidade de emprego em detrimento à conclusão do seu período de formação escolar.

Em vários relatos são citadas demandas por profissionais que atuem na linha gerencial e que possuam prática no trabalho. Aqui surge uma questão que gera muita discussão entre os empregadores, empregados e as escolas de educação

profissional: os empregadores requerem experiência e prática profissional dos empregados; os empregados requerem oportunidades para demonstração das competências que possuem; e as escolas recebem críticas quando dimensionam programas que privilegiam as práticas profissionais, sendo taxadas de “escolas tecnicistas”, o que remete à necessidade de atuação, de forma conjunta, entre os vários atores do APL.

É evidenciado que os profissionais põem em prática os conhecimentos aprendidos nos programas de educação profissional, inclusive dos conhecimentos que se reportam ao uso eficiente dos recursos, como o melhor uso da água no processo de lavagem de jeans, por exemplo. São salientadas também as noções sobre as ações preventivas na resolução de problemas e do comportamento adequado no ambiente de trabalho.

Vale lembrar que é necessário que as empresas conheçam mais os benefícios na contratação de profissionais com maior qualificação, e isto só ocorre quando os empresários possuem a visão de que tais profissionais podem gerar maiores retornos aos seus empreendimentos. Em virtude desse desconhecimento, os salários que são pagos pelas empresas não são diferenciados, o que gera insatisfação aos empregados com maior qualificação, que por sua vez são estimulados a abrirem os seus próprios empreendimentos. Esses empreendimentos, apesar de serem informais, trazem uma maior satisfação em relação à geração de renda e também a auto-realização na abertura do seu próprio negócio.

Quando indagados sobre as relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do arranjo produtivo local com a prática desses profissionais, foi possível registrar as seguintes percepções desses gestores:

“Antigamente se copiava, hoje não. Nós temos criação. Profissionais, designers que fazem criação, desenvolvimento de coleções. E esses profissionais são preparados dentro do nosso ambiente, através da educação profissional”.

“Eles precisavam de profissionais ou pessoas que tivessem um entendimento, que não fosse só operacional. Então hoje nós estamos colocando esses profissionais dentro das empresas”.

“Indicadores de produtividade, indicadores de qualidade. Então esse conjunto é que fez esse diferencial, fazendo com que as empresas se tornem mais eficazes, mais eficientes, e tenham maior durabilidade”.

“Dentro da matriz curricular, nós trabalhamos todas essas competências. A questão das habilidades de relacionamento, a questão das habilidades de gestão de pessoas, a questão de gestão de processo, a estrutura do tecido, a manutenção das máquinas, a produtividade, custos industriais. Esse conjunto é o que forma diferencial para que a empresa possa estar inserida no mundo do trabalho”.

“Os profissionais se capacitam aqui, começam a se inserir e ocupar posições estratégicas dentro da organização enquanto encarregados de produção, gestores, encarregados pelo desenvolvimento de coleções aplicando justamente esses conhecimentos”.

“Entendendo o que é o processo produtivo, custos, o mapeamento do estoque, o armazenamento, a distribuição, o controle dos seus clientes, o encaminhamento desses, os prazos”.

“Esses profissionais que estão, ora dentro do processo, mapeando custos, mapeando estoque, ora no gerenciamento do ritmo de produção, do custo industrial, do processo produtivo, ora trabalhando na criação, na modelagem, no estudo das perdas, dos ganhos. Têm dado justamente esse diferencial. Essas são as pessoas que justamente passaram por essa formação, e agora ocupam posição estratégica”.

“Outra vertente é a capacitação dos gestores, ou dos profissionais dessas empresas que estão assimilando a consultoria que está sendo implementada pelos nossos técnicos, mostrando exatamente a aplicação desses conhecimentos”.

“Sustentabilidade para as empresas. Acesso a informações de produtos e mercados. Diminuição da informalidade. Melhoria de salários e benefícios. Qualidade do produto”.

“Através da transformação do produto (melhoria da qualidade visual e de durabilidade)”.

“Educação Profissional tem sido muito mais um vir a ser, um posto avançado do elo do conhecimento da Cadeia Produtiva que deve ser mantido para induzir a evolução do APL. A contribuição tem sido pontual e localizada. A busca deve ser da perenidade e da abrangência para modificar a cultura local. Portanto, a ação não pode ser apenas centrada na demanda expressa pelas empresas, por mais paradoxal que pareça, mas num mais avançado, para alterar o *status quo*”.

“Pela sua grandiosidade o desenvolvimento local sustentável (...) passaria inicialmente pelo uso correto dos recursos de produção: matéria prima, recursos humanos, por exemplo; pela formalidade das empresas, pelo registro dos seus empregados; por remuneração digna; pela Formação Profissional; pelo respeito ao meio ambiente”.

A propósito dessas percepções dos gestores referidos, pode-se inferir que:

- Houve a melhoria das práticas, principalmente no desenvolvimento da criação de moda e design. Houve a ampliação das competências para as atividades de gestão e não apenas para atividades operacionais, como era o foco no passado dos programas de educação profissional.

- Há a formação para o exercício de uma profissão e não apenas para a ocupação de um cargo ou exercício de uma função, e esses profissionais têm conseguido gerar mudanças nas empresas do APL.
- Há uma maior agregação de valor aos seus produtos, via melhoria da qualidade dos produtos e a ampliação dos mercados. As práticas favorecem a formalização dos empreendimentos e a melhoria da qualidade de vida dos empregados.
- A educação profissional não deve focar as suas ações apenas no atendimento às demandas locais e pontuais (processo de operação de máquinas, por exemplo), mas deve procurar provocar a alteração da própria cultura local, mesmo sabendo que esse processo é lento.
- Algumas competências trabalhadas nos cursos já têm gerado bons retornos, como é o caso das melhorias de qualidade de produto e uma pequena melhoria em relação ao uso dos recursos, inclusive do uso da água. Mas os impactos esperados devem ser maiores, abrangendo assim as demais temáticas do desenvolvimento sustentável e favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.

Por outro lado, para os empresários há mudanças significativas nas atitudes dos profissionais, mas ainda são requeridas melhorias nas práticas do trabalho. Dentre as principais unidades de discurso se tem:

“Há mudança no comportamento e nas atitudes. As empresas estão mais organizadas, estão crescendo. A empresa busca melhoria. Há preocupação com a tendência, com a capacitação, estão caminhando mais tranqüilas”.

“Aqui a oferta de empregos é superior à demanda; por isso quando os profissionais saem da escola já estão empregados”.

“Hoje há deficiências. Há a necessidade de mão-de-obra qualificada em administração de empresas, com gerentes, encarregados, pessoal do financeiro, RH, setor pessoal. Pessoas com experiência. Cursos que preparem na teoria e prática”.

“De maneira que ela dá condição para a pessoa aprender e de por em prática os conhecimentos obtidos”.

Dessa forma, e com base nesse conteúdo dos empresários, infere-se que:

- A educação profissional culmina na mudança das práticas dos profissionais, visíveis por meio da mudança de comportamento e de atitudes.

- Há uma maior preocupação das empresas em relação aos investimentos em capacitação e com a visão de tendências (visão de médio e longo prazos).
- Algo importante de salientar é sobre os baixos índices de desemprego na região, principalmente nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Tal situação muitas vezes leva os jovens a optarem por uma oportunidade de emprego em detrimento da conclusão do período de educação básica.
- São demandados profissionais que atuem na linha gerencial com prática no trabalho. Aqui surge uma questão que gera muitas discussões entre empregadores, empregados e escolas: os empregadores requerem experiência profissional, os empregados requerem oportunidade de demonstrar a capacidade que possuem e as escolas no dimensionamento dos programas privilegiando as práticas profissionais.
- É evidenciado que os profissionais põem em prática os conhecimentos aprendidos nos programas de educação profissional.

Na visão dos trabalhadores as mudanças das práticas profissionais também são nítidas, mas ainda não são reconhecidas pelas empresas. As principais unidades de discurso são apresentadas na seqüência:

“Uso de materiais naturais, da reciclagem e economia de água”.

“Noção de problemas que podem ocorrer, maior instrução e melhor comportamento”.

“As práticas são bem melhores, mas não há valorização pelo mercado”.

“Temos uma visão ampla das atividades na empresa”.

“Muitas empresas não querem contratar os técnicos em vestuário, pois não percebem que nós podemos trazer benefícios, que somos capacitados e que podemos contribuir com a empresa. Aqui, as empresas preferem contratar pessoas sem qualificação profissional, mas que tenham experiência na área”.

“A economia gira em torno de confecções, mas as pessoas trabalham sem ter qualificação. Aprendem umas com as outras, sem adquirir conhecimentos técnicos. Em Caruaru é diferente: as empresas entendem o benefício em se contratar recém-formados, eles percebem a melhoria na empresa e também dão qualidade de vida para o funcionário. Aqui em Santa Cruz, as empresas são mais fechadas, não por ignorância, mas por não ter conhecimento”.

“(...) hoje em dia há mais divulgação da cidade. O pólo de confecções é maior. O problema é que não acabaram com o enfoque de sulanca e muitas pessoas acreditam que os produtos não prestam. Mas já estão conseguindo mudar, pouco, mas estão conseguindo. Hoje já se faz exportação, e há mais investimentos no setor”.

A propósito do conteúdo exposto no discurso dos trabalhadores infere-se que:

- Pode-se observar questões relativas a maior eficiência no uso dos recursos, inclusive dos recursos hídricos.
- São salientadas ainda as noções de ações preventivas de resolução de problemas e do comportamento adequado nas empresas.
- É citado que os profissionais não são valorizados pelas empresas, mesmo com os diferenciais que eles possuem.
- Mais uma vez é reforçada a ampliação das práticas no mundo do trabalho, atendendo assim ao propósito da educação profissional de gerar um maior índice de empregabilidade dos profissionais.
- Apesar de muitas empresas desconhecerem os benefícios na contratação de profissionais melhor qualificados, o entrevistado cita que tais profissionais podem gerar maiores retornos às empresas. Aqui pode-se inferir que os salários pagos gera insatisfação aos profissionais e dois dos municípios do APL são comparados, sendo que em um deles, Caruaru, as condições de trabalho são melhores.
- O tema qualidade dos produtos é trazido à discussão, dando-se enfoque à mudança da postura das empresas que têm buscado as melhorias requeridas pelo mercado consumidor, inclusive do mercado internacional. Mas tal movimento é citado como lento.

7.3 Contribuições das políticas públicas locais para o desenvolvimento sustentável do arranjo produtivo

Segundo Rivero (2002, p. 15), os gurus do mito de desenvolvimento têm uma visão quantitativa do mundo, ignorando os processos qualitativos histórico-culturais, o progresso não-linear da sociedade, as abordagens éticas e os impactos ecológicos. O mesmo autor cita ainda a necessidade de uma “agenda de sobrevivência das nações”, com a necessidade de estabilizar o crescimento urbano e a disponibilidade de água, energia e alimentos, elementos básicos para uma população. Nessa visão, quando consideramos tal disponibilidade no APL, se tem uma situação adversa.

Entretanto, há perspectivas de melhorias decorrente dos investimentos realizados nos últimos anos.

A oferta de água na região, especificamente no município de Caruaru, é complementada pela barragem de Jucazinho, localizada no município de Surubim, que tem a capacidade de acumular 327 milhões de metros cúbicos de água. Tal abastecimento se faz através de uma adutora com 70 quilômetros de extensão, que interliga os dois municípios. O investimento foi realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS, em parceria com o Governo do Estado de Pernambuco, e gerou, como resultado, a elevação da oferta de água tratada à população de 150 litros por segundo para 500 litros por segundo, o que reflete na solução da crise de abastecimento de água que Caruaru vivenciou durante dezenas de anos. Tais informações estão disponíveis no *site* do Ministério da Integração Nacional.

Segundo o PNUD, no ano de 2000, 92% das residências de Caruaru possuíam a disponibilidade de água tratada, 84,2% possuíam esgoto sanitário e 89,7% eram atendidos por sistema de coleta de lixo.

Ainda em relação à oferta de água, os municípios de Toritama e de Santa Cruz do Capibaribe se encontram em situação bem diferente da constatada no município de Caruaru. Até o presente momento projetos com a finalidade de elevar a disponibilidade de água, nesses dois municípios, não foram implementados, ou o foram de forma parcial. A ampliação dessa oferta é tratada de forma lenta pelo poder público, conforme evidenciado no trecho do discurso do Sr. José Mendonça Bezerra, Deputado Federal em 2004, que diz:

A população dos dois municípios tem reclamado da falta d'água, mas o Governo está atento ao problema. Com sua conhecida operosidade, o Governador já encontrou uma solução: a Companhia Pernambucana de Abastecimento vai desviar a água da adutora de Jucazinho, situada em Caruaru, para abastecer Toritama e Santa Cruz do Capibaribe.

Tal desvio ainda não foi realizado e os municípios vivenciam crises constantes no abastecimento de água.

Quando tratamos da oferta de energia elétrica na região, pode-se considerar que essa é realizada de forma regular pela Companhia Energética de Pernambuco – CELPE, e atende a maior parcela da população nos três municípios. Nesse caso as principais críticas realizadas pelo setor produtivo e pela população é o custo que tem se elevado a cada ano.

A produção de alimentos é mínima na região, já que as atividades industriais de produtos alimentícios, nas três cidades em estudo, absorvem apenas 4,6% do total dos empregos formais, somando 1.406, segundo dados da RAIS 2005. As atividades relacionadas à agropecuária são responsáveis por apenas 577 empregos, dos quais 570 localizados no município de Caruaru. Em uma visão de sustentabilidade, apesar da reduzida atividade de produção de alimentos na região, a sua disponibilidade é considerada satisfatória, já que há um bom sistema de distribuição e de abastecimento de alimentos.

Há nitidamente a intervenção do poder público na promoção do desenvolvimento sustentável do APL, principalmente na realização de obras de infra-estrutura. O município de maior destaque tem sido Caruaru por meio da implementação de vários empreendimentos de suprimento das necessidades básicas à população. Deve haver um maior esforço do poder público na ampliação da oferta de programas de educação, privilegiando as ações gratuitas de formação em preferencial voltadas ao atendimento da população mais carente. São enfatizadas as necessidades de ampliação das parcerias com as escolas de educação profissional e da maior atuação na promoção de eventos que divulguem os produtos do APL. A realização ou a participação em feiras é um bom exemplo de intervenção.

O poder público tem um papel importante na integração dos vários setores da economia, principalmente em trazer foco às questões do desenvolvimento sustentável. Um dos caminhos é promover a maior interação entre o setor produtivo e as entidades de educação, incentivando e financiando a ampliação da oferta de cursos de educação profissional, na continuidade de valorização da cultura regional e na melhoria das condições de trabalho nas empresas.

O setor privado, principalmente por meio do Sistema S, tem buscado promover o diálogo entre os representantes dos vários setores para identificação de gargalos e buscado a resolução dos problemas gerais do APL. A participação dos empresários, nesse contexto, tem melhorado a compreensão sobre a mudança de postura das empresas e facilitado a aproximação do poder público com o setor privado. Mas, apesar dessas iniciativas, falta uma maior articulação entre as esferas pública e privada.

É nítida uma certa despreocupação com a entrada dos produtos de origem chinesa, sendo observado que não foram ainda introjetados os possíveis efeitos de tal concorrência na região. Há situações em que produtos de origem chinesa são comercializados com etiquetas de marcas locais e a pirataria também merece uma forte ação de coerção.

A informalidade é um assunto em que se evita falar, muitas vezes levando ao poder público e a população em geral a fazer “vista grossa”, mas essa realidade gera uma situação adversa na região. Há a necessidade de melhoria dessa situação no APL, através da implementação de uma política que incentive a formalização das empresas, pois a informalidade e a sonegação de impostos geram a concorrência desleal e insatisfação do setor formal. A corrupção também leva à incredibilidade do poder público e isso interfere diretamente no fraco movimento de formalização dos empreendimentos.

Quando foi solicitado, aos gestores de escolas de educação profissional, suas opiniões sobre as contribuições das políticas públicas para o DLS do APL, estes responderam fizeram as seguintes afirmações:

“Para mim desenvolvimento sustentável é a existência de uma dinâmica produtiva, de um processo produtivo organizacional, que existe numa região onde se tem todo um esforço para que ele se torne sustentável. São as inter-relações existentes em uma região, onde as pessoas procuram, através de suporte, de reforço, de informação e de competência, fazer com que ela se torne sempre produtiva. Esse é o meu entendimento”.

“Entendo que as políticas públicas têm contribuído com o DLS sim. (...) ao longo desse tempo todo um conjunto de atores, envolvidos, para que cada vez mais o pólo de confecções do agreste se desenvolva. Ao fazer isso através dos parceiros: Senai, Sebrae, Fiepe, associações e tantos outros atores, as pessoas, as entidades e as próprias empresas, cada vez mais se

fortalecem, através exatamente desse conhecimento, através exatamente de novas competências e novas ferramentas. Isso tem, e é visto que, cada vez mais que a própria política econômica tem se voltado para que haja a geração de emprego e renda dentro do pólo de confecções aqui do agreste. Então acho que há esse interesse e o caminho é exatamente esse”.

“Acho que o próprio entendimento das políticas públicas de que é necessário fortalecer cada vez mais esse segmento aqui em nossa região, no caso específico de confecção. Isso tem contribuído bastante pela conscientização que os parceiros têm. Há um sentido amplo de cooperação, na construção e fortalecimento de que cada vez mais se fortaleça o pólo”.

“A segunda questão é a infra-estrutura. Nós temos, já consolidado e reconhecido, o pólo de confecções do agreste como o segundo maior do Brasil. Os próprios investimentos que foram feitos, políticos e econômicos: BR 232, a questão da segurança do próprio comprador. A duplicação futura da BR 104, que vai melhorar muito a situação de venda entre os 3 ou 4 municípios. A infra-estrutura hoje, extremamente importante nas 3 cidades, basicamente. O pólo comercial com a estrutura fantástica, o parque das feiras em Toritama, e o outro em Santa Cruz, todos os 3 são dotados de uma boa infra-estrutura”.

“A própria conscientização do empresário de que é necessário comprar, ou melhor dizendo, é necessário produzir, criar, desenvolver com qualidade para poder competir”.

“Há 5 ou 6 anos se discutia a entrada dos chineses aqui dentro da nossa região. E as pessoas, não sei se escutaram ou entenderam isso. Talvez isso hoje seja o grande inibidor, elemento que dificulta a competitividade da nossa região. A forma de entrada deles. A agressividade deles, que eles têm em ofertar os produtos, com os preços que ofertam. Costumo dizer que tem um elemento que na China tem 230 mil costureiras, quer dizer, é diferente. É uma condição extremamente diversa em relação a nós”.

“A questão da informalidade ainda prejudica bastante a melhoria, o fortalecimento do pólo. E isso não tem nos ajudado muito. Quando você formaliza, os impostos são muitos altos e o pequeno não pode competir. Mas acredito que se o governo adotar uma política, inclusive de dar condições para preços atrativos, vai gerar o pagamento de impostos e assim vai melhorar bastante”.

“A idéia que nós temos é para que cada vez mais os elementos inibidores caiam e que haja a difusão da informação e do conhecimento. É estar mais junto do empresário. É conscientizá-lo de que ele precisa se capacitar, ter entendimento do seu negócio. E para que ele faça isso precisa ter os conhecimentos aos quais eu me reporte”.

“A forma adequada de garantir a toda uma população, estando envolvida direta ou indiretamente aos serviços e produtos do APL, é o acesso à educação, saúde e habitação”.

“Como somos 03 municípios que formam a maior produção temos retratos diferentes. Na minha opinião em 1º lugar está Caruaru, em 2º Santa Cruz e em 3º Toritama. Ainda tem muito a ser feito, mas podemos ver ações mais estruturadas, no caso de Caruaru, a oferta de serviços de saúde (policlinicas e hospitais municipais), promoção de saneamento e calçamento das vias, educação de nível básico (instalação das escolas nos bairros e zona rural), a atração de novos empreendimentos, exemplo UPE, UFPE, crescimento das faculdades privadas; no setor privado ainda a instalação de novas empresas na cidade”.

“Aceitação pela população dos processos de mudanças. A capacidade empreendedora da população”.

“Falta aos governantes estratégias claras de desenvolvimento local, Excesso de burocracia, Falta de confiança da população no governo, A corrupção é comum e maior do que a honestidade”.

No contexto dessas afirmações feitas pelos gestores é possível fazer as seguintes inferências:

- Há nitidamente a intervenção do poder público na promoção do DLS do APL, principalmente na realização de obras de infra-estrutura.
- O setor privado, principalmente por meio do Sistema S, tem promovido o diálogo entre os representantes do vários setores para identificação de gargalos e buscado a resolução dos problemas gerais do APL.
- A participação dos empresários nesse contexto tem melhorado a compreensão sobre a mudança de postura das empresas e facilitado a aproximação do poder público com o setor privado.
- É nítida, ainda, uma certa despreocupação com a entrada dos produtos de origem chinesa. Entende-se que não foram ainda introjetados os possíveis efeitos de tal concorrência na região.
- A informalidade é ainda um assunto em que se evita falar, mas que gera uma situação adversa na região. Há a necessidade de melhoria dessa situação no APL, através da implementação de uma política que estimule e incentive a formalização das empresas.
- Apesar da implementação de ações que busquem o desenvolvimento do APL, falta uma maior articulação entre as esferas pública e privada.
- A corrupção leva a incredibilidade do poder público e isso interfere diretamente no fraco movimento de formalização dos empreendimentos.
- O município de maior destaque tem sido Caruaru por meio da implementação de vários empreendimentos de suprimento das necessidades básicas da população.
- Falta integração das ações do poder público, contemplando inclusive a educação profissional.
- A informalidade gera um conjunto de transtornos principalmente da identificação dos gargalos vivenciados pelos empreendimentos.

- Obras de infra-estrutura têm sido realizadas pelo poder público. Como exemplo, temos: a duplicação do BR 232 e o início recente das obras de duplicação da BR 104.
- Há a necessidade de adequação dos produtos e serviços ofertados às características da região.

Das indagações feitas aos empresários foram extraídas as seguintes unidades de discurso:

“Quando há uma preocupação política de aproveitar as tendências, deve-se ver o que a região tem de proveitoso, o que a população local tem para desenvolvimento”.

“As pessoas querem fazer os cursos, mas muitas vezes não têm tempo”.

“A informalidade atrapalha, as empresas que precisam pagar um monte de impostos, terminam perdendo por causa da informalidade, eles podem vender produtos mais baratos, não pagam impostos, vendem produtos com menor qualidade”.

“As pessoas aqui não podem pagar R\$ 90,00 em um curso de 1 semana, então acho que deveria haver cursos para pessoas de baixa renda para que eles recuperem a cidadania. Além da área profissional e técnica, acho que deveriam focar mais na área social, ter responsabilidade social. A pobreza é muito grande”.

“Bem, tem contribuído em parte. O prefeito, apesar da dificuldade de implantação do Centro Comercial Moda Center, não tem feito incentivos para crescimento das empresas. As empresas não têm para onde crescer, estão inchadas. A prefeitura precisa fazer parceria com SENAI para capacitar as pessoas”.

“A vista grossa que o governo tem feito, “isentando” as pequenas costureiras de feiras, prejudica as empresas”.

“As feiras possibilitam o crescimento para as pessoas que querem ter seu próprio negócio”.

“Há a necessidade de promoção de eventos que atraiam compradores em potencial, que atraiam compradores do Sul e Sudeste”.

“Fazer diagnósticos das empresas para identificar as maiores necessidades e baratear os custos de capacitação para que se alcancem as pessoas com renda menor”.

“Seria uma maneira de as pessoas terem mais condições para fazer os cursos, para as pessoas mais pobres, diminuindo os preços, pedindo apoio de todos os empresários locais”.

“(…) algo que melhore a vida das pessoas”.

Nesse contexto, é possível fazer as seguintes inferências:

- É reforçado o fator “tempo” como justificativa para a não realização de cursos e o preço dos programas ofertados também é citado como um entrave para o processo de educação profissional, principalmente para a população de baixa renda.
- São enfatizadas as necessidades de parceria entre o poder público e as escolas de educação profissional, ampliando as oportunidades para a realização de cursos, em especial para promover o acesso da população de baixa renda.
- Sobre a informalidade, a ação pública de "vista grossa" ao não pagamento de impostos pelos pequenos produtores gera insatisfações dos que estão no mercado formal.
- O poder público poderia ter uma maior atuação na promoção de eventos que divulguem os produtos do APL. A realização ou a participação em feiras é um bom exemplo.
- As políticas públicas devem focar ações que facilitem a realização de cursos pelos mais pobres, promovendo inclusive parceria com a iniciativa privada.
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população.

Por outro lado, os trabalhadores do APL sobre as contribuições das políticas públicas locais para o desenvolvimento sustentável do arranjo produtivo, afirmaram o seguinte:

“A cultura está sendo mais valorizada, mas falta a busca do desenvolvimento. Precisa de mais desenvolvimento”.

“Há poucas ações públicas. Mostra-se muito e se faz quase nada”.

“Há a necessidade de maiores investimentos na formação profissional, para gerar mais retornos e valorização financeira”.

“Melhorando a educação e melhorando a qualidade dos empregos”.

“(…) nem todo mundo concorda, mas por não ter informação e não gostam de mudanças. Eles acreditam que como agora está bom e estão ganhando dinheiro; então: para qual motivo mudar?”

“É importante ter mais integração entre as empresas e as escolas. Hoje há convênios, mas as escolas esperam a empresa e vice-versa. A empresa perde com desperdícios, só têm foco no lucro e não pensam em melhorias, no geral. O governo é importante nessa situação”.

E na conclusão dessa dimensão de análise são apresentadas as principais inferências:

- Um dos caminhos indicados é a ação pública na ampliação da oferta de cursos de educação profissional e a continuidade de valorização da cultura regional.
- O poder público deve atuar mais fortemente na melhoria da qualidade da educação e das condições de trabalho nas empresas.
- O poder público tem um papel importante na integração dos vários setores da economia e em trazer foco para as questões do desenvolvimento sustentável. Um dos caminhos é promover a maior interação entre o setor produtivo e as entidades de educação.

Em síntese, é de referir que essas dimensões de análise, que serviram de referência para esta investigação no que toca a análise dos dados, no âmbito da abordagem qualitativa de pesquisa utilizada nesta pesquisa, tiveram por propósito fazer uma amostra das percepções dos gestores, empresários e trabalhadores do APL sob forma a que seja possível realizar uma intervenção na problemática de estudo aqui tratada. E, nesses meandros, vale referir que a proposta de intervenção que está sumariamente delineada no capítulo oito desta dissertação, prever um trabalho conjunto entre o Senai e a Universidade de Pernambuco - UPE, através da Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco - FCAP, no sentido de promover a inserção social, uma vez que é papel de tais instituições, propiciar oportunidades àqueles que estão à margem da sociedade, aos excluídos, aos marginalizados, e fora do contexto social, àqueles que se encontram desprovidos de condições mínimas para sua sobrevivência, e também inserir a comunidade economicamente ativa e melhor provida de condições ambientais, culturais e sociais, nas causas comunitárias mais emergentes.

Capítulo 8: Uma proposta de intervenção através da educação profissional ofertada pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

Jesus (2007, p. 25-26) afirma que o desenvolvimento local e sustentável deve ser entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, gerando oportunidades de trabalho e de renda, além de buscar superar dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Dessa forma se faz necessário que as lideranças, instituições, empresas e a população de uma determinada localidade se articulem com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e de comercialização de bens e serviços.

Desde 2000 o Senai tem buscado fortalecer as suas ações nos municípios que compõem o APL de confecções do agreste pernambucano, inclusive com um volume consistente de investimentos realizados, especificamente, em duas escolas situadas uma em Caruaru e a outra em Santa Cruz do Capibaribe. Essas unidades visam a atender as necessidades de capacitação de cerca de 26 municípios, que também compõem o APL em estudo, através de estruturas móveis. Os investimentos ultrapassam R\$ 3,5 milhões com a ampliação e modernização dos laboratórios, além das capacitações dos seus colaboradores, sobretudo para os docentes da Instituição.

A cada ano são formados mais de 250 profissionais, através dos cursos técnicos em vestuário e design de moda, e mais de 3.000 pessoas realizam cursos de iniciação, qualificação e aperfeiçoamento profissional voltados, em mais de 90% dos casos, às atividades relacionadas ao APL em estudo.

8.1 Projeto de intervenção na educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI

Após a pesquisa realizada e conforme exposto no Capítulo 4, este estudo sugere, em seu escopo, uma proposta de intervenção por meio da maior atuação do Senai no APL de confecções do agreste pernambucano.

8.1.1 *Objetivos*

Sugerir melhorias ao processo de educação profissional realizado pelas duas unidades do Senai na região, buscando a ampliação das suas ações por meio das parcerias com o poder público e com os empreendimentos locais.

8.1.2 *Ações a desenvolver na educação profissional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI*

1ª ação: ampliação da oferta de vagas em cursos técnicos ofertados gratuitamente à população local.

2ª ação: revisão dos projetos de curso, através de metodologia participativa, reforçando as questões relativas ao desenvolvimento local sustentável.

3ª ação: promoção de ações que aproximem as escolas de educação profissional, as universidades e os empreendimentos locais, buscando a desmistificação da relação custos versus benefícios a serem gerados com os investimentos em qualificação profissional.

4ª ação: buscar parcerias entre as entidades públicas e privadas, nomeadamente com a UPE/FCAP, através do Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável, no sentido de buscar financiamento para cobertura dos custos de

formação dos trabalhadores da região, e também uma melhoria na qualidade das ações de formação promovidas pelo Senai.

8.1.3 Procedimentos de avaliação

Os resultados obtidos com a intervenção proposta serão anualmente avaliados através dos próprios instrumentos de acompanhamento utilizados pelo Senai, a saber:

- Pesquisa de acompanhamento do desempenho dos egressos dos programas de educação profissional, com foco nos ex-alunos e nas empresas contratantes dos profissionais.
- Acompanhamento das estatísticas de formação de pessoal

8.1.4 Representações envolvidas

As seguintes representações compõem o grupo de profissionais envolvidos com a proposta sugerida:

1. Gerente da Divisão de Planejamento, Pesquisa e Estatística do Senai em Pernambuco (autor deste estudo).
2. Diretora da Escola Técnica Senai Santa Cruz do Capibaribe.
3. Diretor da Escola Técnica Senai Caruaru.
4. Diretor Técnico do Senai em Pernambuco.
5. Professores do Mestrado Profissional em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável da UPE/FCAP.

CONCLUSÃO

Considerando que este estudo investigou as contribuições da educação profissional para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções do agreste pernambucano, pode-se afirmar que o processo de educação profissional possibilita a formação de trabalhadores com uma boa capacidade reflexiva, com a preocupação com o uso eficiente dos recursos, com responsabilidade socioambiental, além de conhecimentos técnicos e de gestão requeridos pelo mundo do trabalho para a obtenção de índices de produtividade adequados. A formação por competências se faz presente, também, no discurso dos vários atores do APL, ou seja, dos gestores das escolas, dos empresários e dos trabalhadores, egressos de programas de educação profissional.

As práticas educativas obtiveram substanciais melhorias nos últimos anos, pautadas no conjunto de orientações e regulamentações constantes na Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, e do conjunto de Decretos, Pareceres e Portarias relacionadas à educação profissional.

É importante salientar que são observados resultados de políticas públicas implementadas nos últimos anos, focando principalmente ações de melhoria de infra-estrutura e de urbanização. Entretanto, ainda são tímidas as intervenções realizadas pelo poder público em relação a questões-chave, como, por exemplo, na tentativa de prover melhorias na qualidade das condições de trabalho nas empresas.

A implementação de ações com essa conotação são dificultadas por um fator preponderante na região: a cultura da informalidade. Essa cultura implica, por assim dizer, na forte redução das expectativas da população e das empresas em relação aos retornos provenientes das políticas públicas e estimulam, ainda mais, a condição de informalidade dos empreendimentos da região. Muitas vezes tal situação gera insatisfações junto aos empreendimentos formais, ou seja, empresas que realizam as contribuições fiscais e sociais legais.

Um outro fator que merece atenção é o esvaziamento dos ambientes escolares no ensino médio, em que se constatou, no âmbito da pesquisa de identificação do perfil dos empreendimentos, que muitos jovens não vêem a importância de conclusão da fase escolar, o que os levam a optarem pelo início imediato da vida profissional, muitas vezes com a abertura de empreendimentos próprios. A cultura empreendedora é um grande diferencial da população local. Em uma visão de sustentabilidade, entretanto, faz-se necessário um maior embasamento de conhecimentos para prolongar o tempo de vida dos empreendimentos. Nesse contexto, a educação tem um grande desafio: fazer-se mais atrativa aos jovens e trabalhadores do APL.

Este estudo traz em sua parte final uma proposta de intervenção, a ser realizada através de parcerias entre a iniciativa privada e o poder público, no sentido de ampliar a oferta de vagas dos programas de educação profissional, da reformulação dos cursos, da repartição dos custos de qualificação profissional e da promoção de ações que aproximem os ambientes escolares, nomeadamente o Senai e a Universidade de Pernambuco, às empresas do APL. Pode-se dizer, que essa proposta constitui, uma excelente contribuição para se repensar as práticas educativas da educação profissional do Senai e também para o aproximar da universidade, sob forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável desse tipo de educação e do APL.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Edson Pacheco; PEREIRA, Rosângela Saldanha. *Críticas à teoria do capital humano (uma contribuição à análise de políticas públicas em educação)*. [1996]. Disponível em: <http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/AlmeidaPereira.html>. Acesso em: 17 fev. 2008.

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, José Mendonça. *Sessão: 019.3.52.E da Câmara dos Deputados de Pernambuco*. Recife. 2004. Disponível em: <http://www.detaq.gov.br>. Acesso em: 29 abr. 2007.

BRASIL. *Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961*. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=545> Acesso em: 30 abr. 2007.

BRASIL. *Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf> Acesso em: 30 abr 2007.

BRASIL. *Lei Nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000*. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaLegislacao.action> Acesso em: 30 abr. 2007.

BRASIL. *Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005*. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial - PET, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=134561> Acesso em: 30 abr 2007.

BRASIL. *Constituição (1937)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/legislacao/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

BRASIL. *Decreto Lei n. 4.048, de 22 de janeiro de 1942*. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1942/4048.htm>> Acesso em 29 abr. 2007.

BRASIL. *Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/dec5154_04.pdf> Acesso em: 20 abr. 2007

BRASIL. Ministério da Educação. *Educação profissional e tecnológica: legislação básica*. 6. ed. Brasília: Secretaria de educação profissional e tecnológica, 2005. 368 p.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais*. Brasília, 2005. 1CD-ROM.

BRASIL. Ministério da Educação. *O plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas*. Brasília. 2007. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. *Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: Proposta de discussão*. Brasília: Secretaria de educação profissional e tecnológica, 2004. 71 p.

BUARQUE, Cristovam. *Admirável mundo atual: Dicionário pessoal dos horrores e esperanças do mundo globalizado*. São Paulo: Geração Editorial, 2001.

CARVALHO, Anésia de Souza. *Metodologia da entrevista: uma abordagem fenomenológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1991.

CONDEPE/FIDEM. *Pontuação dos aterros sanitários licenciados*. Recife. 2006. Disponível em: <<http://www.sefaz.pe.gov.br/flexpub/versao1/filesdirectory/systems576.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2007.

CONDEPE/FIDEM. *PIB dos municípios*. Recife. 2007. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/pib/municipal/apresentacao.asp>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

COMPANHIA PERNAMBUCANA DE RECURSOS HÍDRICOS. *Lavanderias começam a se adequar às normas ambientais*. Recife, 2007. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/jornal1-2.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2007.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. *Educação e mudança*. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 79 p. (Coleção Educação e Comunicação vol. 1).

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 148p.

_____. *Educação e atualidade brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001. 123 p.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 29. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, 150 p.

GUIMARÃES, Roberto P. *O desafio político do desenvolvimento sustentado*. Lua Nova, n. 35, p. 113-136, São Paulo, CEDEC, 2005.

IBGE. *Censo demográfico 2000*. Brasília. 2001. Disponível em: <<ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/CensoDemografico2000/populacao/UFs/>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. *Resultados do censo escolar 2006*. Brasília. 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Matricula/censoescolar_2006.asp?metodo=1&ano=2006&UF=PERNAMBUCO&MUNICIPIO>. Acesso em: 31 ago. 2007.

IOSCHPE, Gustavo. *A ignorância custa um mundo: o valor da educação no desenvolvimento do Brasil*. São Paulo: Francis, 2004. 324 p.

JESUS, Paulo de. Sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa. In: PEDROSA, Ivo V.; MACIEL FILHO, Adalberto R.; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de O. ;

LEITE, Emanuel F.; SILVA, Maria de Fátima G. da; LINS, Luciano da F.; TORREÃO, Nádia; OLIVEIRA, Niédja Maria G. A.; JESUS, Paulo de; DANTAS, Sérgio N. (Orgs.). *Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável*. 1. ed. Recife: EDUPE, 2007. v. 1. 298 p.

LEITE, Carlinda. *O currículo e o multiculturalismo no sistema educativo português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítica-social dos conteúdos*. 8. ed. São Paulo: Loyola, 1989.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. *Educação e sustentabilidade: Possibilidade e falácias de um discurso*. São Paulo. [2002]. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/sociedade_do_conheciment o/Gustavo%20F.%20Costa%20Lima.pdf>. Acesso em: 23 set. 2007.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação profissional no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2002. 317 p.

MARSHALL, Alfred. *Principles of Economics*. Amherst, New York, 1ª edição, 1997.

MESQUITA, Giovana Borges; ANDRADE, Ana Maria de. O desenvolvimento local de Caruaru via indústria de confecção: uma alternativa possível?. *Interfaces*, Caruaru, v. 6, n. 2, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 2ªed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1993.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, 128 p.

MORIN, Edgar; MOTTA, Raul; CIURANA, Emílio Roger. *Educar para a era planetária: O pensamento complexo como método de aprendizagem no erro e incerteza humana*. Lisboa: Instituto Piaget, 2003, 124 p.

ONU. *Cúpula das Américas*. 1998. Disponível em: < <http://www.maurolemes.com.br/upulaamericas.htm>. Acesso em 06 abr. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Certificação de competências Profissionais*. Análise qualitativa do trabalho, avaliação e certificação de competências. Referenciais metodológicos. Brasília: OIT, 2002.

PAULO II, João. *Laborem exercens*. Castel Gandolfo, 1981. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_14091981_laborem-exercens_po.html>. Acesso em: 26 dez. 2007.

PEDROSA, Ivo Vasconcelos. *Políticas públicas municipais relacionadas com a melhoria do ambiente urbano no Estado de Pernambuco: limitações e possibilidades*. Recife. 2006. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontroanual/encontro3/arquivos/TA373-06032006-113749.DOC>>. Acesso em: 1 maio 2007.

PERRENOUD, Philippe. *A prática reflexiva no ofício de professor: profissionalização e razão pedagógicas*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. *Dez Novas Competências para Ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PHILLIPS, B. S. *Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PROGRAMA NACIONAL DAS NAÇÕES UNIDAS. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000*. Brasília. 2002. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php>>. Acesso em: 29 abr. 2007.

PORTER, Michael E. *Competição: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PROJETO COMPETIR. *Desenvolvimento de economias regionais no Nordeste do Brasil*. Recife: SENAI, SEBRAE e GTZ, 2005, p.32.

PSACHAROPOULOS, George; PATRINOS, Harry Anthony. *Returns to investment in education: a further update*. World bank policy Research workink paper 2881. 2002. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/2881.html>>. Acesso em: 17 fev. 2008.

RIVERO, Oswaldo de. *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil: 1930/1973*. Petrópolis: Vozes, 2006, 267 p.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. São Paulo: Cortez. 1986, 96 p. (Coleção polêmicas do nosso tempo, 5)

SELLTIZ, C.; JAHODA, M.; DEUTSCH, M.; COOK, S. M. *Métodos de pesquisa das relações sociais*. São Paulo: Herder, 1965. 715 p.

SEN, Amartya K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras. 1999.

SENAI; SEBRAE; GTZ. *Manual de Moderação em APLs e Cadeias Produtivas*. Recife, 2005, 46 p.

SENAI (Pernambuco). *Pesquisa de acompanhamento dos egressos do Senai: foco nos alunos*. Recife, 2007. Pesquisa coordenada por Cavalcante, João Paulo de Aquino. a

_____. *Pesquisa de acompanhamento dos egressos do Senai: foco nas empresas*. Recife, 2007. Pesquisa coordenada por Cavalcante, João Paulo de Aquino. b

_____. *Pesquisa de identificação do perfil dos lojistas do moda center parque das feiras no município de Santa Cruz do Capibaribe*. Recife, 2007. Pesquisa coordenada por Cavalcante, João Paulo de Aquino. c

SILVA, Maria de Fátima Gomes da. Uma reflexão sobre a necessária indissociabilidade entre sustentabilidade e interdisciplinaridade. In: PEDROSA, Ivo V.; MACIEL FILHO, Adalberto R.; ASSUNÇÃO, Luiz Márcio de O. ; LEITE, Emanuel F.; SILVA, Maria de Fátima G. da; LINS, Luciano da F.; TORREÃO, Nádia; OLIVEIRA, Niédja Maria G. A.; JESUS, Paulo de; DANTAS, Sérgio N. (Orgs.) . *Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável*. 1. ed. Recife: EDUPE, 2007. v. 1. 298 p.

SILVA, Uaci Edvaldo Matias. *O SENAI*. Brasília: SENAI/DN, 1999. 100 p. (Série SENAI Formação de Formadores).

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 415 p.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, 325 p.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2006. 220 p.

VIEIRA, Sebastião Gândara. *Educação profissional e os APLs: uma ação efetiva na promoção do desenvolvimento regional*. 2005. Disponível em: < http://www.universia.com.br/materia/img/ilustra/2005/out/artigos/Artigo%20_Educacao_Profissional_e_APLs_Sebastiao.doc >. Acesso em: 06 abr. 2008.

APÊNDICES

Apêndice A - Roteiro de Pré-análise das Entrevistas

Definição das categorias de entrevistados:

1. Gestor de escola de educação profissional do APL
2. Empresário do APL
3. Trabalhador/Empregado do APL

Título da pesquisa: Identificar as contribuições da Educação Profissional para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções da Agreste Pernambucano

1ª entrevista

Categoria do entrevistado: Gestor de escola de educação profissional do APL (Gestor 1).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“A questão da liderança é vital, é muito importante para esses profissionais”.	A educação profissional tem ajudado no DLS do APL através da disseminação de conhecimentos e da formação de profissionais com diversas competências: em liderança, em gestão de equipe, em gestão da qualidade, em produção, em custos, logística, regulamentação e sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação. Formação de profissionais com visão sistêmica.
		“O espírito de equipe. As pessoas não tinham esse conhecimento”.	
		“A gestão da qualidade, onde eles estão trabalhando ferramentas, ferramentas de controle, de processo, de mapeamento”.	
		“O entendimento dos seus custos, o entendimento dos seus processos. Todo esse conhecimento tem dado um diferencial à empresa”.	
		“A questão do armazenamento”.	
		“Conhecimento sobre a legislação”.	
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“Antigamente se copiava, hoje não. Nós temos criação. Profissionais, <i>designers</i> que fazem criação, desenvolvimento de coleções. E esses profissionais são preparados dentro do nosso ambiente, através da educação profissional”.	Houve a melhoria das práticas, principalmente no desenvolvimento da criação de moda e design. Houve a ampliação das competências para as atividades de gestão e não apenas para atividades operacionais, como era o foco no passado dos programas de educação profissional. Há a formação para o exercício de uma profissão e não apenas para a ocupação de um cargo ou exercício de uma função, e esses profissionais tem conseguido gerar mudanças nas
		“Eles precisavam de profissionais ou pessoas que tivessem um entendimento, que não fosse só operacional. Então hoje nós estamos colocando esses profissionais dentro das empresas”.	
		“Indicadores de produtividade, indicadores de qualidade. Então esse conjunto é que fez esse diferencial, fazendo com que as empresas se tornem mais eficazes, mais eficientes, e tenham maior durabilidade”.	
		“Dentro da matriz curricular, nós trabalhamos todas essas competências. A questão das habilidades de relacionamento, a questão das habilidades de gestão de pessoas, a questão de gestão de processo, a estrutura do tecido, a manutenção das máquinas, a produtividade, custos industriais. Esse conjunto é o que forma diferencial para que a empresa possa estar inserida no mundo do trabalho”.	

		<p>“Os profissionais se capacitam aqui, começam a se inserir e ocupar posições estratégicas dentro da organização enquanto encarregados de produção, gestores, encarregados pelo desenvolvimento de coleções aplicando justamente esses conhecimentos”.</p> <p>“Entendendo o que é o processo produtivo, custos, o mapeamento do estoque, o armazenamento, a distribuição, o controle dos seus clientes, o encaminhamento desses, os prazos”.</p> <p>“Esses profissionais que estão, ora dentro do processo, mapeando custos, mapeando estoque, ora no gerenciamento do ritmo de produção, do custo industrial, do processo produtivo, ora trabalhando na criação, na modelagem, no estudo das perdas, dos ganhos. Têm dado justamente esse diferencial. Essas são as pessoas que justamente passaram por essa formação, e agora ocupam posição estratégica”.</p> <p>“Outra vertente é a capacitação dos gestores, ou dos profissionais dessas empresas que estão assimilando a consultoria que está sendo implementada pelos nossos técnicos, mostrando exatamente a aplicação desses conhecimentos”.</p>	empresas do APL.
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL (questão 5 a 9)	Sustentabilidade da Educação Profissional	<p>“Para mim desenvolvimento sustentável é a existência de uma dinâmica produtiva, de um processo produtivo organizacional, que existe numa região onde se tem todo um esforço para que ele se torne sustentável. São as inter-relações existentes em uma região, onde as pessoas procuram, através de suporte, de reforço, de informação e de competência, fazer com que ela se torne sempre produtiva. Esse é o meu entendimento”.</p> <p>“Entendo que as políticas públicas têm contribuído com o DLS sim. (...) ao longo desse tempo todo um conjunto de atores, envolvidos, para que cada vez mais o pólo de confecções do agreste se desenvolva. Ao fazer isso através dos parceiros: Senai, Sebrae, Fiepe, associações e tantos outros atores, as pessoas, as entidades e as próprias empresas, cada vez mais se fortalecem, através exatamente desse conhecimento, através exatamente de novas competências e novas ferramentas. Isso tem, e é visto que, cada vez mais que a própria política econômica tem se voltado para que haja a geração de emprego e renda dentro do pólo de confecções aqui do agreste. Então acho que há esse interesse e o caminho é exatamente esse”.</p>	Há nitidamente a intervenção do poder público na promoção do DLS do APL, principalmente na realização de obras de infraestrutura. O setor privado, principalmente por meio do Sistema S, tem promovido o diálogo entre os representantes do vários setores para identificação de gargalos e buscado a resolução dos problemas gerais do APL. A participação dos empresários nesse contexto tem melhorado a compreensão sobre a mudança de postura das empresas e facilitado a aproximação da

		<p>“Acho que o próprio entendimento das políticas públicas de que é necessário fortalecer cada vez mais esse segmento aqui em nossa região, no caso específico de confecção. Isso tem contribuído bastante pela conscientização que os parceiros têm. Há um sentido amplo de cooperação, na construção e fortalecimento de que cada vez mais se fortaleça o pólo”.</p> <p>“A segunda questão é a infra-estrutura. Nós temos, já consolidado e reconhecido, o pólo de confecções do agreste como o segundo maior do Brasil. Os próprios investimentos que foram feitos, políticos e econômicos: BR 232, a questão da segurança do próprio comprador. A duplicação futura da BR 104, que vai melhorar muito a situação de venda entre os 3 ou 4 municípios. A infra-estrutura hoje, extremamente importante nas 3 cidades, basicamente. O pólo comercial com a estrutura fantástica, o parque das feiras em Toritama, e o outro em Santa Cruz, todos os 3 são dotados de uma boa infra-estrutura”.</p> <p>“A própria conscientização do empresário de que é necessário comprar, ou melhor dizendo, é necessário produzir, criar, desenvolver com qualidade para poder competir”.</p> <p>“Há 5 ou 6 anos se discutia a entrada dos chineses aqui dentro da nossas região. E as pessoas, não sei se escutaram ou entenderam isso. Talvez isso hoje seja o grande inibidor, elemento que dificulta a competitividade da nossa região. A forma de entrada deles. A agressividade deles, que eles têm em ofertar os produtos, com os preços que ofertam. Costumo dizer que tem um elemento que na China tem 230 mil costureiras, quer dizer, é diferente. É uma condição extremamente diversa em relação a nós”.</p> <p>“A questão da informalidade ainda prejudica bastante a melhoria, o fortalecimento do pólo. E isso não tem nos ajudado muito. Quando você formaliza, os impostos são muitos altos e o pequeno não pode competir. Mas acredito que se o governo adotar uma política, inclusive de dar condições para preços atrativos, vai gerar o pagamento de impostos e assim vai melhorar bastante”.</p> <p>“A idéia que nós temos é para que cada vez mais os elementos inibidores caiam e que haja a difusão da informação e do conhecimento. É estar mais junto do empresário. É conscientizá-lo de que ele precisa se capacitar, ter entendimento do seu negócio. E para que ele faça isso precisa ter os conhecimento aos quais eu me reporte”.</p>	<p>poder público com o setor privado. É nítido ainda uma certa despreocupação com a entrada dos produtos de origem chinesa. Penso que não foram ainda introjetados os possíveis efeitos de tal concorrência na região. A informalidade é ainda um assunto em que se evita falar, mas que gera uma situação adversa na região. Há a necessidade de melhoria dessa situação no APL, através da implementação de uma política que estimule e incentive a formalização das empresas.</p>
--	--	---	--

2ª entrevista

Categoria do entrevistado: Gestor de escola de educação profissional do APL (Gestor 2).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“A cada dia temos encontrado empresários que buscam por profissionais qualificados e os mesmos também tem procurado qualificação”.	É perceptível que as empresas que contratam profissionais com qualificação melhoram a qualidade da produção e melhores resultados operacionais. Os empresários também têm buscado a qualificação profissional.
		“É reconhecido por todos que isso só veio acontecer, com maior intensidade, quando se viu a diferença de trabalhar com pessoas que tenham passado por uma qualificação profissional”.	
		“O SENAI, quando em seus levantamentos de necessidades nas empresas, tem visualizado melhores resultados, tanto financeiros, quanto de qualidade de produtos desenvolvidos neste pólo”.	
		“Conhecimento do negócio, pró atividade, liderança, cooperação, negociação, dinamismo,...”.	
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“Sustentabilidade para as empresas. Acesso a informações de produtos e mercados. Diminuição da informalidade. Melhoria de salários e benefícios. Qualidade do produto”.	Há uma maior agregação de valor aos seus produtos, via melhoria da qualidade dos produtos e a ampliação dos mercados. As práticas favorecem a formalização dos empreendimentos e a melhoria da qualidade de vida dos empregados.
		“Através da transformação do produto (melhoria da qualidade visual e de durabilidade)”.	
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL	Sustentabilidade da Educação Profissional	“A forma adequada de garantir a toda uma população, estando envolvida direta ou indiretamente com serviços e produtos do APL, é o acesso à educação, saúde e habitação”.	Apesar da implementação de ações que busquem o desenvolvimento do APL, falta uma maior articulação entre as esferas pública e privada. A corrupção leva a incredibilidade do poder público, e isso interfere diretamente no fraco movimento de formalização dos empreendimentos. O município de maior destaque tem sido Caruaru por meio da
		“Como somos 03 municípios que formam a maior produção temos retratos diferentes. Na minha opinião em 1º lugar está Caruaru, em 2º Santa Cruz e em 3º Toritama. Ainda tem muito a ser feito, mas podemos ver ações mais estruturadas, no caso de Caruaru, a oferta de serviços de saúde (policlínicas e hospitais municipais), promoção de saneamento e calçamento das vias, educação de nível básico (instalação das escolas nos bairros e zona rural), a atração de novos empreendimentos, exemplo UPE, UFPE, crescimento das faculdades privadas, no setor privado ainda a instalação de novas empresas na cidade”.	

		<p>“Aceitação pela população dos processos de mudanças. A capacidade empreendedora da população”.</p>	<p>implementação de vários empreendimentos de suprimento das necessidades básicas da população.</p>
		<p>“Falta aos governantes estratégias claras de desenvolvimento local, Excesso de burocracia, Falta de confiança da população no governo, A corrupção é comum e maior do que a honestidade”.</p>	

3ª entrevista

Categoria do entrevistado: Gestor de escola de educação profissional do APL (Gestor 3).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“A oferta de Educação Profissional – SENAI, SENAC, SEBRAE, Faculdades, ITEP e etc. - contribui parcialmente para o desenvolvimento sustentável do APL, por ser em grande dose desconectada dos reais problemas das empresas, no que diz respeito ao formato, regime e em alguns de conteúdo mesmo”.	Há desconexão entre alguns de programas de educação profissional e os problemas vivenciados nas empresas. São visíveis algumas melhorias nas empresas, via melhoria da qualidade dos produtos e a ampliação de mercados para os mesmos. As demandas por educação profissional, em geral, são realizadas para o atendimento a temas pontuais, privilegiando cursos voltados à operação e ou fabricação. A visão “imediatista” reforça a “cultura da informalidade” da região do APL.
		“Os aspectos culturais, no caso do APL de Confecção do Agreste do Estado, são extremamente importantes na composição da demanda e das expectativas de atendimento por parte do empresário local. Embora no caso do SENAI, haja estudos significativos sobre o tema, ainda não houve uma conexão plena destes estudos com a capacidade de oferta de produtos e serviços ao APL local”.	
		“(…) sobre o universo atendido, e em especial sobre as âncoras, o impacto tem sido significativo, principalmente na qualidade do produto e sua inserção nos mercados”.	
		“O grosso dos empreendimentos que compõe o APL é de sobrevivência, sendo, portanto, imediatista com baixa visão de futuro. Concentrando todos os esforços em produção e venda, em vez de qualidade e produtividade. Em sendo assim (lamentavelmente) a demanda natural é por Operadores e Mantenedores com alto grau de produção – precisão e agilidade. Há, entretanto, uma pequena e positiva reação de demandas por técnicas de gestão nos níveis básico e médio da Educação Profissional, havendo espaço futuro para o nível “executivo”.	
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“Educação Profissional tem sido muito mais um vir a ser, um posto avançado do elo do conhecimento da Cadeia Produtiva que deve ser mantido para induzir a evolução do APL. A contribuição tem sido pontual e localizada. A busca deve ser da perenidade e da abrangência para modificar a cultura local. Portanto, a ação não pode ser apenas centrada na demanda expressa pelas empresas, por mais paradoxal que pareça, mas num mais avançado, para alterar o status quo”.	A educação profissional não deve focar as suas ações apenas no atendimento às demandas locais e pontuais (processo de operação de máquinas, por exemplo), mas deve procurar provocar a

		<p>“Pela sua grandiosidade o desenvolvimento local sustentável (...) passaria inicialmente pelo uso correto dos recursos de produção: matéria prima, recursos humanos, por exemplo; pela formalidade das empresas, pelo registro dos seus empregados; por remuneração digna; pela Formação Profissional; pelo respeito ao meio ambiente”.</p>	<p>alteração da própria cultura local, mesmo sabendo que esse processo é lento. Algumas competências trabalhadas nos cursos já tem gerado bons retornos, como é o caso das melhorias de qualidade de produto e uma pequena melhoria em relação ao uso dos recursos, inclusive do uso da água. Mas os impactos esperados devem ser maiores, abrangendo assim as demais temáticas do desenvolvimento sustentável e favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população como um todo.</p>
<p>Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL</p>	<p>Sustentabilidade da Educação Profissional</p>	<p>“A presença do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho – DRT tem tentado orientar as empresas no âmbito de sua atuação. A Secretaria Estadual da Fazenda idem. Mas nos parece pouco, porque não há uma ação integrada, por exemplo, com a Educação nos mais variáveis níveis, incluindo a Profissional”.</p> <p>“Culturalmente o conceito de empreendedorismo existente na Região é centrado no improvisado, na informalidade, no imediatismo, gerando fortes dificuldades para uma atuação das entidades de apoio e suporte, inibindo também a atuação do elo do conhecimento”.</p> <p>“Outra dificuldade (...) é a desconexão das políticas públicas”.</p> <p>“Entretanto é importante lembrar que recentemente o Governo Estadual iniciou o processo de duplicação da PE 104 que dá acesso as cidades pólos, o que facilitará o escoamento da produção. Este deverá ser um ponto favorável ao desenvolvimento da Região”.</p> <p>“Adequar todo o seu portfólio de serviços as reais características e condições da Região”.</p>	<p>Falta a integração das ações do poder público contemplando inclusive a educação profissional. A informalidade gera um conjunto de transtornos principalmente da identificação dos gargalos vivenciados pelos empreendedimentos. Obras de infra-estrutura têm sido realizadas pelo poder público, como exemplo temos a duplicação do BR 232 e do início recente das obras de duplicação da BR 104. Há a necessidade de adequação dos produtos e serviços ofertados às características da região.</p>

4ª entrevista

Categoria do entrevistado: Empresário do APL (Empresário 1).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“Primeiramente, a oferta de emprego é constante, o grande problema é que tem poucos profissionais. Eu mesmo sempre procuro profissionais, técnicos, de liderança, na área mais prática, como em costura. Temos as escolas, mas ainda assim, precisamos importar profissionais das cidades circunvizinhas. A própria escola não tem formado profissionais suficientes e os que se formam já saem direto para as indústrias, por isso as pequenas empresas ficam desamparadas”.	As empresas reconhecem os benefícios gerados pelo processo de educação profissional no APL, entretanto há carência em termos do quantitativo de profissionais. Quando se fala que os
		“Habilidade – questão da capacitação naquilo que estão trabalhando... em cortes, os estilistas, modelistas... todos são absorvidos com facilidade. Mas esperamos profissionais com atitudes profissionais, profissionais mais comprometidos, os que estão formados agora não são suficientes para se igualar com o mercado nacional. Falta comprometimento. Há necessidade de uma qualidade, conhecer o produto dentro da necessidade do mercado”.	formandos já saem da escola e vão direto para as indústrias, pode-se inferir que estes obtêm nas maiores empresas melhores oportunidades em relação à salários e à qualidade de vida no trabalho. São requeridas
		“Os profissionais do nosso APL são pró-ativos. Tem também a questão do custo do produto. Temos mais produtividade e mais capacidade. Temos bons profissionais. Há facilidade de desenvolvimento”.	habilidades e conhecimentos sobre o negócio da região, inclusive sobre a necessidade de maior comprometimento, ou por
		“As empresas têm mostrado desenvolvimento, melhorado, por causa do desenvolvimento profissional”.	que não, envolvimento dos profissionais com o negócio das empresas. A pró-atividade dos profissionais e o custo de produção geram os principais diferenciais competitivos dos produtos do APL.
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com	Práticas educativas das escolas de educação	“Há mudança no comportamento e nas atitudes. As empresas estão mais organizadas, estão crescendo. A empresa busca melhoria. Há preocupação com a tendência, com a capacitação, estão caminhando mais tranquilas”.	A educação profissional culmina na mudança das práticas dos profissionais, visíveis por meio da mudança de comportamento

a prática desses profissionais no APL	profissional	“Aqui a oferta de empregos é superior à demanda, por isso quando os profissionais saem da escola já estão empregados”.	e de atitudes. Há uma maior preocupação das empresas em relação aos investimentos em capacitação e com a visão de tendências (visão de médio e longo prazos). Algo importante de salientar é sobre os baixos índices de desemprego na região, principalmente nos municípios de Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Tal situação muitas vezes leva aos jovens a optarem por uma oportunidade de emprego em detrimento à conclusão do período de educação básica.
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL	Sustentabilidade da Educação Profissional	<p>“Quando há uma preocupação política de aproveitar as tendências, deve-se ver o que a região tem de proveitoso, o que a população local tem para desenvolvimento”.</p> <p>“As pessoas querem fazer os cursos, mas muitas vezes não têm tempo”.</p> <p>“A informalidade atrapalha, as empresas que precisam pagar um monte de impostos, terminam perdendo por causa da informalidade, eles podem vender produtos mais baratos, não pagam impostos, vendem produtos com menor qualidade”.</p> <p>“As pessoas aqui não podem pagar R\$ 90,00 em um curso de 1 semana, então acho que deveria haver cursos para pessoas de baixa renda para que eles recuperem a cidadania. Além da área profissional e técnica, acho que deveriam focar mais na área social, ter responsabilidade social. A pobreza é muito grande”.</p>	<p>A informalidade é novamente citada como algo que traz prejuízos ao APL, entretanto, ao mesmo tempo, é citado como a saída para empreendimentos da região para a venda de produtos “mais baratos” e também com “menor qualidade”.</p> <p>É reforçado o fator “tempo” como justificativa para a não realização de cursos e o preço dos programas ofertados também são citados como um entrave para o processo de educação profissional, principalmente para a população de baixa renda.</p>

5ª entrevista

Categoria do entrevistado: Empresário do APL (Empresário 2).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“As escolas têm contribuído com 80%. Os demais 20%, faltam capacitações nas áreas de gráfica e operador de máquinas de bordado, por exemplo”.	Os resultados gerados pelos programas de educação são satisfatórios, no que condiz com as áreas dos cursos. Mas há lacunas que precisam ser tratadas via oferta de cursos específicos.
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“Hoje há deficiências. Há a necessidade de mão-de-obra qualificada em administração de empresas, com gerentes, encarregados, pessoal do financeiro, RH, setor pessoal. Pessoas com experiência. Cursos que preparem na teoria e prática”.	São demandados profissionais que atuem na linha gerencial com prática no trabalho. Aqui surge uma questão que gera muitas discussão entre empregadores, empregados e escolas: o empregadores requerem experiência profissional, os empregados requerem oportunidade de demonstrar a capacidade que possuem e as escolas no dimensionamento dos programas privilegiando as práticas profissionais.
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL	Sustentabilidade da Educação Profissional	“Bem, tem contribuído em parte. O prefeito, apesar da dificuldade de implantação do Centro Comercial Moda Center, não tem feito incentivos para crescimento das empresas. As empresas não têm para onde crescer, estão inchadas. A prefeitura precisa fazer parceria com SENAI para capacitar as pessoas”.	São enfatizadas as necessidades de parceria entre o poder público e as escolas de educação profissional, ampliando as oportunidades para a realização de cursos, em especial para promover o acesso da população de baixa renda.
		“A vista grossa que o governo tem feito, “isentando” as pequenas costureiras de feiras, prejudica as empresas”.	
		“As feiras possibilitam o crescimento para as pessoas que querem ter seu próprio negócio”.	

		<p>“Há a necessidade de promoção de eventos que atraiam compradores em potencial, que atraiam compradores do Sul e Sudeste”.</p>	<p>Sobre a informalidade a ação pública de isenção dos pequenos produtores, mesmo que não seja por vias oficiais, gera insatisfações dos que estão no mercado formal.</p> <p>O poder público poderia ter uma maior atuação na promoção de eventos que divulguem os produtos do APL. A realização ou a participação em feiras é um bom exemplo.</p>
		<p>“Fazer diagnósticos das empresas para identificar as maiores necessidades e baratear os custos de capacitação para que se alcance as pessoas com renda menor”.</p>	

6ª entrevista

Categoria do entrevistado: Empresário do APL (Empresário 3).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“Sim. Com cursos profissionalizantes na área de moda e confecções”.	Os cursos são voltados ao desenvolvimento de competências relacionadas às necessidades do APL.
		“Procurando se atualizar na área, se mantendo informado”.	
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“De maneira que ela dá condição para a pessoa aprender e de por em prática os conhecimentos obtidos”.	É evidenciado que os profissionais põem em prática os conhecimentos aprendidos nos programas de educação profissional.
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL	Sustentabilidade da Educação Profissional	“Seria uma maneira das pessoas terem mais condições para fazer os cursos, para as pessoas mais pobres, diminuindo os preços, pedindo apoio de todos os empresários locais”.	As políticas públicas devem focar ações que facilitem a realização de cursos pelos mais pobres, promovendo inclusive parceria com a iniciativa privada. Promover a melhoria da qualidade de vida da população.
		“(…) algo que melhore a vida das pessoas”.	

7ª entrevista

Categoria do entrevistado: Trabalhador / Empregado do APL (Trabalhador 1).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“Há, mas nas aulas deveria haver mais práticas e maior carga horária”.	É citada a necessidade da existência de mais atividades práticas e de maior carga horária nos cursos de educação profissional. Essa questão traz ao questionamento entre a oferta de cursos mais curtos versus cursos mais amplos, e entre a teoria e a sua aplicação no processo de formação.
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“Uso de materiais naturais, da reciclagem e economia de água”.	Pode-se observar questões relativas a maior eficiência no uso dos recursos, inclusive dos recursos hídricos. São salientadas ainda as noções de ações preventivas de resolução de problemas e do comportamento adequado nas empresas. É citado que os profissionais não são valorizados pelas empresas, mesmo com os diferenciais que eles possuem.
		“Noção de problemas que podem ocorrer, maior instrução e melhor comportamento”.	
		“As práticas são bem melhores, mas não há valorização pelo mercado”.	
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL	Sustentabilidade da Educação Profissional	“A cultura está sendo mais valorizada, mas falta a busca do desenvolvimento. Precisa de mais desenvolvimento”.	Um dos caminhos indicados é a ação pública na ampliação da oferta de cursos de educação profissional e a continuidade de valorização da cultura regional.
		“Há poucas ações públicas. Mostra-se muito e se faz quase nada”.	
		“Há a necessidade de maiores investimentos na formação profissional, para gerar mais retornos e valorização financeira”.	

8ª entrevista

Categoria do entrevistado: Trabalhador / Empregado do APL (Trabalhador 2).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“Antes do curso a maioria só conhecia uma atividade, mas agora conhecem várias áreas”.	Dentre as contribuições dos programas de educação profissional é citada a ampliação das competências abrangendo as várias atividades do processo de confecções do vestuário.
		“São necessários conhecimentos sobre as várias atividades de confecções”.	
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“Temos uma visão ampla das atividades na empresa”.	Novamente é reforçada a ampliação das práticas no mundo do trabalho, atendendo assim ao propósito da educação profissional de gerar um maior índice de empregabilidade dos profissionais.
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL	Sustentabilidade da Educação Profissional	“Melhorando a educação e melhorando a qualidade dos empregos”.	O poder público deve atuar mais fortemente na melhoria da qualidade da educação e das condições de trabalho nas empresas.

9ª entrevista

Categoria do entrevistado: Trabalhador / Empregado do APL (Trabalhador 3).

Dimensões de análise	Categorias analíticas	Unidades de discurso	Inferências
Contribuições da Educação Profissional para o DLS do APL de confecções do Agreste Pernambucano	Desenvolvimento de competências	“No APL não tem muitas pessoas qualificadas no ramo, pois muitos não se interessam em se qualificar, em fazer um curso profissionalizante. Pode até ser que hoje as pessoas estejam mudando, mas ainda não percebo isso”.	É nítida a importância da realização de cursos de educação profissional, salientando-se que o número de profissionais com formação na área de confecção ainda é tímido. Boa parte dos profissionais empregados se desenvolveram nas próprias empresas e não detém a habilidade de trabalho em equipe.
		“O que ocorre aqui é que muitas pessoas trabalham no ramo de confecções, mas não sabem trabalhar em equipe e eu acho que o trabalho em equipe é muito importante”.	
Relações existentes entre a formação que é oferecida aos profissionais do APL com a prática desses profissionais no APL	Práticas educativas das escolas de educação profissional	“Muitas empresas não querem contratar os técnicos em vestuário, pois não percebem que nós podemos trazer benefícios, que somos capacitados e que podemos contribuir com a empresa. Aqui, as empresas preferem contratar pessoas sem qualificação profissional, mas que tenham experiência na área”.	Apesar de muitas empresas desconhecerem os benefícios na contratação de profissionais melhor qualificados, o entrevistado cita que tais profissionais podem gerar maiores retornos às empresas. Aqui pode-se inferir que os salários pagos gera insatisfação aos profissionais e dois dos municípios do APL são comparados, sendo que um
		“A economia gira em torno de confecções, mas as pessoas trabalham sem ter qualificação. Aprendem umas com as outras, sem adquirir conhecimentos técnicos. Em Caruaru é diferente: as empresas entendem o benefício em se contratar recém-formados, eles percebem a melhoria na empresa e também dão qualidade de vida para o funcionário. Aqui em Santa Cruz, as empresas são mais fechadas, não por ignorância, mas por não ter conhecimento”.	

		<p>“(…) hoje em dia há mais divulgação da cidade. O pólo de confecções é maior. O problema é que não acabaram com o enfoque de sulanca e muitas pessoas acreditam que os produtos não prestam. Mas já estão conseguindo mudar, pouco, mas estão conseguindo. Hoje já se faz exportação, e há mais investimentos no setor”.</p>	<p>deles, Caruaru, as condições de trabalho são melhores.</p> <p>O tema qualidade dos produtos é trazido à discussão, dando-se enfoque à mudança da postura das empresas que têm buscado as melhorias requeridas pelo mercado consumidor, inclusive do mercado internacional. Mas tal movimento é citado como lento.</p>
Contribuições das políticas públicas locais para o DLS do APL	Sustentabilidade da Educação Profissional	<p>“(…) nem todo mundo concorda, mas por não ter informação e não gostam de mudanças. Eles acreditam que como agora está bom e estão ganhando dinheiro então: por qual motivo mudar?”</p>	<p>O poder público tem um papel importante na integração dos vários setores da economia e em trazeres foco para as questões do desenvolvimento sustentável. Um dos caminhos é promovendo a maior interação entre o setor produtivo e as entidades de educação.</p>
		<p>“É importante ter mais integração entre as empresas e as escolas. Hoje há convênios, mas as escolas esperam a empresa e vice-versa. A empresa perde com desperdícios, só têm foco no lucro e não pensam em melhorias, no geral. O governo é importante nessa situação”.</p>	

Apêndice B - Entrevistas

1ª Entrevista

Categoria do entrevistado: Gestor Escola Técnica

Entrevistador:

Considera que a formação que é oferecida pelas escolas profissionais têm contribuído para o DLS do APL? Como?

Entrevistado:

Com certeza que eu entendo e vejo como afirmativo esse sentimento e esse posicionamento que você está colocando.

Pausa.

Para tal resposta eu tenho que fazer um pouco de retrospectiva.

Pausa.

Nós definimos uma série de ações alguns anos atrás.

Pausa.

É quando nos reunimos com os empresários que envolviam os município de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Alguns momentos conduzidos principalmente pelo SENAI, outros momentos conduzidos pelas associações e outros conduzidos pelos sindicatos. E nesse conjunto de coisas todos reivindicavam uma formação e uma capacitação mais consistente e ampliada.

Pausa.

E ao longo desse período nós saímos de cursos de treinamento de curta duração para a aprendizagem industrial. E, em 2000, 1998 – 2000, nós fizemos, até isso, em 2000 nós começamos uma formação também a pedido do próprio APL, dos próprios empresários, que nós já havíamos esgotado os treinamentos, enquanto treinamentos específicos. Fizemos uma ampliação em nível de treinamento de aprendizagem industrial, que era mais um reivindicar de um conhecimento maior, e depois eles nos pediam que déssemos. Incrementássemos novas competências. Que foram os cursos técnicos a partir daí.

Pausa.

Então paralelamente a essa situação nós também criamos, é, a escola técnica, na época, não na época, em 2002, nós também como elemento alancavador dessas competências nós estruturamos uma escola de confecção em Santa Cruz do Capibaribe.

Pausa.

Então todo esse conjunto de novas competências, de infra-estrutura, de tecnologia, de talentos humanos, com certeza tem contribuído decisivamente para melhoria da qualidade e da qualidade e da produtividade no segmento do vestuário aqui em nosso segmento, nossa região.

Entrevistador:

Eu gostaria que você explicitasse a forma como ocorrem as contribuições.

Pausa.

Para complementar essa questão. Como é que a educação profissional tem contribuído para o DLS, nesse APL em estudo.

Entrevistado:

Bom, eu vou ser um pouco repetitivo, mas especifico lá na frente.

Pausa.

Os dados nos mostram que 1998 nós não tínhamos essa competência instalada. Não tinha infra-estrutura, pelo menos em Santa Cruz do Capibaribe, nenhuma formação, nenhuma capacitação, assim, nesse sentido. Nós investimentos, construímos uma cidade lá, Senai e parceiros, uma escola melhor dizendo lá em Santa Cruz. Com essas três coisas que citei: infra-estrutura, tecnologia e capacidade técnica (competência), ao longo desse período nós implementamos os cursos técnicos. Os cursos técnicos, por conseguinte, é tiveram uma amplitude de competência de conhecimentos, através de gestão de processo, gestão da qualidade, é, gestão de pessoas.

Pausa.

A própria, isso dentro das competências das pessoas que tratam e convivem com o APL. São os gestores, os profissionais, os encarregado que começaram a ter um elemento novo dentro da sua empresa, que são os alunos, os nossos alunos, com novo entendimento, na gestão da produção, novo entendimento em gestão da qualidade, em gestão de pessoas, com os custos que eles não tinham, através,

principalmente, hoje uma ferramenta nova, implementada 4 ou 5 anos atrás, que são as consultorias. Ao longo desses anos também, nós temos um trabalho de consultores próprios do SENAI, do Sistema, e terceirizados, e começaram a fazer diagnóstico dentro das empresas e entenderem e diagnosticarem existentes lá. Não entendiam de custos, não entendiam de processo, não tinham o mapeamento da empresa, não sabiam quais eram os seus clientes, os fornecedores, etc.

Pausa.

Tudo isso, é, prejudica, essencialmente, o empresário que não tem essa leitura. E a partir desse momento que implementamos esses profissionais, essa coisa passou por um processo de universo novo e eles começaram a entender a lógica empresarial e, por conseguinte, a gente, os indicadores são melhoria da qualidade, da produtividade, maiores vendas, processo, criação.

Pausa.

Antigamente se copiava, hoje não. Nós temos criação. Profissionais, designers que fazem criação, desenvolvimento de coleções. E esses profissionais são preparados dentro do nosso ambiente, através da educação profissional.

Entrevistador:

Ok Edson.

Pausa.

Gostaria que você relatasse alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional. Os indicadores que você considerar mais relevantes.

Entrevistado:

Os indicadores que nós poderíamos citar, por exemplo, são vários. Eu vou citar 3 exemplos aqui:

Pausa.

A figura do estagiário, ou a figura do aprendiz dentro da empresa, não existia. Eles precisavam de profissionais ou pessoas que tivessem um entendimento, que não fossem só operacional. Então hoje nós estamos colocando esses profissionais dentro das empresas. Esse é um indicador bom. Assistindo essas, assistindo a cidade de Caruaru, nas empresas, em Toritama e em Santa Cruz do Capibaribe. São indicadores nossos alunos que estão lá dentro.

Pausa.

O segundo são os relatórios e as avaliações que as empresas fazem desses alunos. Considerando-os com importantes para o processo de mudança de suas empresas.

Pausa.

O terceiro é o próprio resultado das consultorias. Consultorias que não tinham o entendimento, então a produtividade deles aumentou, isso está nos próprios relatórios que são encaminhados ao Sebrae. Esses relatórios são feitos pelos empresários que se desenvolvem. Antigamente minha produtividade era x, agora é y. E eu tenho tudo isso armazenado aqui em nossos arquivos. Indicadores de produtividade, indicadores de qualidade. Então esse conjunto é que fez esse diferencial, fazendo com que as empresa se tornem mais eficazes, mais eficientes, e tenha maior durabilidade. Havia muito fechamento de empresas, por que não entendia do seu próprio negócio. E a base estava justamente nos seus custos. Não sabiam, compravam tecidos, faziam volume, produziam, às vezes até sem qualidade, vendiam e não sabiam. Às vezes estavam vendendo um produto com preço aquém os que realmente investiam.

Entrevistador:

Então Edson, que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) você considera importantes na formação dos profissionais do APL de confecções?

Entrevistado:

Olha, esse é um conjunto que hoje nós achamos ser vital. A questão da liderança é vital, é muito importante para esses profissionais. O espírito de equipe, espírito de equipe, as pessoas não tinham esse conhecimento. A questão da gestão da qualidade, onde eles estão trabalhando ferramentas, ferramentas de controle, de processo, de mapeamento. Todo esse conjunto dá um diferencial às empresas. O entendimento dos seus custos, o entendimento dos seus processos, todo esse, essa, esse conhecimento tem dado um diferencial na empresa. A empresa não sabia o que fazia, a questão do armazenamento, a questão da legislação, custos, a própria liderança do empresário, dos encarregados, técnicas específicas para liderança, para os encarregados, para os gestores, os controles através da própria informática.

Pausa.

Isso são verdadeiramente, é, competências e comportamentos que são imprescindíveis dentro de uma organização.

Pausa.

Dentro da matriz organizacional, curricular do Senai, nós tratamos dentro de um processo lógico, todas essas competências. A questão das habilidades de relacionamento, a questão das habilidades de gestão de pessoas, a questão de gestão de processo, a competência do tecido, a manutenção das máquinas, a produtividade, custos industriais, são, esse conjunto é o que forma diferencial para que a empresa possa estar inserida no mundo do trabalho. Tanto o profissional quanto o operador da empresa. O empresário, melhor dizendo.

Entrevistador:

Edson, você consegue identificar de que forma a Educação Profissional Técnica tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

Entrevistado:

Sim, através do exercício e da aplicabilidade desses conhecimentos. Então esses profissionais, quer sejam técnicos ou profissionais se capacitam aqui, começam a se inserir e ocupar posições estratégicas dentro da organização enquanto encarregados de produção, gestores, encarregados pelo desenvolvimento de coleções, e aplicando justamente esses conhecimentos. Entendendo o que é o processo produtivo, custos, o seu mapeamento, o seu estoque, o seu armazenamento, a distribuição, o controle dos seus clientes, o encaminhamento desses, os prazos.

Pausa.

Todas essas informações, elas são, toda essa aplicação ela é desenvolvida dentro da empresa, e por conseguinte eles tem todo esse acompanhamento, inclusive diário. Esses profissionais que estão, ora alguns dentro do processo, mapeando custos, mapeando estoque, é, set up, ou ritmo de produção, o custo industrial, o processo produtivo, ora trabalhar na criação, na modelagem, a perda, o ganho, o controle, têm dado justamente esse diferencial. Essas são as pessoas que justamente passaram por essa formação, e agora ocupam posição estratégica.

Pausa.

Outra vertente é a capacitação dos gestores, ou dos profissionais dessas empresas que estão assimilando a consultoria que está sendo implementada pelos nossos

técnicos, mostrando exatamente a aplicação desses conhecimentos. E mapeando e acompanhando.

Pausa, pois o telefone celular tocou (3 minutos).

Entrevistador:

Edson, Para você o que é Desenvolvimento Local Sustentável?

Entrevistado:

É a existência de uma dinâmica produtiva, de um processo produtivo organizacional, que existe numa região onde tem todo um esforço para que ele se torne sustentável, É uma mecânica existente em uma região, onde as pessoas procuram, através de suporte, de reforço, de informação e de competência fazer com que ela se torne sempre produtiva. Esse é o meu entendimento.

Entrevistador:

Ok Edson! Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o Desenvolvimento sustentável desse APL? De que forma?

Entrevistado:

Olha, eu entendo que as políticas públicas têm contribuído com o DLS, sim, porque essa situação do pólo de confecções aqui do agreste, ao longo desse tempo tem todo um conjunto de atores, envolvidos, para que cada vez mais o pólo de confecções do agreste se desenvolva. Ao fazer isso através dos parceiros: Senai, Sebrae, Fiepe, associações e tantos outros atores, as pessoas, as entidades e as próprias empresas, cada vez mais se fortalecem, através exatamente desse conhecimento, através exatamente de novas competências e novas ferramentas. Isso tem, e é visto que, cada vez mais que a própria política econômica tem se voltado para que haja a geração de emprego e renda dentro do pólo de confecções aqui do agreste. Então acho que há esse interesse e o caminho é exatamente esse.

Entrevistador:

Ok Edson! A partir dessa sua opinião, quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

Entrevistado:

A experiência, eu acho que o próprio entendimento das políticas públicas de que é necessária fortalecer cada vez mais esse segmento aqui em nossa região, no caso específico de confecção. Isso tem contribuído bastante pela conscientização que os parceiros tem. Há um sentido amplo de cooperação, na construção e fortalecimento de que cada vez mais se fortaleça o pólo.

Pausa.

A segunda questão é a infra-estrutura. Nós temos, já consolidado e reconhecido, o pólo de confecções do agreste, não é? Como o segundo maior do Brasil, então isso na região dar uma dimensão. Os próprios investimentos que foram feitos, políticos e econômicos: BR 232, contribuiu maciçamente para que houvesse essa melhoria, de escoamento, a política pública de também ter um acompanhamento melhor na questão da segurança do próprio comprador. A duplicação futura da BR 104, que vai melhorar muito a situação de venda entre os 3 ou 4 municípios. A infra-estrutura hoje, extremamente importante nas 3 cidades, basicamente. O pólo comercial com a estrutura fantástica, o parque das feiras em Toritama, e o outro em Santa Cruz, todos os 3 são dotados de uma infra-estrutura. A melhoria da qualidade dos produtos, também tem contribuído bastante, é.

Pausa.

A própria conscientização do empresário que é necessário comprar, ou melhor dizendo, é necessário produzir, criar, desenvolver com qualidade para poder competir. Isso tem melhorado e contribuído bastante. E esse conjunto de idéias, de atores envolvidos, irmanados e com objetivos comuns tem contribuído, facilitado bastante o fortalecimento do pólo.

Entrevistador:

Edson, agora em uma posição inversa, quais são os fatores que dificultam a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

Entrevistado:

Olha, não sei se o que vou dizer é cabível, mas algumas coisas deveriam ter sido melhor tratadas. Por exemplo: a 5 ou 6 anos se discutia a entrada dos chineses aqui dentro da nossa região. E as pessoas, não sei se escutaram ou entenderam isso, tá? Talvez isso hoje seja o grande inibidor, elemento que dificulta a competitividade

da nossa região. A forma de entrada deles. A agressividade deles, que eles tem em ofertar os produtos, com os preços que ofertam. Costumo dizer que tem um elemento que na China tem 230 mil costureiras, quer dizer, é diferente para caramba. É uma condição extremamente diversa em relação a nós.

Pausa.

A questão da informalidade ainda prejudica bastante a melhoria, o fortalecimento do pólo. E isso não tem nos ajudado muito. Quando você formaliza os impostos são muitos altos e o pequeno não pode competir. Mas acredito que se o governo adotar uma política, inclusive de dar dar condições para preços atrativos, para que se pague os impostos vai melhorar bastante.

Entrevistador:

Edson, considerando esses pontos positivos e os negativos, Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas profissionais para o desenvolvimento local sustentável do APL? A partir dessa sua visão

Entrevistado:

Olha, a idéias que nós temos é para que cada vez mais essas, esses elementos inibidores caiam e que haja a difusão da informação e do conhecimento. É estar mais junto do empresário. É conscientizá-lo de que ele precisa se capacitar, ter entendimento do seu negócio. E para ele faça isso precisa ter os conhecimento as quais eu me reporte. E o Sistema Senai tem dado de uma forma ampla ao mercado, tem esses profissionais no mercado. Então a medida que esses profissionais começarem a multiplicar essas informações, esses conhecimentos, esses métodos, com certeza os custos dos empresários irão cair eles poderão competir de uma forma mais justa com esses elementos inibidores aqui anteriormente citados. É preciso se profissionalizar, se capacitar e acima de tudo que os empresários e nós estejamos tentando alternativas que não fazem parte do nosso convívio. Então capacitar, formar, treinar, mostrar e preparar pessoas com novas ferramentas com certeza dará um diferencial competitivo. Nós temos paralelamente a essa situação profissionais que surgem e dizem “vamos capacitar!”, mas não tem nada a ver e começa a capacitar e os resultados não aparecem. Não são aqueles que uma instituição com know-how, com tecnologia, pode dar a essas empresas.

Entrevistador: Muito obrigado pela disponibilidade e pelas as ações realizadas.

2ª Entrevista

Categoria do entrevistado: Gestor Escola Técnica

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

Sim. A cada dia temos encontrado empresários que buscam por profissionais qualificados e os mesmos também tem procurado qualificação. É reconhecido por todos que isso só veio acontecer com maior intensidade quando se viu a diferença de trabalhar com pessoas que tenham passado por uma qualificação profissional.

O SENAI quando em seus levantamentos de necessidades nas empresas tem visualizado melhores resultados tanto financeiros quanto de qualidade do produtos desenvolvidos neste pólo.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

Sustentabilidade para as empresas. Acesso a informações de produtos e mercados. Diminuição da informalidade. Melhoria de salários e benefícios. Qualidade do produto.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

Conhecimento do negócio, pró atividade, liderança, cooperação, negociação, dinamismo.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

Através da transformação do produto (melhoria da qualidade visual e de durabilidade).

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

É a forma adequada de garantir a toda uma população, estando envolvida direta ou indiretamente aos serviços e produtos do APL, é ter acesso à educação, saúde e habitação.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

Como somos 3 municípios que formam a maior produção temos retratos diferentes, na minha opinião em 1º lugar esta Caruaru, em 2º Santa Cruz e 3º Toritama. Ainda tem muito a ser feito, mas podemos ver ações mais estruturadas, no caso de Caruaru, a oferta de serviços de saúde (policlínicas e hospitais municipais), promoção de saneamento e calçamento das vias, educação de nível básico (instalação das escolas nos bairros e zona rural), a atração de novos empreendimentos, exemplo UPE, UFPE, crescimento das faculdades privadas, no setor privado ainda a instalação de novas empresas na cidade.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

Aceitação da população aos processos de mudanças. A capacidade empreendedora da população. Existem as políticas públicas à disposição dos governantes.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

Falta aos governantes estratégias claras de desenvolvimento local, Excesso de burocracia, Falta de confiança da população no governo, A corrupção é comum e maior do que a honestidade.

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Garantir um ambiente seguro e atrativo. Dar uma formação de nível nacional ou até mundial. Ofertar acesso aos que estão fora da faixa educacional. Exemplo EJA do Sesi.

3ª Entrevista

Categoria do entrevistado: Gestor Escola Técnica

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

A oferta de Educação Profissional – SENAI, SENAC, SEBRAE, Faculdades, ITEP e etc., contribui parcialmente para o desenvolvimento sustentável do APL, por ser em grande dose desconectada dos reais problemas das empresas, no que diz respeito ao formato, regime e em alguns de conteúdo mesmo. Os aspectos culturais, no caso do APL de Confecção do Agreste do Estado, são extremamente importantes na composição da demanda e das expectativas de atendimento por parte do empresário local. Embora no caso do SENAI, haja estudos significativos sobre o tema, ainda não houve uma conexão plena destes estudos com a capacidade de oferta de produtos e serviços ao APL local.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

Partindo do pressuposto da existência de 10 a 12 mil empreendimentos no APL – Caruaru, Toritama, Taquaritinga e Santa Cruz do Capibaribe e considerando que o atendimento pelos operadores da Educação Profissional, atingem no máximo 3% deste universo, acredito ser muito difícil mensurar este impacto no APL. Entretanto sobre o universo atendido e em especial sobre as âncoras o impacto tem sido significativo, principalmente na qualidade do produto e sua inserção nos mercados.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

O grosso dos empreendimentos que compõe o APL é de “sobrevivência”, sendo, portanto, imediatista com baixa visão de futuro. Concentrando todos os esforços em produção e venda, em vez de qualidade e produtividade. Em sendo assim (lamentavelmente) a demanda natural é por Operadores e Mantenedores com alto

grau de produção – precisão e agilidade. Há entretanto uma pequena e positiva reação de demandas por técnicas de gestão nos níveis básico e médio da Educação Profissional, havendo espaço futuro para o nível “executivo”.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

Educação Profissional tem sido muito mais “um vir a ser”, um “Posto avançado” do elo do conhecimento da Cadeia Produtiva que deve ser mantido para induzir a evolução do APL, a contribuição tem sido pontual e localizada. A busca deve ser da perenidade e da abrangência para modificar a cultura local. Portanto a ação não pode ser apenas centrada na demanda expressa pelas empresas, por mais paradoxal que pareça, mas num mais avançado, para alterar o “status quo”.

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

Um APL nos moldes em que constitui o de confecção no Agreste Central do Estado por sua natureza ele carrega uma boa dose de improvisos, de “naturalidade”, de garra, de riscos, e por sua natureza pouco sustentável. Pela sua grandiosidade o desenvolvimento local sustentável, na nossa percepção passaria inicialmente pelo uso correto dos recursos de produção: matéria prima, recursos humanos, por exemplo; pela formalidade das empresas, pelo registro dos seus empregados; por remuneração digna; pela Formação Profissional; pelo respeito ao meio ambiente. No caso do APL de Confecção do Agreste como “empreendedorismo de subsistência” ele se mantém, mas para o seu desenvolvimento de forma sustentável o mesmo não resistiria a uma concorrência de grande porte, a uma tecnologia inovadora, a uma fiscalização de qualquer órgão público: Trabalho, Previdência, Fazenda etc.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

A presença do Ministério do Trabalho, através da Delegacia Regional do Trabalho – DRT tem tentado orientar as empresas no âmbito de sua atuação. A Secretaria Estadual da Fazenda idem. Mas nos parece pouco, porque não há uma ação

integrada, por exemplo, com a Educação nos mais variáveis níveis, incluindo a Profissional.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

Não identificadas.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

Culturalmente o conceito de empreendedorismo existente na Região é centrado no improviso, na informalidade, no imediatismo, gerando fortes dificuldades para uma atuação das entidades de apoio e suporte, inibindo também a atuação do elo do conhecimento. Outra dificuldade já citada é a desconexão das políticas públicas. Entretanto é importante lembrar que recentemente o Governo Estadual iniciou o processo de duplicação da PE 104 que dá acesso as cidades pólos, o que facilitará o escoamento da produção. Este deverá ser um ponto favorável ao desenvolvimento da Região.

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Adequar todo o seu portfólio de serviços as reais características e condições da Região. No caso do SENAI, A Escola Técnica SENAI Santa Cruz tem experimentado produtos diferenciados da plataforma original planejada. Deveremos acompanhar de perto para analisar o êxito das iniciativas.

Entrevista 4

Categoria do entrevistado: Empresário do APL

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

Sim. As empresas têm mostrado desenvolvimento, melhorado, por causa do desenvolvimento profissional.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

Primeiramente, a oferta de emprego é constante, o grande problema é que tem poucos profissionais. Eu mesmo sempre procuro profissionais – técnicos, de liderança, na área mais prática, como em costura. Temos as escolas, mas ainda assim, precisamos importar profissionais da circunvizinhança. A própria escola não tem formado profissionais suficientes e os que se formam já saem direto para as indústrias, por isso as pequenas empresas ficam desamparadas.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

Habilidade – questão da capacitação naquilo que estão trabalhando... em cortes, os estilistas, modelistas... Todos são absorvidos com facilidade. Mas esperamos profissionais com atitudes profissionais, profissionais mais comprometidos, os que estão formados agora não são suficientes para se igualar com o mercado nacional. Falta comprometimento. Há necessidade de uma qualidade, conhecer o produto dentro da necessidade do mercado. Saber mesmo qual é o que é o produto.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

A mudança no comportamento, atitude. As empresas estão mais organizadas, estão crescendo. A empresa busca melhoria. Há preocupação com a tendência, com a capacitação, estão caminhando mais tranquilas.

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

Quando há uma preocupação política de aproveitar as tendências, o que a região tem de proveitoso, o que a região tem de proveitoso, o que a população local tem para desenvolver o local. É o que está acontecendo com SUAPE, lá está se instalando empresas, novas máquinas, e o SENAI entra para capacitar a população. Aqui a oferta de empregos é superior a demanda, por isso quando os profissionais saem da escola já estão empregados e lá primeiro se faz o curso e depois procura emprego.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

Sim. Eu como consultor acho que pode ser melhor. Eu sou independente e visito muitas empresas, há incentivos que o governo dá através do SEBRAETEC, mas eu mesmo não consigo apoio e por isso trabalho como consultor solo. Há necessidade de mais competências em outras áreas do ramo administrativo.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

A maior facilidade é a tendência da região, mão-de-obra nessa área. O ritmo é diferente de outras regiões, semana passada mesmo, visitei uma empresa na Bahia, espero que você não seja baiano (risos), mas lá, em Jiquié, as pessoas são mais lentas, aqui os profissionais são pro - ativos. Tem também a questão do custo do produto. Nós somos iguais ao concorrente, mas temos mais produtividade e mais capacidade, e o ecossistema também ajuda. Se plantarmos uma fábrica em Santa Cruz nós teremos bons profissionais, há facilidade de desenvolver.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

Primeiro, através da capacitação, as pessoas querem fazer o curso mas muitas vezes não têm tempo. Segundo, a informalidade atrapalha, as empresas que precisam pagar um monte de impostos, terminam perdendo por causa da informalidade, eles podem vender produtos mais baratos, não pagam impostos, vendem produtos com menor qualidade.

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Primeiro, vou ser bem sincero, aqui não é uma região rica, na minha visão, o SENAI cobra muito caro. As pessoas aqui não podem pagar R\$ 90,00 em um curso de 1 semana, então acho que deveria haver cursos para pessoas de baixa renda para que eles recuperem a cidadania Além da área profissional e técnica. Acho que deveriam focar mais na área social, ter responsabilidade social. A pobreza é muito grande.

Entrevista 5

Categoria do entrevistado: Empresário do APL

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

Tem contribuído em 80%, os 20% posso dizer que falta segmento / capacitação em escola gráfica, operador de máquinas de bordado.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

A própria confecção e prestação de serviço.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

Capacitação. Hoje há uma deficiência, uma necessidade em mão de obra qualificada em administração da empresa: gerentes, encarregados, pessoal do financeiro, RH, setor pessoal... com experiência. Cursos que preparem na teoria e prática.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

Por iniciativa própria das pessoas.

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

Cerca de 90% começaram do zero. Havia poucas máquinas. Foram pessoas que buscaram confecções em São Paulo.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

Bem, tem contribuído em parte. O prefeito, apesar da dificuldade de implantação do Centro Comercial Moda Center, não tem feito incentivos para crescimento das empresas, na parte industrial, as empresas não têm para onde crescer, estão inchadas. A prefeitura precisa fazer parceria com SENAI para capacitar as pessoas.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

A vista grossa que o governo tem passado, isentando as pequenas costureiras de feiras (com relação a impostos). As feiras possibilitam o crescimento para as pessoas que querem ter seu próprio negócio.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

Eventos que atraiam compradores em potencial, que atraiam compradores do SUL e do SUDESTE.

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Fazer diagnósticos das empresas para identificar as maiores necessidades e baratear os custos de capacitação para que se alcance as pessoas com renda menor.

Entrevista 6

Categoria do entrevistado: Empresário do APL

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

Sim. Com cursos profissionalizantes na área de moda e confecções.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

Não sei informar.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

Procurando se atualizar na área, se mantendo informado.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

De maneira que ela dar condição para a pessoa aprender e de pôr em prática os conhecimentos obtidos.

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

Não sei o que significa precisamente. Deve ser algo que melhore a vida das pessoas.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

Não sei informar.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

Também não sei.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

Seria uma maneira das pessoas terem mais condições para fazer os cursos, para as pessoas mais pobres, diminuindo os preços, pedindo apoio de todos os empresários locais.

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Não sei responder.

Entrevista 7

Categoria do entrevistado: Trabalhador / Empregado do APL

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

Sim, mas nas aulas há muita teoria, os professores falavam muito, mas não havia muita prática.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

Uso de materiais naturais, da reciclagem e economia de água.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

Noção de problemas que podem ocorrer, maior instrução e melhor comportamento.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

As práticas são bem melhores, mas há valorização pelo mercado.

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

A cultura está sendo mais valorizada, mas falta muito desenvolvimento, acho que está fraco, as pessoas não se preocupam. Precisa de mais desenvolvimento.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

Pouco. Há poucas ações públicas. Se mostra muito e se faz quase nada.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

Aumentar o número de escolas técnicas. Aumentar o número de horas nos cursos.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

Há a necessidade de maiores investimentos na formação profissional, para gerar mais retornos e valorização financeira.

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Indicação nas empresas para inclusão no mercado de trabalho.

Entrevista 8

Categoria do entrevistado: Trabalhador / Empregado do APL

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

Sim. Antes do curso a maioria só conhecia uma atividade, mas agora conhecem várias áreas.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

Não sei.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

São necessários conhecimentos sobre as várias atividades de confecções.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

Melhorou bastante. Temos uma visão ampla das atividades na empresa.

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

Muito pouco. Agora não ta me passando nada na mente.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

Sim. Melhorando a educação e melhorando a qualidade dos empregos.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

Não sei.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

Também não tenho a mínima idéia (risos).

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Comparecer mais, cobrando, ou melhor, ajudando, como posso dizer... uma coisa que pode... uma maneira a mais de seguir em frente.

Entrevista 9

Categoria do entrevistado: Trabalhador / Empregado do APL

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confecções? De que forma?

Sim. No APL não tem muitas pessoas qualificadas no ramo, pois muitos não se interessam em se qualificar, em fazer um curso profissionalizante. Pode até ser que hoje as pessoas estejam mudando, mas ainda não percebo isso.

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

Desculpe, mas não lembro. Acho que não.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

O que ocorre aqui é que muitas pessoas trabalham no ramo de confecções, mas não sabem trabalhar em equipe e eu acho que o trabalho em equipe é muito importante.

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

Sabe, na prática nem tanto. Muitas empresas não querem contratar os técnicos em vestuário, pois não percebem que nós podemos trazer benefícios, que somos capacitados e que podemos contribuir com a empresa. Aqui, as empresas preferem contratar pessoas sem qualificação profissional, mas que tenham experiência na área.

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

A economia gira em torno de confecções, mas as pessoas trabalham sem ter qualificação. Aprendem umas com as outras, sem adquirir conhecimentos técnicos. Em Caruaru é diferente: as empresas entendem o benefício em se contratar recém-formados, eles percebem a melhoria na empresa e também dão qualidade de vida para o funcionário. Aqui em Santa Cruz, as empresas são mais fechadas, não por ignorância, mas por não ter conhecimento.

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

Sim. Porque hoje em dia há mais divulgação da cidade. O pólo de confecções é maior. O problema é que não acabaram com o enfoque de sulanca e muitas pessoas acreditam que os produtos não prestam. Mas já estão conseguindo mudar, pouco, mas estão conseguindo. Hoje já se faz exportação, e há mais investimentos no setor.

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

A maior facilidade é a existência do próprio pólo de confecções que é a economia local.

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

As pessoas, porque nem todo mundo concorda, mas por não ter informação e não gostam de mudanças. Eles acreditam que como agora está bom e estão ganhando dinheiro então: por qual motivo mudar?

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

É importante ter mais integração entre as empresas e as escolas. Hoje há convênios, mas as escolas esperam a empresa e vice-versa. A empresa perde com

desperdícios, só têm foco no lucro e não pensam em melhorias, no geral. O governo é importante nessa situação.

Apêndice C - Roteiro de entrevista

Categoria do entrevistado:

- Gestor de Escola de Educação Profissional
- Empresário
- Ex-aluno (trabalhador atual)

Objetivo Geral da Pesquisa: Analisar as Contribuições da Educação Profissional para o

Desenvolvimento Sustentável do Arranjo Produtivo Local - APL de Confeções da Agreste

Pernambucano.

Questões:

1. Considera que a formação que é oferecida pelas escolas de educação profissional da região tem contribuído para o desenvolvimento sustentável do APL de confeções? De que forma?

2. Se possível, relate alguns indicadores de sustentabilidade local fomentados pela Educação Profissional.

3. Que competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) considera importantes na formação dos profissionais do APL?

4. Consegue identificar de que forma a Educação Profissional tem ajudado na prática dos profissionais do APL?

5. Qual o entendimento que você tem sobre “Desenvolvimento Local Sustentável”?

6. Em sua opinião as políticas públicas locais têm contribuído para o desenvolvimento sustentável? De que forma?

7. Quais são as maiores facilidades para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável no APL?

8. Quais são as maiores dificuldades para a implementação de políticas de sustentabilidade no APL?

9. Que apoio considera que deveria ser dado pelas escolas de educação profissional para o desenvolvimento local sustentável do APL?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)